

DOCUMENTO

A HISTÓRIA SECRETA  
DA PAZ NO VIETNÃ



INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
BIBLIOTECA

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES  
BIBLIOTECA

# opinião

Cr\$ 4,00 n.º 86

1.º de julho de 1974

com a edição semanal brasileira do

*Le Monde*

“Minha vida com os Waura”

(um antropólogo de Oxford no Xingu)

MACAU

PETRÓLEO  
E SALINAS



GRILLO

AUTOMÓVEIS

Porque as indústrias  
fogem para o Brasil

## ENTRE DOIS FOGOS

O senador Tarso Dutra tocou no dilema que poderá determinar a vitória da ARENA ou do MDB nas próximas eleições parlamentares gaúchas: com quem ficarão os 600 mil eleitores que votaram em branco no pleito de 1970? "Vence quem identificar as tendências destes votos", profetizou o ex-ministro da Educação.

Os líderes ortodoxos do antigo PTB acreditam que já identificaram pelo menos a metade desses votos. Ney Brito, o companheiro de chapa do candidato oposicionista ao Senado Paulo Brossard, que comandou, há quatro anos, uma ativa campanha pelo voto em branco, alimenta uma otimista certeza: os 300 mil votos que separaram em 1970 Brossard de Tarso Dutra podem ser creditados a um consciente movimento de protesto. Assim, a confiança do MDB, que este ano conseguiu pela primeira vez agrupar no Estado todas as oposições, tem bastante fundamento.

A força eleitoral da ARENA, contudo, não é desprezível. Com três senadores e bancadas majoritárias na Assembléia e na Câmara, os arenistas têm sabido mobilizar o imenso poder da máquina oficial. Além do apoio do governador Euclides Triches, que lidera ruidosas caravanas pelo interior do Estado, em todos os fins de semana, para sucessivas inaugurações de obras públicas, a ARENA dispõe de outro trunfo respeitável: a presença do futuro governador do Estado, sr. Snyval Guazzelli, em todos os comícios realizados no interior, comandando e avaliando promessas arenistas aos cabos eleitorais.

O candidato arenista ao Senado, sr. Nestor Jost, vê-se, contudo, emaranhado em inesperados nós. Ao contrário de facilitar seu trânsito junto ao eleitorado, o fato de ter sido presidente do Banco do Brasil vem alterando o conteúdo político da campanha, que passou a girar em torno de explosivos temas econômicos.

Habilmente, a oposição está identificando Jost como a eminência parda de uma estratégia econômica que aviltou o preço da soja, sustou as exportações de carne, restringiu o crédito e estimulou os aumentos de preços. Por sua vez, o ex-presidente do Banco do Brasil tem procurado defender-se, mesmo sob o risco de desviar sua pontaria para a direção dos atuais condutores da política econômico-financeira do governo. Ao discutir com empresários do calçado, dia 22, em Novo Hamburgo, por exemplo, argumentou: "A restrição de crédito não é o melhor meio de conter a inflação".

### Dificuldades de Aleixo

A publicação no *Diário Oficial* do manifesto do Partido Democrático Republicano (PDR), no dia 29 de abril, marcou o início da quarta campanha do ex-vice-presidente Pedro Aleixo pela formação de um terceiro partido político. Segundo ele, três motivos impediram que o partido fosse criado até agora:

• os obstáculos que a própria legislação eleitoral coloca para a formação de um partido (é preciso, entre outras coisas, 1.200 mil assinaturas, com

firmas reconhecidas, e que não sejam contestadas por ninguém);

• a relativa indiferença de núcleos eleitorais;

• "as muitas apreensões que existem entre alguns eleitores quanto às possíveis consequências constrangedoras que poderiam recair sobre eles caso subscrevessem as listas para a formação do novo partido". Pedro Aleixo diz que, apesar de nunca ter havido nenhuma consequência constrangedora, muitos eleitores que apóiam o PDR não subscrevem as listas com receio de que isto "possa ser interpretado como uma demonstração de que estão contra o atual governo".

A publicação do manifesto-programa seria assim uma tentativa de ganhar tempo. A partir de sua publicação Aleixo teria um novo prazo de um ano para satisfazer as exigências legais para a obtenção do registro do partido. "Por isso", diz ele, "estamos iniciando com mais vigor a campanha pela formação do PDR. Nossa primeira tarefa é a reorganização das Comissões Estaduais e, através delas, as Municipais, já que pela lei não adianta termos as assinaturas do eleitorado se as comissões não estiverem formadas, pois elas não valeriam nada. Como pensamos em aproveitar as eleições de 15 de novembro para promover junto aos eleitores uma campanha de assinaturas, esperamos que as comissões já estejam organizadas até lá".

Pedro Aleixo considera o pleito eleitoral de novembro uma oportunidade muito grande, "pois permitirá encontrar o mais difícil: o eleitor com o seu título na mão, exatamente de onde é necessário tirar os dados para a subscrição. Não podemos perder esta oportunidade, ficaremos a uns 100 metros das cabines, oferecendo aos eleitores que não estejam satisfeitos com os partidos atuais a oportunidade de subscreverem um partido diferente".

### Carneiro Leão

Conta-se que, no tempo do Estado Novo, os ministros, governadores, deputados, senadores e políticos em geral buscavam descobrir o pensamento de Getúlio Vargas através das imagens formadas pela fumaça dos famosos charutos do então presidente da República. Nos dias atuais, a não ser em alguns casos de raros loquazes titulares de cargos públicos, procura-se identificar as idéias e os programas pela escolha dos auxiliares.

O novo ministro da Previdência e Assistência Social, Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, manteve, até agora, significativo silêncio sobre o destino da estrutura médico-assistencial da Previdência Social.

A única indicação, no momento, parece ser a anunciada escolha do procurador-geral Godofredo Carneiro Leão para o cargo de secretário-geral do Ministério. Em 1968, Carneiro Leão era um dos prediletos assessores do ministro Leonel Miranda e um dos mais importantes coordenadores e ideólogos do Plano Nacional de Saúde. Esse plano consistia, basicamente, na transferência de todo o aparelho assistencial do setor público

para o setor privado, com o arrendamento dos hospitais governamentais a particulares com base no seu valor histórico.

O Plano Nacional de Saúde foi implantado em três áreas experimentais, tendo sido expressamente condenado por uma comissão instituída pelo ministro Francisco de Paula da Rocha Lagoa e sob a presidência do professor Deolindo Couto: um parecer de um economista da Fundação Getúlio Vargas afirmava que "o plano ignorou o passado, desconheceu o presente e avançou, às cegas, para o futuro".

### Livre das pressões

O vice-presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Minas Gerais, Jorge Noman, iniciou um movimento para acabar com a "pressão do poder econômico" que impede o trabalhador de reclamar seus direitos na Justiça. Sua proposta:

a) "se os sindicatos tiverem a faculdade de entrar na Justiça, em nome dos trabalhadores prejudicados, sem que, para isso, sejam necessárias suas procurações", a responsabilidade da ação trabalhista deixaria de ser pessoal e passaria ao sindicato, evitando, dessa forma, as pressões econômicas, como perda de emprego, a que o trabalhador individualmente está sujeito;

b) se "as reclamações trabalhistas puderem ser feitas, contando o prazo de prescrição (de dois anos) somente a partir da data de rescisão do contrato de trabalho", o empregado poderia exigir seus direitos legais ali mesmo após sair de uma empresa, e logo, livre das pressões que ela poderia exercer sobre ele.

Jorge, que também foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, chegou a esta conclusão "após um estudo dos problemas criados com a insalubridade e a periculosidade (das condições de trabalho) em algumas empresas", onde, segundo ele, a legislação que trata dos problemas criados aos trabalhadores pelos chamados "agentes nocivos, insalubres ou perigosos encontra uma série de fatores que impedem o seu cumprimento". Noman cita entre eles "o desinteresse de algumas empresas em utilizar os instrumentos adequados para eliminar os problemas de insalubridade (por questão de economia), ao mesmo tempo que não "anotam corretamente a carteira do trabalho do empregado", criando uma situação na qual "os trabalhadores se sentem constrangidos em reclamar seus direitos legais".

### O mistério da Sanbra

Algo de estranho ou incompreensível parece ter ocorrido com a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileira — Sanbra — uma das maiores companhias internacionais que operam na industrialização, comercialização e exportação de produtos agrícolas no Brasil. De acordo com seu último balanço, recentemente divulgado, referente ao ano passado, a empresa obteve um lucro operacional de 24 milhões de

cruzeiros. Como seu faturamento atingiu a enorme cifra de 3,1 bilhões de cruzeiros — quantia superior ao orçamento da maioria dos Estados brasileiros — seu lucro de Cr\$ 24 milhões representa apenas 1% (um por cento) de seu faturamento e apenas 13% sobre o capital de Cr\$ 180 milhões da empresa; dos quais Cr\$ 179.989.851,00 estão sobre controle estrangeiro.

Fenômeno aparentemente sem explicação: mesmo com a alta dos preços de matérias-primas no mercado internacional — ela vendeu ao exterior o equivalente a 250 milhões de dólares figurando entre os cinco maiores exportadores brasileiros — que deveria ter proporcionado à empresa altos lucros, sua lucratividade foi nula. A não ser que tenha havido algum tipo de engano ou erro no balanço, os resultados devem preocupar o ministro da Agricultura, Alysson Paullineli, que tem preconizado que a fórmula para salvar a agricultura brasileira é levar ao campo as grandes empresas, das quais a Sanbra deveria ser um excelente exemplo.

Eis sua participação no total das exportações brasileiras de alguns produtos agrícolas: óleo de mamona, 32,3%; óleos comestíveis, 18,4%; farelos, 17,4%; algodão, 15,4%; soja em grão, 5,0% e café, 4,0%.

### A sentença dos peixes

Dentro de alguns anos, provavelmente, os paulistas só poderão comer peixes de água doce criados em cativeiro. Segundo técnicos do Instituto de Pesca de São Paulo a fauna aquática dos rios do Estado, principalmente os do Vale do Paraíba, está totalmente ameaçada pelo desequilíbrio ecológico causado pela poluição industrial. E esta já chegou em tal ponto que não permitiria sequer o repovoamento dos rios. A saída, de acordo com o biólogo Hélio Ladislau Stempniewski, é criar peixes em cativeiro.

### Uma lista negra

Numa nova carta a *Opinião*, a Consumers Union (União de Consumidores dos Estados Unidos) revela alguns resultados da investigação iniciada em abril passado sobre o impacto na América Latina das empresas multinacionais norte-americanas nos setores de alimentos e medicamentos. (ver *Opinião* n.º 74). Segundo a denúncia, medicamentos que contêm dipirona — substância que pode produzir agruculocitose fatal (destruição dos glóbulos brancos do sangue) — são vendidos em larga escala na América Latina por laboratórios internacionais e nacionais, sob marcas diversas como Algindodia (Upjohn, Connel (Winthrop) Dipirona MK (McKesson), Gifaril (Wander), Novalgina (Hoechst), e Stegallina (Searle). Chamada metilmelubrina em alguns países, a dipirona é vendida também associada a outros medicamentos sob muitas marcas adicionais.

Segundo a American Medical Association, o único uso da dipirona que pode justificar-se

"é como último recurso para reduzir febres quando medidas mais seguras tiverem se mostrado inadequadas". Contudo, o Consumers Union comprovou que este medicamento está sendo comercializado na América Latina com bulas que o recomendam para o alívio de dores de resfriado, nevralgias, reumatismo e sinusites. "Algumas bulas não fazem sequer menção da possibilidade de enfermidade sanguínea fatal", diz a Consumers Union.

### Deficit crescente

Um relatório da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), preparado para o próximo período de sessões do Conselho Econômico

## PALAVRAS

• Do jornal inglês *The Times*, num suplemento com matérias pagas sobre os corredores de exportação brasileiros: "Há pouca dúvida de que 1974 assistirá ao fim do milagre econômico brasileiro, no mínimo porque ele é mais dependente das condições do boom mundial do que de um forte mercado interno. A dependência da cada vez mais dispendiosa energia importada deve resultar inevitavelmente numa queda da produção industrial e num rápido aumento dos custos de produção".

• Do presidente do Banco do Brasil, Angelo Calmon de Sá, ao retornar de Londres: "A imagem do Brasil no exterior, ao contrário do que dizem alguns boatos, nunca esteve tão boa".

• Do ministro da Economia da Argentina, José Gelbard, atacando no Senado os setores conservadores que se opõem à política econômica do governo de Perón: "É uma rotina paradoxal que os advogados e defensores dos monopólios internacionais manifestem agora sua inquietude em relação ao futuro da pequena e média empresa, custo de vida e investimentos estrangeiros, pretendendo defender os interesses nacionais e populares. Até onde vai nossa memória, foram esses mesmos grupos que tornaram possível que os assalariados perdessem substancialmente sua participação no ingresso nacional e certas aventuras que se qualificaram como contribuição de capitais estrangeiros".

• Do bispo de Diamantino, dom Henrique Froelich, criticando a implantação de grandes projetos agropecuários na Amazônia: "Este é um problema que já começa a causar inquietação e que deveria ser observado com mais atenção pelas autoridades, porque daqui a quatro ou cinco anos será cada vez mais difícil produzir alimentos em quantidade suficiente para suprir todo o povo da região".

• Do mesmo bispo: "A agricultura está simplesmente desaparecendo da região, ao ser substituída pelo intenso latifúndio ocupado por bois e capim".

e Social da ONU, mostra que o déficit comercial da América Latina aumentou rapidamente no período 1969/73. Em 1969, a América Latina exportou 16 bilhões de dólares e importou 17,7 bilhões. Teve, portanto, um déficit de 1,7 bilhão de dólares. Em 1973, as importações subiram para 28,8 bilhões de dólares, enquanto as exportações alcançaram 20 bilhões. Resultado: o déficit comercial aumentou mais de 400% em comparação com 1969, atingindo 8,8 bilhões de dólares. Esse aumento do déficit comercial está intimamente ligado ao crescimento dos gastos com a importação de petróleo e de máquinas e equipamentos. O relatório da CEPAL afirma também que a pressão inflacionária, que até recentemente afetava apenas alguns países da América Latina, se generalizou no ano passado. O recorde coube ao Chile, onde o índice de preços ao consumidor se elevou em 353%.

• Do técnico da Organização dos Estados Americanos, José Maria Vernet, em palestra na Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil, em Porto Alegre: "A crise de matérias-primas não existe. Ela é uma enorme mentira aos países subdesenvolvidos, que têm a sua economia destruída e que são dependentes sob todos os aspectos — financeiro, econômico, político e cultural — dos grandes centros industriais".

• Do mesmo técnico acusando os Estados Unidos pela desvalorização da soja brasileira: "Os Estados Unidos tiveram uma boa colheita em 1973 (44 milhões de toneladas) e, apesar dos excelentes preços, fizeram uma reserva estratégica de 8 milhões de toneladas para lançar no mercado no momento oportuno, rebaixando as cotações. Com essa atitude, os americanos deixaram de vender uma parte de sua produção por preços altos. Mas uma vez derrubados os preços, seus tradicionais compradores da soja brasileira puderam adquiri-la a preços aviltados. O estoque brasileiro será depois revendido, juntamente com o norte-americano, em mercados a que o Brasil não tem acesso. Esses países, por sua vez, produzem outras matérias-primas, talvez para o Brasil, pelo mesmo caminho".

• Do mesmo técnico: "As multinacionais de controle americano têm controle e informações minuciosas e detalhadas de todo o mundo e por isso compram nos mercados de superoferta, nos países subdesenvolvidos e vendem nos de superdemanda, criando-se aí a dependência total dos países subdesenvolvidos".

• Do economista Julian Chacel, diretor de pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, comentando estimativas do comportamento da agricultura brasileira para este ano: "A agricultura não corresponde às expectativas dos desenhistas do modelo brasileiro e sempre frustrou esperanças. Não vejo como este ano a agricultura possa crescer 14% (...). Se a taxa histórica tem sido de 4,5% a 5%, como é que de uma hora para outra ela vai ser de 14%?".

## O papel dos novos governadores

Fernando Henrique Cardoso

Em novembro próximo, as sucessões estaduais vão resguardar novamente a formalidade constitucional que assegura o princípio federativo. Com eleições indiretas, a soberania do poder estadual respeitará as designações do poder federal. Tense, assim, a inversão direta do que fora a "política dos governadores" instaurada por Campos Salles.

De fato, depois do governo de Prudente de Moraes, o sucessor rotinizou o princípio das "chefias naturais": Cada oligarquia estadual (ou cada federação de oligarquias) reservava-se o direito de designar o sucessor no plano local, à condição de que estes, no governo, respeitassem o presidente como chefe nacional. Está por ser feito ainda o balanço definitivo do grau e alcance do poder dos presidentes e dos governadores. Formalmente, o presidente parecia ter a obrigação de ouvir os governadores "da situação" em cada episódio grave da República. Grave por excelência era o episódio da sucessão. Neste, as "situações" locais nem sempre coincidiam com a solução presidencial e, às vezes, também dentro de cada "situação" estadual formavam-se as "dissidências", que animavam as lutas da República Velha.

Depois veio 1930 para tentar acabar com as oligarquias e moralizar as instituições republicanas. Como todos sabem o movimento de 30 incorporou algumas situações locais desagradadas com a solução proposta por Washington Luís (Júlio Prestes) — especialmente os republicanos do sul — à voz de outras tantas dissidências locais e à maré montante da oposição antioligárquica capitaneada pelos *tenentes* e pela oposição da classe média urbana.

Com o movimento de outubro de 30 o federalismo sofreu sérios abalos. A luta aberta dos *tenentes* contra os donos das situações locais, que se opuseram à Revolução Vitoriosa, somada à influência direta sobre o poder nacional tanto dos *tenentes* quanto, logo depois, da nova elite de poder que subira com Vargas, desequilibrava o jogo político baseado nos "chefes naturais" e nas influências

oligárquicas encasteladas nos governos estaduais. Mesmo assim, a atitude dos paulistas e dos gaúchos antivarguistas mareou, com a Revolução de 32 e com a oposição continuada a Getúlio e, mais tarde, ao Estado Novo, a força dos princípios autonomistas e federativos.

A história centralizadora do Estado Novo é conhecida. Com ele as bases políticas das velhas influências estaduais desapareceram para dar lugar a outro estilo de políticos: os antigos *tenentes*, como Juracy Magalhães, João Alberto, Cordeiro de Faria e tantos outros que se tornaram, na prática, civis; os altos funcionários que tinham influência nas autarquias criadas depois de 30, como o IBC, o Instituto de Açúcar e do Alcool, etc.; os "políticos de massa" (depois de 1943 e, especialmente, depois da guerra) que faziam a ligação entre o Estado e os sindicatos com as massas, etc.

A Constituição de 1945 trouxe de volta, com a redemocratização, a autonomia relativa dos Estados e a eleição direta dos governadores. Por intermédio destas, na prática, foram reconstituindo-se "situações locais", encasteladas nos grandes partidos como o PSD e a UDN. Muitos dos antigos líderes antioligárquicos transformaram-se em novos donos do poder. Só que para garantir a vitória já não bastavam o controle tradicional por meio do voto a descoberto e da coação direta e as práticas das "eleições a bico de pena", em que se forjavam atas. O vento democratizante de 1945 trouxe a semente da representatividade do poder, pois, apesar das limitações do sufrágio (analfabetos e menores de 21 anos não votavam), as eleições secretas reservavam surpresas aos manipuladores das cúpulas. Principalmente nas grandes cidades, o voto dos trabalhadores e da pequena classe média preparou surpresas para a nova máquina oligárquica representada pelos grandes partidos, pela burocracia estatal e pela influência dos poderosos do interior. A eleição de Jânio Quadros para prefeito em 1957, por exemplo, e mesmo o êxito espetacular que teve nas eleições presidenciais de 1960 (sem que

eu endosse o acerto dos resultados...) parecem sinais inequívocos de que as oligarquias criadas depois do Estado Novo e de 45 estavam perdendo terreno na política brasileira.

O movimento de março de 1964 cortou bruscamente esta tendência. Mas não se pode dizer, especialmente depois de dezembro de 1968, que o novo regime haja pretendido fortalecer o poder local. Ao contrário, os exemplos estão aí para mostrar que o poder central se fortaleceu e passou a dispensar o apoio das oligarquias regionais. Os governadores designados, como é óbvio, representam o próprio poder central.

Agora, quando se volta a discutir os modelos de institucionalização, a paralisação das atividades político-eleitorais cobra seu preço. Com frequência queixam-se os tecnocratas de que o poder local e o voto que o reforça constituem obstáculos ao desenvolvimento e ao bem-estar do povo. Às vezes, nos casos concretos que apontam, têm razão. Por outro lado, como democratizar sem dar mais vitalidade ao princípio da representatividade e, portanto, à prática de eleições?

Resultado: na busca de uma normalização político-partidária, o sistema volta-se para o novo partido da situação e dá a ele (que se compõe só de seus chefes) funções políticas que dificilmente se coadunam com as necessidades do desenvolvimento e do povo.

Será que depois de tantos anos de vida republicana os herdeiros das lutas antioligárquicas de 22 e 30 ainda não descobriram que ou bem se revitaliza de fato a representatividade popular com eleições diretas e livres, ou os arranjos eleitorais de cúpula restabelecem o pior da tradição política das oligarquias? Ou pensam que a experiência dos governadores designados pelo governo anterior vai corrigir-se por uma nova modalidade de designação em que têm voz os membros natos do parlamento das sombras das oligarquias?

O nó górdio do equilíbrio entre política e princípio federativo se quebrará quando os que, não sempre

sem razão, ao procurarem coibir interesses da política local, perceberem que a compatibilidade entre a autonomia dos Estados e o interesse da nação só estará garantida quando o cimento entre ambas for a vontade livre, organizada e constitucionalmente definida dos eleitores, e não a capacidade de manobra e a astúcia de políticos, não raro, ávidos para tirar proveito pessoal e para os círculos de amigos.

## Banco Central Pecando dentro da lei

Se não merecem crédito idêntico ao de inquéritos formalizados, nem sempre as cartas anônimas deixam de tangenciar a verdade. As recentes denúncias, enviadas à imprensa por funcionários não identificados, sobre a distribuição de apartamentos do Banco Central, em Brasília, parecem um bom exemplo disso.

Apreensivo com as volumosas informações sobre privilégios inadmissíveis nos critérios de financiamento de apartamentos, estabelecidos pela administração anterior, o atual presidente do Banco Central, Paulo Pereira Lira, apressou-se em esclarecer, em longa nota distribuída à imprensa, os numerosos pontos dúbios da questão. Preocupando-se, antes de mais nada, em absolver os membros da comissão (designada pelo ex-presidente Ernani Galveas para elaborar os planos de financiamento) do grave pecado de inidoneidade, Lira fixou-se em quatro desmentidos básicos:

- 1) A nenhum servidor será vendido ou entregue pelo Banco Central mais de um apartamento;
- 2) É inverídica a notícia de que o Banco Central irá vender a qualquer funcionário apartamento a preço reduzido ou sem correção monetária;
- 3) Todos os funcionários classificados para a compra de apartamentos pertencem ao quadro de pessoal do Banco Central e estão

lotados em Brasília;

4) Não procede a afirmativa de que a comissão encarregada de estabelecer as normas para escolha dos apartamentos a serem comprados pelos funcionários procurou fixar critérios de tal sorte que beneficiassem seus membros e a dirigentes do Banco.

Ainda que razoáveis, as explicações de Lira não parecem abarcar todos os ângulos da questão, a começar mesmo pelo discutível critério de distribuição de pontos que serviu de base para a preparação da lista de beneficiados. Segundo o critério:

- entre as funções comissionadas, os membros de menor escala hierárquica ganham pontos que variam de três a cinco por dia, e os que ocupam comissões superiores (adjunto, chefe de unidade, chefe de gabinete, diretor e presidente), oito pontos — calculados a partir dos últimos quatro anos;

- o funcionário tem meio ponto por dia de serviço prestado no Banco Central ou no órgão de onde tenha vindo a partir de 1945 — ano de criação da Superintendência de Moedas e Crédito (SUMOC), que com a reforma bancária de 1964 foi englobado pelo Banco Central;
- cada dia de permanência em Brasília vale sete pontos;

- no total de pontos obtidos por cada funcionário se acrescentará 1% a mais para cada dependente.

As críticas a esses critérios — à parte as denúncias de intenções fraudulentas, já esclarecidas pelo presidente Paulo Lira — são objetivas e, aparentemente, indesmentíveis:

- os funcionários mais antigos, que há muito ocupam funções comissionadas, tiveram todas as comissões anteriores ignoradas; além disso, em geral, a grande diferença entre os pontos atribuídos às funções não corresponde à variação de importância entre elas;

- comparando os dias de serviço no Banco Central aos dias de serviço em outros órgãos, a comissão equiparou os funcionários do quadro próprio do Banco Central aos outros requisitados e já beneficiados por planos de financiamento de suas repartições de origem;

- a fixação de sete pontos por dia de permanência em Brasília — 14 vezes mais que um dia de serviço em outras

continua na página 4

## MINHA VEZ

O título da notícia era sugestivo: *Computador Permite um "Check-up" Rápido*. Publicada recentemente no jornal *Folha de São Paulo*, anunciava que um *check-up* completo, normalmente realizado entre 24 e 72 horas, agora poderia ser feito em rápidos 90 minutos. Como seria possível realizar, automaticamente e "com extrema precisão", como garantia o jornal, um eletrocardiograma e 56 exames laboratoriais (58, para as mulheres)?

Qualquer médico melhor informado sabe que tais exames sistemáticos ainda estão cercados de consideráveis dúvidas, sendo discutível sua utilidade no caso de pacientes que ainda não apresentam sintomas de doença. A ciência, embora se esforce, ainda não conseguiu revolucionar decisivamente o campo da saúde humana, mesmo porque, nela, têm importância muito mais vasta as condições sócio-econômicas da população. Conquistas muito mais prosaicas do que a penicilina — como água de boa qualidade, habitação higiênica ou uma simples horta no fundo do quintal — podem afetar fundamentalmente a duração da vida humana, limitando-se todo o arsenal da medicina moderna, com exceção talvez das vacinas, a intervir em casos individuais.

Assim, notícias como a da *Folha de São Paulo* não passariam de simples exemplos de desinformação. Contudo, ao exame mais detalhado, descobre-se que não se tratava de uma desinformação desinteressada. Ao contrário, era uma sutil publicidade do aparelho.

O exemplo é valioso para mostrar como cada vez mais a ciência serve de bumbo ao desejo de se vender um

produto ou um serviço. Infrações diárias são cometidas pelas indústrias farmacêuticas que, segundo se calcula, investem 20% de seu faturamento em propaganda e promoção de seus produtos. Que forma toma esta publicidade?

A primeira modalidade é a propaganda direta ao consumidor, e como é natural, aquela de aspectos mais primários. Os laboratórios mais conservadores, entretanto, restringem sua propaganda, dirigindo-a diretamente ao médico, através de uma distribuição — menos ou mais pródiga — de amostras grátis.

Geralmente o desprezo pela dignidade profissional do médico é flagrante: folhetos coloridos, que muitas vezes sequer fornecem a fórmula do produto — requisito indispensável para que o médico saiba com que está lidando — apregoam as qualidades da droga como as últimas novidades da indústria farmacêutica. Muitos veiculam, plura e simplesmente, mentiras: a bula de uma penicilina que me foi enviada incluía entre as indicações do produto o seu emprego na profilaxia do tétano — conclusão desmentida por vários congressos médicos e de consequências gravíssimas para o consumidor.

Infelizmente, tais táticas parecem ser eficientes — pelo menos do ponto

## O preço das amostras grátis

(Como os médicos conhecem as novidades farmacêuticas)



de vista do vendedor. Ainda há médicos que baseiam o seu receituário na propaganda que recebem, sobretudo pela falta de tempo de se atualizarem através de outras fontes.

Além das amostras grátis, o trabalho de aliciamento lança mão de um eficiente trabalho de relações públicas.

Assim, sem parcimônia, os laboratórios distribuem brindes, incluindo isqueiros, vistosos calendários, canetas e outros objetos para as mesas de consultórios, ostentando invariavelmente o nome do produto.

Desta forma, parece compreensível a falta de empenho de nossas associações

de classe em dar paradeiro ao circo de cavaleiro em que se transformou o nosso comércio de saúde; também os médicos beneficiam-se da generosidade publicitária das indústrias farmacêuticas.

Mas há ainda outro setor de propaganda a que certos laboratórios se dedicam. Este é mais circunspeto e, aparentemente, mais ético. Eles custeiam pesquisas, bolsas-de-estudo ou congressos médicos nas especialidades em que têm produtos a oferecer.

De uma forma ou de outra, o investimento está assegurado. Quem paga pelas amostras e pela propaganda ostensiva, quem financia os brindes e os anúncios na imprensa, os coquetéis para congressistas e as maletas de doutorandos, em véspera de formatura? A resposta é simples: o consumidor.

Em outros países, como a Inglaterra, por exemplo, procura-se proteger o público da credulidade fácil. Modera-se o entusiasmo no tocante ao noticiário médico, e obrigam-se os fabricantes de produtos farmacêuticos a discriminar com exatidão os componentes dos produtos que anunciam. As revistas médicas mais conceituadas não só limitam sua publicidade aos medicamentos de eficácia comprovada como exigem que o anunciante inclua no texto as contra-indicações da droga e os cuidados na vigilância contra seus possíveis efeitos colaterais.

(1) Médico e professor titular do Centro de Ciências da Saúde, da Fundação Estadual de Londrina.

Kurt Kloetzel (1)

continuação da página 3

idades — tomando por base que a transferência do Banco Central ocorreu há menos de quatro anos (1/7/70), tornou-se um estímulo muito superior aos concedidos a todos os outros órgãos e autarquias federais. Por um motivo: a fase pioneira da capital terminou há um decênio — e essa mudança se fez por,

escalamento de setores segundo a determinação da diretoria e não de acordo com o mérito ou a escolha de cada funcionário;

• de acordo com o critério de somar 1% para cada dependente em relação ao total de pontos, o filho de um diretor fica valendo mais do que o de um pequeno funcionário.

Além disso, parece evidente que a filosofia de financiamento de imóveis

não foi orientada segundo um rigoroso critério de necessidades. Assim, José A. Berardinelli Vieira, um dos cinco membros da comissão e superintendente administrativo do Banco, surge como um dos 10 funcionários que mais necessitam de casa própria em Brasília, ainda que já seja proprietário de uma luxuosa mansão no lago sul da capital e já desfrute um excelente apartamento cedido pelo Banco Central para uso funcional.

influenciar todo o futebol brasileiro, seu modo de ser? Simplesmente pela razão de que Zagalo é o técnico da Seleção, e este é o paradigma em que se inspiram e se miram todos os demais treinadores. Por sua expressão tanto em relação aos clubes como na visão dos jogadores — o pior *cabeça-de-bagre* do último dos times de várzea sonha em um dia vestir a camisa amarela da CBD — e da torcida, é a Seleção que condiciona a forma dominante de jogar, desde o Palmeiras ao Farroupilha de Bagé. A Seleção dita até mesmo a forma de se dizer a escalação dos times. Até 1958, qualquer garoto escalava o time de sua afeição citando o goleiro, depois os dois beques, a seguir os três médios e por fim os cinco atacantes. Após o 4-2-4 de 1958, qualquer time de pelada se anunciava tal como a Seleção: o goleiro, os quatro beques, os dois meio-campos e por fim os quatro atacantes.

Com a força que a Seleção tem como matriz do nosso futebol, a malsinada retransmissão espalhou-se por toda parte. O que antes era recurso dos times menos dotados tecnicamente, para permitir um confronto menos esmagador com as equipes poderosas, tornou-se regra mesmo dos melhores times. Todos foram nivelados pela preocupação de defender, defender a qualquer preço — e com isso o futebol foi empobrecendo, a capacidade de improvisação dos jogadores foi-se reduzindo, até mesmo pelo temor: muitos jogadores não atacam porque não querem assumir uma responsabilidade pesada demais ao violar a recomendação do técnico de que o importante é defender, defender sempre.

Zagalo compreendeu os riscos da retransmissão quando a Seleção se viu diante da possibilidade de voltar antes das quartas-de-final ou de ter acesso a esta fase pelo caminho inglório do sorteio da moedinha — na verdade uma humilhação internacional — que ele submeteu o futebol brasileiro.

"O futebol europeu passou na frente do futebol brasileiro, que não evoluiu nada a partir de 1970", disse ele após o triste empate de 0 a 0 com a Escócia. "É preciso ser iniciado um trabalho de profundidade, que mobilize não apenas um, mas todos os técnicos brasileiros. Se isso não for feito, será o fim do futebol brasileiro", afirmou ainda o treinador.

Por certo ele é um mau profeta: o futebol brasileiro é suficientemente rico para superar qualquer atraso. Mas para isso, como no conto de Andersen, é preciso proclamar alto e bom som que o rei, com seus inúmeros camaristas, anda empertigado — mas está nu. (Maurício Azezo)

## Assistência No fundo do quintal

Recentemente, um rumoroso escândalo ganhou manchetes em São Paulo: na Casa de Amparo Maternal, instituição religiosa beneficente destinada a auxiliar parturientes necessitadas, foram descobertos 60 corpos de recém-nascidos mortos, guardados em um modesto barracão de fundo de quintal. O fato imediatamente gerou curiosidade e polêmica em torno das causas da presença dos corpos ali. Abortos? Falta de atendimento médico? Irresponsabilidade? A vinda do problema a público, que motivou a instalação de um inquérito policial, serviu para levantar a cortina de esquecimento que envolvia o funcionamento de casas desse tipo a mostras vivas das falhas das estruturas de assistência social no Brasil.

A Casa de Amparo Maternal funciona em um prédio frio e cinzento situado na sossegada Rua Loeffgrem, em Vila Clementina, bairro de classe média. Diariamente, entre 60 e 70 mulheres grávidas são recebidas por ela: indigentes, mães solteiras ou que simplesmente não são registradas no INPS, não tendo, portanto, direito a atendimento pelo Instituto. Segundo

seu diretor, médico Álvaro Guimarães Filho, das 160 mil mulheres que ficam grávidas anualmente em São Paulo, 100 mil são atendidas por hospitais particulares ou pelo INPS, 20 mil recorrem à Casa e as restantes dão à luz debaixo de viadutos e pontes, onde, geralmente, as crianças morrem.

"Recebemos principalmente mães solteiras, indigentes e loucas" — explica Álvaro Guimarães. "Quase sempre elas chegam aqui em péssimo estado, dando à luz fetos macerados". Para atendê-las a Casa conta com poucos recursos: no ano passado as subvenções recebidas somaram apenas 1.800 mil cruzeiros e as despesas chegaram a três milhões. No depoimento no inquérito policial que foi instaurado para apurar o caso dos recém-nascidos mortos, a diretora clínica da Casa, Laura Barros, traçou um ligeiro quadro da situação: "Temos apenas dois anestesistas e sete velhas e insuficientes mesas de parto. A alimentação que fornecemos não é rica em proteínas. Nosso laboratório é primitivo. Todos os anos, no início do inverno, compramos uns 300 cobertores para as pacientes, mas quando a estação acaba não sobra nenhum. Elas os levam para casa".

Álvaro Guimarães explicou de maneira simples a presença de crianças natimortas e fetos no quintal da instituição: "As mães, geralmente, não têm condições de enterrá-las. Para fazê-lo gratuitamente precisam de um atestado de pobreza, emitido pela delegacia do bairro que demora muito para ser fornecido. E as crianças vão se acumulando no quintal". Em 1973, houve 14 mil partos e 4 mil abortos no Amparo Maternal. E a taxa de natimortos foi de 7,4%.

Cinquenta crianças nascem por dia na Casa. São filhos de pessoas como Clélia, de 19 anos. Ela conta que se perdeu na vida e acabou ficando grávida, em São Joaquim, cidade do interior de São Paulo, onde vive com os pais. Querendo afastá-la de lá, "para não passarem vergonha", eles a mandaram para o Amparo no quinto mês de gravidez. Ou de Josefa, que veio recentemente com seu marido, José, de Alagoas, e teve dificuldades para encontrar um hospital onde dar à luz seu terceiro filho. Recém-empregado em uma indústria metalúrgica de São Bernardo, José ainda não tinha registro no INPS. A solução foi o Amparo Maternal. Ou, então, das inúmeras indigentes que a polícia de São Paulo recolhe diariamente pela cidade.

O inquérito policial instaurado no 16.º Distrito Policial de São Paulo contou com inúmeros depoimentos e preencheu a volumosa quantia de 30 laudas datilografadas. Não há dúvida, porém, de que não se deve encerrar a Casa do Amparo Maternal como um problema policial, apenas. "O problema é típico de um país que nunca teve um serviço médico à altura da população", declarou no inquérito o supervisor das Convenções Hospitalares dos Prontos-Socorros da Prefeitura de São Paulo, Luiz Caruso. E acrescentou: "Saúde não costuma trazer votos a ninguém".

## As finalidades

O general Fritz de Azevedo Manso, carioca de 62 anos, assumiu a chefia do Estado-Maior do Exército, no dia 21 de junho, em Brasília, reafirmando a orientação do seu antecessor no cargo, o atual ministro do Exército, Sílvio Frota: o reequipamento acelerado do Exército e o combate à guerra revolucionária. O general Fritz Manso, o terceiro general de quatro estrelas a chefiar o EME este ano, fez também a mesma declaração que o general Sílvio Frota ao assumir o cargo, no dia 19 de abril passado: "Nunca é demais ressaltar a necessidade de colocar nos devidos termos as chamadas finalidades complementares do Exército — que fluem da atual conjuntura e o afastam de seus objetivos mais importantes" — de modo a não prejudicar a atividade-fim, razão de ser da própria instituição: a instrução e o adestramento da tropa.

## Futebol A roupa nova de Zagalo

Nenhuma roupa anterior do imperador obtivera tamanho sucesso.

— Mas o imperador está nu! — disse de repente uma criança.

— Ora vejam só: escutem o que diz este inocente — disse seu pai. E uns começaram a cochichar aos outros: —

Ela disse que o imperador está nu — uma criança disse que ele está nu!

— O imperador está nu! — finalmente gritou todo o povo.

O imperador estremeceu, pois sabia que era verdade. Todavia pensou: —

O desfile tem de continuar.

E continuam a andar mais empertigado do que nunca, com os camaristas atrás, segurando uma cauda invisível. (A Roupa Nova do Imperador, de Hans Christian Andersen)

O futebol brasileiro continua a ser o mais criativo, mais engenhoso e mais rico em explosão de virtudes individuais de todo o mundo, mas como produção coletiva e em eficácia está sacrificado pela camisa-de-força de um sistema ultrapassado, tal o rigor de sua filosofia defensiva.

Os resultados da Seleção, no torneio em que atualmente se empenha na Série A da Copa, adquirem um risco de permanência que compromete o próprio futuro do nosso futebol. Um analista seguro, José Inácio Werneck, do *Jornal do Brasil*, foi levado a uma conclusão que ele próprio preferiria não ter de formular, mas que infelizmente é verdadeira: o êxito na Copa com esse estilo de jogo traria mais prejuízos do que benefícios ao futebol brasileiro.

Mário Jorge Lobo Zagalo é o pai dessa criação estranha ao espírito e à forma do nosso futebol. Foi com Zagalo que a retransmissão de uma Europa carente de recursos, ganhou afinal cidadania brasileira, após incursões eventuais pelo país, e se tornou uma instituição tão nacional quanto o Carnaval.

Jogador de recursos limitados mas favorecido pelo brilho de uma geração que produziu Nilton Santos, Zito, Didi, Garrincha e Pelé, contador que pelo futebol escapou de ser hoje escritorador do deve-e-haver de modestas lojas comerciais, Zagalo é mesmo assim tão importante para o futebol brasileiro? Treinador sem atributos intelectuais que o transformem num teórico do futebol, como o velho Flávio Costa e o não tão velho Aimoré Moreira, e sem a sagacidade e a experiência que o tornem um estrategista do porte de um Zezé Moreira ou de um Tim, ele tem uma influência tão decisiva que chegue a

repercutir na natureza do nosso futebol?

Por ascendência pessoal, não. Zagalo é um pai de família pacato, casado com dona Alcina, uma professora primária aparentemente rigorosa. Quando a Seleção regressou da Europa após a excursão do ano passado, num acesso de fúria ela disse aos repórteres que tentavam entrevistar o marido: "Larguem o homem, seus animais". Nos clubes onde serviu, Zagalo é acusado de barrar jogadores em véspera de renovação de contrato para obrigá-los a reduzir suas pretensões nas negociações com os dirigentes. Nesse sentido, quando técnico do Fluminense, teria barrado e depois dispensado os dois maiores jogadores do time, os atacantes Samarone e Flávio. No Botafogo criou uma situação insustentável para Afonsinho, praticamente coagido a romper com o clube, num acontecimento propício aos interesses do cartola Xisto Toniato.

Sob esse aspecto, a serem verdadeiras as histórias que correm entre jornalistas esportivos e jogadores, a única coisa que se poderia dizer em favor do comportamento de Zagalo é que ele guarda coerência com o seu comportamento no tempo de jogador. Seus contemporâneos no time do Flamengo tricampeão em 1953-54 contam que o técnico Fleitas Solich não precisava espionar os jogadores na concentração ou durante as excursões, como era comum na época. O discreto ponta-esquerda se incumbia de revelar quem cometia deslizes ou fazia brincadeiras além da conta. No Botafogo, alguns anos depois, teve o cuidado de só convidar para o seu casamento o jogador de status social mais elevado: o quarto-zagueiro Nilton Santos, que, embora de origem modesta, era admitido até na roda dos altos dirigentes do clube, por seu destaque profissional e sua conduta pessoal irretocável. Mas o fez com um pedido formulado quase em surdina: o de que Nilton Santos não dissesse nada aos outros companheiros do time, para evitar que a *ratatua* perturbasse as bodas com sua falta de requinte social.

Por capacidade intelectual, também não. É por superstição que ele usa como treinador uma camisa com um 13, como se as supostas virtudes cabalísticas desse número pudessem decidir uma partida ou qualquer outra coisa. Ainda na véspera da estréia no Brasil na Copa, contra a Iugoslávia, ele sustentava em declaração à *Rádio Globo* que "o 13 não pode falhar" e que por isso o Brasil venceria de 3 a 1. Só divulgou a escalação da equipe hora antes do jogo, como se a an-

tecição dessa informação por algumas horas pudessem influir decisivamente no resultado dos jogos; acredita que certas *escritas* (por exemplo: a de cruzar com o técnico Mário Travaglini, do Vasco, nos corredores do Maracanã, pouco antes de uma partida contra esse clube) regulam o andamento técnico e tático de uma competição.

Algumas dessas suas atitudes parecem ser adotadas de indústria, porque ele percebeu que o favoreciam profissionalmente. A imagem de que era um homem de sorte surgiu na Copa do Mundo de 1958, quando Zagalo era terceiro reserva e foi favorecido pela contusão do paulista Canhotoiro, que seria o titular absoluto mas não chegou a ser convocado porque quebrou a perna; depois, por uma distensão de Pepe, que chegou à Suécia como titular e, por um acidente de jogo, terminou por ceder o lugar a seu reserva, o jovem Zagalo. Embora ocorresse a Zagalo o azar de quebrar a perna quando jogador do Botafogo — acidente que raramente ocorre no futebol, apesar da violência que o marca — é como se tivesse sido passada uma esponja nesse episódio de sua crônica pessoal. Logo que Zagalo passou ao primeiro plano como técnico, foi ressuscitada a lenda de que ele é um homem de sorte.

Um *jolelore* foi montado em torno do possível sortilégio que o favoreceria e Zagalo, conscientemente ou não, *industrializou* a imagem, colocou-a na sua vitrina de profissional, ajudado por uma série de circunstâncias que o tornaram um técnico bem sucedido. Bicampeão da Taça Guanabara e do Campeonato Carioca de 1967-68 no Botafogo, campeão do mundo com a Seleção Brasileira em 1970, campeão carioca pelo Fluminense em 1971, campeão carioca pelo Flamengo em 1972, ano em que o Flamengo também levantou a Taça Guanabara, ele passou a esgrimir esses fatos como principal trunfo de seu currículo.

— Eu ganhei todos os campeonatos que disputei. É isso que tenho a dizer a meus inimigos, aos que não se conformam com as minhas vitórias.

Diante de um técnico vitorioso e supostamente de sorte, ficaram desaparecidos muitos nomes talvez mais importantes nas vitórias do cartel de Zagalo. Seu sucesso no Botafogo de 1967 e 1968, por exemplo se deveu sobretudo à presença de Gérson, que era no elenco tanto o motor como o cérebro, e à existência de um ataque — municiado pelo próprio Gérson no esplendor de seu futebol extraordinário — formado por Rogério, Roberto, Jairzinho e Paulo César "tinindo nos cascos", desabrochando com todo o seu talento de supercrueses. Que o Flamengo de 1972 tinha como *condottieri* em campo um Paulo César que queria jogar bola de verdade e provar ao Botafogo e ao cartola Xisto Toniato que não era o moleque que tinha sido proscrito do clube.

E, finalmente, a Seleção de 1970, além de possuir Carlos Alberto, Gérson, Jairzinho, Rivelino, Tostão e Pelé, fora na verdade montada pelo técnico João Saldanha. E mais: este era o responsável também pelo restabelecimento daquilo que a Seleção havia perdido na malograda gestão de Aimoré Moreira: o panache, a legenda, a mística, mais densa — depois da geração de Garrincha e Pelé — do que a da própria *Celeste Olímpica* do Uruguai ou da Seleção Húngara de 1954, antes da mitologia do futebol. Como, então, Zagalo pode, sozinho,

## opinião

(no exterior)

Em Paris, a venda avulsa de Opinião é feita na livraria Joie de Lire e, também, na Librairie Portugaise 33, Rue Gay-Lussac 75005

## “Diálogo franco e maduro”

O embaixador dos Estados Unidos fala sobre as relações Brasil-EUA

Em sua recente entrevista no Rio com os correspondentes estrangeiros o embaixador dos EUA no Brasil John Crimmins afirmou que sua tarefa é tomar as relações Brasil-Estados Unidos ainda “mais excelentes do que já estão”.

Crimmins é embaixador no Brasil desde agosto do ano passado — quando substituiu William Rountree, que se desligou do serviço diplomático. É um diplomata que teve sua carreira quase sempre ligada à América Latina, e às vezes em momentos difíceis. Em 1962, por exemplo, quando ocorreu a famosa invasão da Baía dos Porcos por exilados cubanos treinados nos Estados Unidos, Crimmins era diretor do Departamento de Estados para o Caribe e México. Em 1966, serviu na República Dominicana num momento particularmente difícil, exatamente na época em que uma força liderada pelos Estados Unidos interveio no país.

Os principais trechos das declarações de Crimmins na entrevista:

### Sobre o atual estado das relações entre Brasil e Estado Unidos:

São excelentes. De vez em quando temos problemas a resolver, sobretudo no setor comercial. Mas estes problemas são resolvidos através dos métodos clássicos da diplomacia e pelo diálogo franco e maduro, que forma a base das relações bilaterais entre os dois países. Para nós o Brasil é um país muito importante, não somente por seu tamanho, por sua posição geográfica, por sua população de 100 milhões de pessoas, mas também por sua posição cada dia mais ativa e mais importante no cenário internacional. Reconhecemos que o Brasil está num processo de afirmação como potência no mundo e que influi muito nas organizações internacionais.

Do ponto de vista econômico, o Brasil é importante como mercado para as exportações norte-americanas e também como fonte de abastecimento de produtos básicos, manufaturados e semimanufaturados.

Por tudo isso, o Brasil é extremamente importante para a política externa dos Estados Unidos.

### Sobre a identidade ou não das posições do Brasil com as dos Estados Unidos nas reuniões internacionais:

Seria um erro considerar que os dois países têm se alinhado automaticamente no passado. No setor econômico, sobretudo, é muito comum o Brasil juntamente com outros países subdesenvolvidos não concordar com a posição dos Estados Unidos e de outros países desenvolvidos.

No entanto, na última reunião dos chanceleres da Organização dos Estados Americanos, em Atlanta, não houve divergências entre os Estados Unidos e o Brasil. Não houve votação na reunião dos chanceleres, mas tudo foi decidido na base do consenso, como diria aqui o senador Petrônio. Quanto ao caso de Cuba, a posição afirma sobre a possibilidade desse país participar da reunião dos chanceleres em Buenos Aires, em março próximo, não implicou numa decisão afirmativa ou negativa sobre o assunto. A decisão sugerida por Kissinger foi a de que a chancelaria argentina fizesse uma consulta aos países membros da OEA, antes da reunião de março, para determinar o consenso. O secretário Kissinger foi em seguida consultado e respondeu que, se a resposta fosse dada nesse momento, a posição americana seria contrária à participação de Cuba. Assim, não houve uma divergência entre os Estados Unidos e o Brasil sobre a necessidade de se fazer uma consulta.

### Sobre a reação dos Estados Unidos diante de uma suposta futura explosão nuclear brasileira:

Pelo que sei, o Brasil não tem nenhum interesse em fazer explosões

nucleares. Inclusive sei que técnicos brasileiros acham que o Brasil não tem capacidade para realizar essas explosões. Temos acordos bilaterais nesse campo e forneceremos o urânio enriquecido para a Usina de Angra dos Reis. Esses acordos incluem uma cláusula de salvaguarda, garantindo o uso desse material para fins pacíficos.

Mesmo supondo que o Brasil esteja trabalhando sigilosamente, nesse campo, não creio que o país desenvolva uma política de explosões nucleares.

### Sobre as denúncias de que os Estados Unidos estariam exportando para a América Latina o desfolhante químico denominado “agente laranja”, utilizado na guerra do Vietnã:

É completamente falso. O governo americano nunca forneceu nem quer fornecer o agente laranja, pois nos Estados Unidos as exportações desse produto são proibidas. Não vi na imprensa brasileira nenhuma alusão sobre o fornecimento do agente laranja pelo governo dos Estados Unidos. (Ao ser informado pelo correspondente do *Washington Post* que *Opinião* teria feito essa denúncia, o embaixador respondeu):

É falso de toda a falsidade, como dizem no Caribe. Estou certo de que se esse comércio realmente existe, é feito com um produto químico completamente modificado, porque o comércio com o agente laranja dentro dos Estados Unidos está proibido totalmente. (1)

### Sobre a venda de armas americanas para a América Latina:

Pergunta: Recentemente o presidente Nixon pediu ao Congresso americano que suspendesse o limite atualmente vigente de US 150 milhões de dólares para a ajuda militar ao continente. O Brasil teria algum interesse nessa reformulação?

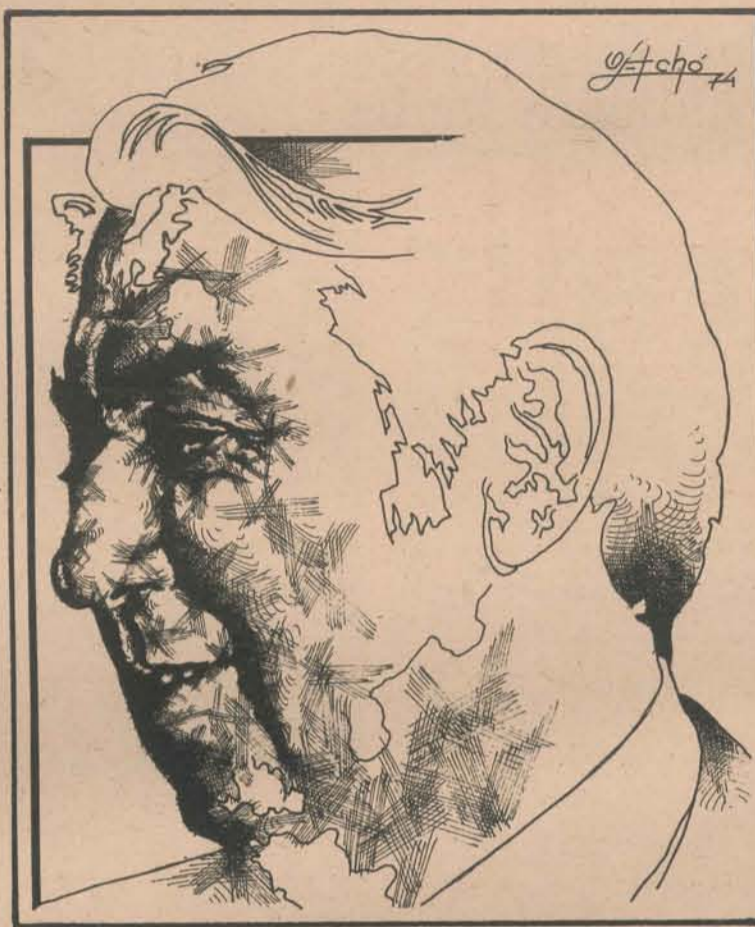
Esse limite de 150 milhões de dólares está aplicado às vendas de armas, dentro do programa norte-americano de crédito militar para todo o continente. Todo mundo sabe que o Brasil compra armas dos Estados Unidos. No ano passado, as compras do Brasil representaram 25% das compras feitas pela região. Mas nenhum país pode pedir a elevação do teto estabelecido para a ajuda militar e efetivamente ninguém pediu.

### Sobre as ameaças dos Estados Unidos de aplicarem uma taxa compensatória aos calçados brasileiros, que estariam sendo vendidos no mercado americano por um preço muito baixo, em virtude dos incentivos concedidos pelo governo aos fabricantes brasileiros:

Pela lei norte-americana, basta que um industrial faça uma queixa sobre um produto específico para que o secretário do tesouro seja obrigado a investigar a queixa. Não posso adiantar qual será a decisão do secretário do Tesouro, no caso dos calçados brasileiros, mas qualquer que seja ela, isso não implicará numa decisão do governo americano sobre outros produtos brasileiros.

Há atualmente em Washington um grupo de técnicos brasileiros discutindo o problema dos calçados. Enquanto isso, as exportações de calçados brasileiros para o mercado norte-americano continuam altas. A indústria brasileira de calçados já nos apresentou um relatório sobre o sistema de incentivos fiscais aqui aplicados, mas não sei quando o Tesouro vai terminar as investigações e tomar uma decisão.

Quero fazer uma observação suplementar: a grande maioria das exportações de calçados brasileiros é absorvida pelo mercado norte-americano, mas os calçados brasileiros e a maneira com que os incentivos são aplicados são motivos de preocupação



para outros países importadores.

Pergunta: A mudança na forma de aplicação dos incentivos, tal como vem sendo anunciada no Brasil, iria modificar a posição dos Estados Unidos? Essa mudança não implicaria na suspensão dos incentivos, mas apenas numa maneira diferente de serem concedidos.

Já li várias alusões na imprensa brasileira no sentido de uma possibilidade dos incentivos fiscais concedidos pelo governo brasileiro ficarem mais de acordo com as normas do GATT (Nota da Redação: Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas, que regula as trocas internacionais.) Os governos dos dois países estão totalmente de acordo sobre a necessidade de um definição melhor sobre a aplicação dos incentivos e das taxas compensatórias. Esses dois aspectos — que interessam ao país exportador e ao país importador — terão que ser discutidos nas negociações mundiais sobre comércio que estão sendo preparadas em Genebra.

No mês passado, a delegação dos Estados Unidos e do Brasil, numa ação em separado, mas articulada, sugeriram a criação de um subcomitê para estudar esta questão visando estabelecer regras internacionais aceitáveis para evitar o surgimento desse problema — estudar o que é permitido ou não do lado exportador e o que é permitido ou não do lado importador.

A lei americana sobre as taxas compensatórias se refere aos incentivos em geral que as mercadorias estrangeiras recebem e não faz distinção entre as subvenções permitidas e as não permitidas. Os critérios da GATT não são muito claros, mas pelo menos identificam alguns dos incentivos permitidos e os não permitidos e nesse sentido constituem um avanço em relação à legislação americana. Mas ao mesmo tempo, o GATT reconheceu a validade das leis existentes antes do acordo, caso em que se encontra a lei americana sobre aplicação de taxas compensatórias aos países que concedem incentivos às suas exportações.

### Sobre os possíveis resultados da conferência da ONU sobre os direitos do mar, que se realiza atualmente em Caracas:

A tese brasileira de soberania total na faixa das 200 milhas marítimas não será aceita devido à oposição de um grande número de países. A posição dos Estados Unidos é mais flexível que a de algum outros países que se opõem à tese das 200 milhas. Tenho a impressão de que a União Soviética considera a posição dos Estados

Unidos liberal demais. Parece que essa também é a opinião do Japão.

(1) Nota da redação: O n.º 84 de *Opinião* publicou artigo sobre a entrada e utilização no Brasil do agente laranja lver o artigo: O Agente Suspeito. Este artigo não afirma que “o governo americano está fornecendo agente laranja ao Brasil”, mas informa sobre a hipótese levantada por órgão do governo americano de exportar para a América do Sul os 2 milhões e 400 mil galões do desfolhante químico agente laranja atualmente em estoque nos Estados Unidos. O artigo informa que esses planos esbarraram na intransigência do Departamento de Estado americano, que alegou “que a operação só poderia ser feita depois que o governo (norte-americano) se definisse, novamente, sobre o uso do agente dentro dos próprios EUA”.

O artigo cita, no entanto, denúncias do paisagista Burtel Marx sobre a utilização do agente laranja em São Paulo e na Amazônia e do agrônomo Vicente de Moraes “que confirmou que o Instituto de Agropecuária do Norte (IPEAN) está usando o agente para arrasar matas nos seringaais de Pirelli e da Goodyer”. Apesar de reconhecer que as informações ainda são “esparças e variadas”, o artigo afirma que já há indícios de que o agente laranja, condenado e banido em outros países, estaria saindo de sua tranquila aposentadoria para infiltrar-se surreptitariamente no subcontinente sul americano.

## O poderoso Manolo

15 h do dia 19, em frente à 15.ª Delegacia Policial, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. Um policial sai discretamente à porta, e olha em todas as direções; examina os carros estacionados nas proximidades e, antes de retornar à DP, arrisca ainda uma última olhada às quatro esquinas. Alguns minutos depois, já há dois detetives discretamente parados na esquina mais próxima, e à porta está o mesmo homem que saíra minutos antes. É evidente que a delegacia espera um visitante ilustre.

O visitante chega minutos depois, trazendo sua própria guarda.

Desembarca do carro negro que o trouxe, diante da delegacia e dá uma ordem sussurrada ao chofer. Os dois policiais parados à esquina aproximam-se como se tentassem protegê-lo, enquanto ele entra rápido no prédio. O carro negro fica parado à porta, com o motorista e dois homens discretamente circulando ao seu redor.

A ilustre visita que a 15.ª DP recebeu às 15h do dia 19 chama-se Manolo Espaçadim Gerpe — ou Manolo dos Hotéis, como o conhecem os leitores das páginas policiais, o dono dos hotéis Recreio da Gávea (São Conrado), Nosso Hotel (Avenida Niemeyer), La Cache e Luar da Barra (Barra da Tijuca) e Bela Vista (Estrada Rio-Petrópolis), todos de “alta rotatividade” — um eufemismo para dizer hotéis de encontros.

Manolo foi à 15.ª DP depor num processo secretíssimo em que é acusado de agressão (ele e dois irmãos teriam atacado a tiros o dono de uma lanchonete vizinha ao Nosso Hotel). Mas, dizem os repórteres policiais que naquele dia foram sutilmente afastados da delegacia (o delegado Mário César da Silva simplesmente os proibiu de fotografar o dono dos hotéis em suas constantes visitas — de pura cortesia — ao distrito policial), o motivo da visita foi principalmente outro: o inquérito instaurado para investigar as circunstâncias em que morreu a menor Sheila Fares.

Sheila Fares, 16 anos, aluna do segundo grau, morreu dia 6 de abril no quarto 202 do Hotel Recreio da Gávea, vítima do que os cronistas da música pop chamariam de *over dose*: durante 12 horas ela cheirou cocaína, deixou que a injetassem de outras maneiras no seu corpo e isso foi, afinal, muito maior que suas forças (durante o meio dia em que ficaram no quarto, ela e seu acompanhante pediram apenas uma coca-cola e um guaraná).

Um inquérito que transcendesse a coisa puramente policial concluiria que são muitos os responsáveis pela morte de Sheila. Entre eles está até mesmo a polícia, que insiste, no combate ao tráfico de tóxicos, em perseguir apenas o viciado ou traficante de esquina (há muito tempo não é preso ou pelo menos não é noticiado com destaque a prisão de um figurão realmente importante do tráfico); ou os pais da moça, que nada sabiam sobre ela (“minha filha era uma moça bem comportada e obediente”, dizia d. Irene Fares, quando já se tornara evidente que Sheila caminhava, antes de morrer, para o último estágio do vício); ou seus amigos, os moços e moças frequentadores da calçada do Rick do Leblon, alguns adeptos da droga como ela (um deles, que apareceu com destaque no inquérito, chama-se muito apropriadamente *Serginho do Pô*), e, finalmente, na longa lista de culpados da morte de Sheila, estaria Manolo Espaçadim Gerpe, este que a delegacia encarregada de investigar a morte de Sheila parece tão empenhada em agradecer.

Sheila Fares pôde entrar (e morrer) no Hotel Recreio da Gávea porque o porteiro, Benino Garcia Gerpe, não lhe pediu documentos, nem mesmo perguntou se ela era maior. Benino é sobrinho de Manolo, e foi trazido por este da Espanha, há alguns meses. Veio com visto de turista em seu passaporte, e por isso não pode trabalhar no Brasil, embora seja porteiro do Recreio da Gávea. Há, no Ministério da Justiça, um processo com o objetivo de obter, para Benino, um visto de permanência e a regularização de sua situação no país. Daqui a 50 dias, quando o processo for definitivamente enviado à Justiça, e Benino intimado a depor como testemunha, sua situação no país poderá estar normalizada, e o fato dele trabalhar não lhe trará qualquer problema, bem como para o seu poderoso tio.

Quanto ao delegado Mário César da Silva e seus detetives, eles terão mais uma vez cumprido com o dever, embora com certo atraso: enviarão à Justiça, após 120 dias, um inquérito que já tinha sido concluído na metade desse prazo. (Aguinaldo Silva)

## Balanço de pagamentos O dinheiro inglês

O Brasil conseguirá levantar facilmente os 7 bilhões (1) de dólares necessários para equilibrar este ano seu balanço de pagamentos? Um boletim confidencial do First National Bank of Boston, que circula reservadamente nos meios financeiros de Londres, revela que os banqueiros internacionais têm 7 bilhões de dólares disponíveis para aplicar no Brasil nos próximos 12 meses. Para emprestar esse dinheiro, os banqueiros europeus pedem, no entanto, que o governo brasileiro:

a) Altere a lei de remessa de lucros já considerada uma das mais liberais do mundo — tornando-se ainda mais suave. (Atualmente essa lei permite o envio para o exterior de 12% dos lucros anuais das empresas estrangeiras, sem qualquer taxa além do imposto de renda. Acima desse percentual, há uma taxa progressiva, que é bastante inferior à de outros países. A alteração da lei de remessa de lucros também foi pedida recentemente por banqueiros japoneses, alegando que isso estimularia o fluxo de investimentos e empréstimos para o Brasil.)

b) Acabe com a exigência do prazo mínimo de 10 anos para permanência dos empréstimos. Existe uma aplicação para essa exigência: os bancos europeus estão entupidos de dólares árabes para aplicação em prazos curtíssimos, mas sem liquidez para empréstimos longos.

### Onde está o problema

Essa delicada dependência dos empréstimos internacionais em 74 é consequência da política de "abertura para o exterior" da economia brasileira nos últimos anos. O argumento oficial é de que os recursos externos são necessários para complementar a insuficiente poupança interna e permitir a manutenção de altas taxas de crescimento econômico. A verdadeira questão se resumiria a uma correta administração dos prazos de pagamento dos juros e amortizações, o que segundo as autoridades

monetárias vem sendo conseguido porque até 1967 cerca de 80% da dívida deveria ser paga no ano seguinte e em 1973 esse percentual caiu para apenas 25%. Além disso, o Brasil conta atualmente com 6,8 bilhões de dólares de reservas que representariam garantia perante os banqueiros europeus e americanos de que o país pode saldar, pelo menos a curto prazo, os seus compromissos.

Portanto, através de uma política conscientemente assumida pelo governo passado, o Brasil foi apanhando quantidades crescentes de dólares no exterior e a dívida bruta passou de 2,9 bilhões de dólares em 1964, para 6,6 bilhões em 1971 e cerca de 13 bilhões em 1973. Em 10 anos a dívida cresceu mais de 400% e até o final de 74 deverá estar entre 18 e 19 bilhões de dólares.

Esse, no entanto, é o endividamento bruto pois o país até dezembro poderá ter 7 bilhões de dólares de reservas cambiais e a dívida líquida — isto é, a diferença entre a dívida bruta e as reservas — é que merece ser analisada. O endividamento líquido aumentou de 2,8 bilhões de dólares em 1964, para 5 bilhões em 71 e 6,5 bilhões no ano passado. Este ano deverá alcançar aproximadamente 11 bilhões de dólares (18 de dívida menos 7 de reservas), o que representa quase um ano e meio das exportações brasileiras (estimadas em 8 bilhões) e mais do que o dobro que o endividamento líquido de 1970 (que era de US\$ 4,1 bilhões).

Por outro lado afirma-se que parte dos compromissos externos do Brasil poderiam ser pagos com o aumento das receitas de exportação, que cresceram mais de 400% nos últimos 10 anos passando de pouco mais de 1 bilhão de dólares em 64 para 6,2 bilhões no ano passado. Mas não se deve esquecer que os dólares obtidos com a expansão das exportações ficaram comprometidos com o igualmente vertiginoso crescimento das importações. Estas passaram de US\$ 1 bilhão em 64 para US\$ 6 bilhões no ano passado, devendo atingir 11 bilhões de dólares ao final de 1974. Por isso, o Brasil, que até 1970

sempre tivera saldo em sua balança comercial, em 71 fechou com déficit (345 milhões de dólares), em 72 também (244 milhões), em 73 teve um modesto superávit (181 milhões) e este ano, devido principalmente às compras de petróleo, fertilizantes, máquinas e equipamentos e metais não ferrosos, vai apresentar um grande saldo negativo.

Há indicações de que a vulnerabilidade da dívida externa brasileira é cada vez maior. Os pagamentos que o Brasil tem que fazer anualmente (representados pela soma do déficit de serviços com as amortizações — ou prestações — da dívida) representavam em 1964 perto de 38% das suas receitas (obtidas com as exportações), em 1969 quase 49% e este ano podem chegar a 54%.

O presidente do Banco Central, Paulo Lira, considera, no entanto, que em termos de endividamento externo a situação está sob total controle e que os empréstimos e financiamentos continuarão fluindo normalmente pois o país não pode dispensar esses recursos e tudo se resume numa correta administração da dívida. O próprio Paulo Lira, aliás, em reunião do Conselho Monetário Nacional no ano passado, apresentou uma projeção da dívida externa para os próximos anos, estimando que ela atingirá 33 bilhões de dólares em 1977.

### Os melhores riscos

A revista londrina *EuroMoney* também considera a situação brasileira tranquila. Comparando os empréstimos obtidos por diversos países no período de 1.º de janeiro de 73 a 17 de maio de 74 com as suas respectivas reservas, a *EuroMoney* observa que apenas três obtiveram empréstimos que não representaram sequer 15% das suas reservas: a Austrália com 4,1%, a Espanha com 6,8% e o Brasil com 13,1% (860 milhões de empréstimos para 6,4 bilhões de reservas). Enquanto isso países como a Itália, o Peru e a Inglaterra conseguiram empréstimos correspondentes a 100,3%, 130,0% e

84,3% de suas reservas, respectivamente. Por isso, afirma a *EuroMoney*, "os melhores riscos de crédito no presente momento parecem ser o Brasil, Espanha e Austrália, que têm relativamente tomado poucos empréstimos e têm sólidas reservas".

Resta saber se ao final de 74 poderá se fazer a mesma recomendação com relação ao Brasil. De junho até dezembro (os dados da revista vão apenas até meados de abril) o país precisará apanhar 5 bilhões de dólares no exterior, enquanto as suas reservas deverão ser de, no máximo, 7 bilhões. Isso significa que a relação empréstimos/reservas deverá se elevar de 13,1% para cerca de 70%, podendo colocar o país entre aqueles que apresentam elevado risco para os banqueiros internacionais, segundo os critérios da revista londrina.

(1) O Brasil precisará obter este ano mais de 7 bilhões de dólares junto aos banqueiros internacionais, para equilibrar o seu balanço de pagamentos: o déficit com a conta de serviços (remessas de lucros, royalties, assistência técnica, dividendos, seguros, fretes e turismo) deverá atingir 3 bilhões de dólares; o déficit na balança comercial (exportações menos importações), num cálculo otimista, deverá ficar entre 2 e 3 bilhões de dólares. A amortização da dívida externa exigirá outros 2 bilhões, segundo cálculos oficiais.

## Bancos Os gigantes ineficientes

A partir de 1971 as autoridades governamentais estimularam as fusões e incorporações bancárias, alegando que os grandes bancos podem se beneficiar de economias de escala e cobrar taxas de juros reais menores do que os pequenos e médios. A formação de grandes bancos não só permitiria um combate mais efetivo à inflação como também uma atuação mais eficiente dos bancos no mercado interno e no exterior. E como resultado

do processo de fusões e incorporações o número de bancos nacionais se reduziu de 188, em 1968, para menos de 90 atualmente.

Mas serão realmente os grandes bancos mais eficientes? Uma pesquisa recentemente divulgada pelo Sindicato dos Bancos da Guanabara mostra que, pelo menos no Brasil, não. Os bancos médios são os que apresentam as maiores médias de depósitos e de empréstimos por agência — que são dois dos mais importantes indicadores da produtividade bancária.

Enquanto os grandes bancos, com cerca de 500 agências, têm uma média de depósitos por agência de 12,27 milhões de cruzeiros e uma média de empréstimos de apenas 11,72 milhões, os bancos com 12 agências em média têm depósitos de 12,54 milhões e emprestam 18 milhões de cruzeiros por agência. Como o rendimento dos bancos depende basicamente da obtenção de juros, as agências de melhor rentabilidade são em geral aquelas que emprestam mais — no caso brasileiro, as agências dos bancos médios.

Portanto, o processo de fusões e incorporações parece não ter contribuído para melhorar a produtividade bancária. O que muitas vezes acontece é que quando um grande banco compra outro estabelecimento bancário, mantém em funcionamento uma série de agências de baixa produtividade deste último, que somadas às agências deficitárias que ele próprio já possuía só contribuem para aumentar a sua ineficiência. Além disso, como os estabelecimentos bancários estão sendo comprados a preços elevadíssimos, os grandes bancos não podem reduzir durante longo tempo sua taxa real de juros, porque precisam realizar pesados pagamentos.

A pesquisa do Sindicato dos Bancos da Guanabara revela também que os bancos privados nacionais são menos produtivos do que o Banco do Brasil e os estabelecimentos estrangeiros. Enquanto o Banco do Brasil empresta em média 57,6 milhões por agência e possui depósitos de 46,9 milhões, e os bancos estrangeiros apresentam como indicadores de 88,5 milhões e 66,8 milhões, respectivamente, os bancos privados nacionais ficam bem abaixo com 11,45 milhões de empréstimos e 10,39 milhões de depósitos.

Aloysio Biondi

## BALANÇO

Mais políticos que os que se dizem políticos, os tecnocratas se especializaram, nos últimos anos, na arte de improvisar — com brilhantismo, reconheça-se — interpretações positivas para fatos que, na realidade, representavam distorções e erros na área da economia. O ponto máximo dessa técnica foi atingido com a "teoria dos desequilíbrios". Ante o caos implantado no abastecimento interno, ante a escassez de matérias-primas cuja produção local não fora estimulada, ante o congestionamento e deterioração dos transportes ferroviários abandonados durante anos, ante o peso crescente das importações de máquinas, falava-se na "alegria da escassez". Os desequilíbrios, segundo os pais da teoria, eram uma bênção. Por quê? Porque o Brasil, segundo esses intérpretes, estava com a economia "acomodada", "sem impulso". Era preciso introduzir desequilíbrios (isto é, escassez), para que houvesse motivação do empresário, e mobilização geral para superá-lo. Era preciso que o escoamento das safras ficasse tumultuado, para que se descobrisse a existência do trem. Era preciso que faltassem leite, óleo, feijão, carne, milho, amendoim, para que a agricultura descobrisse que havia um mercado à sua disposição. Era preciso que motoristas se matassem a tiros em plena rua para que se descobrisse o clima neurótico das metrópoles e se pensasse em uma política de urbanização.

Sofismas iguais foram usados no debate sobre a concentração de renda no país, fenômeno inicialmente negado e depois, ante os esmagadores dados do censo de 1970, apresentado como necessário ao processo de

## Jogando couro no rio

crescimento. À medida em que a teoria perdia consistência, improvisou-se nova série de afirmações, de que o fenômeno era menos grave do que aparentava, ou que se corrigiria naturalmente, com o próprio desenvolvimento.

Argumentos que voltam a minimizar a gravidade da concentração de renda foram apresentados pelo ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, em sua última viagem ao exterior. Suas declarações coincidem, ainda, com o surgimento de análises, na imprensa, segundo as quais medidas corretivas da concentração não estariam sendo mais consideradas como necessárias, na área oficial — do ponto de vista estritamente econômico. Essas análises, formuladas pelos técnicos, não levam em conta, evidentemente, o drama representado pela situação de marginalização de milhões de brasileiros. Ocupando-se estritamente do aspecto econômico — e deixando à margem o lado social — seu interesse pela distribuição da renda, no país, consiste em encaixá-la apenas como um fator de demanda, e, portanto, de expansão da economia. Em outras palavras: para esses técnicos, somente teria sentido alterar a distribuição da renda caso isso contribuísse para o crescimento econômico. Caso o aumento do poder aquisitivo de milhões de brasileiros não só contribuísse para aumentar o consumo de determinados bens, mas também tivesse "efeitos multiplicadores", em outros setores. No entanto — segundo esse raciocínio — tendo em vista que o país decidiu optar

por uma política de investimentos maciços em setores básicos, de equipamentos e matérias-primas, tornou-se dispensável a ampliação do mercado de bens de consumo. Não há necessidade, portanto, de redistribuir a renda — dentro desse raciocínio.

### Reflexos da concentração

De nada vale alimentar debates sofisticados em torno do tema. Mais vale lembrar a esses técnicos — já que é essa a sua área de interesse — que a concentração de renda tem aspectos que limitam o crescimento econômico. Diariamente, surgem exemplos concretos dessa distorção, revelando desperdícios que só uma mudança total de ética evitariam. Um desses exemplos, retirados ao acaso do noticiário da imprensa em meados deste mês, surgiu através dos exportadores de couro cru, que pleiteiam a liberação da exportação do produto, sua alegação: "Existe hoje em estoque um volume próximo a 1 milhão de t de couros, bovinos, muito maior que os certumes e a indústria de calçados poderia absorver". Por que a existência de estoques? "A indústria de couros consome apenas certos tipos de produto, próprios para a fabricação dos calçados da moda, e deixa a maior parte em mãos dos frigoríficos e matadouros". Em consequência, houve "queda do preço do couro cru no mercado interno, onde se vendia o quilo a Cr\$5,00 a dois meses e hoje não se consegue mais de Cr\$3,90". Conclusão dos exportadores: ou o governo

libera as exportações, para os preços subirem, ou "os produtores acabam jogando o couro nos rios, como fizeram em 1957/58".

O episódio é ilustrativo, para quem vai além das interpretações estatísticas. Revela os males da concentração e os desperdícios que retardam o crescimento do país. Há sobra de couro porque a indústria só fabrica "calçados da moda", a Cr\$100,00 o par, destinados a atender ao consumismo das faixas da população de renda mais alta. Aos milhões de brasileiros de baixa renda não vale a pena vender; seria preciso produzir calçados populares, que, por seu baixo preço, deixam modesta margem de lucro.

O perfil da renda, em suma, determina o comportamento dos empresários. Como se faz com a cebola, como se fez com o leite, como se faz com a batata, melhor é acabar não entregando o produto ao mercado, melhor é acabar "jogando couro nos rios". Apesar da perda de produção, apesar da perda de renda para o país, apesar do retardamento do crescimento do PIB, os técnicos parecem estar de pleno acordo com esse ponto de vista. No seu mundo estatístico, existe até escassez de mão-de-obra, e não há necessidade de maiores aumentos do salário mínimo porque, dizem, quase ninguém no Brasil é mais remunerado nessa base, diante da procura de trabalhadores pela indústria e pela agricultura.

Auxiliados por interessados, ligada à indústria de construção civil, os técnicos, deram validade à campanha

sobre essa outra "alegre escassez", esquecendo-se por exemplo de que a falada falta de braços no campo no começo do ano se devia unicamente à simultaneidade das safras. Que as diárias de até Cr\$20,00 pagas a um trabalhador rural, em plena colheita, não eram motivo para levar a acreditar que o trabalhador rural ganha 30 dias vezes 20,00, ou 600,00 por mês, ou, ainda, 7.200 cruzeiros por ano. Seu engano pode ser corrigido a partir do noticiário da imprensa paulista sobre o problema de pedintes no interior de São Paulo. Em Assis, dizia *O Estado de São Paulo* há uma semana, "os migrantes já congestionam as plataformas da estação ferroviária, prejudicando inclusive o embarque de passageiros e os depósitos da Fepasa, onde agora é hábito queimar latas na tentativa de se proteger do frio com um "pouco de calor do fogo"... O fluxo migratório é um problema sentido também pelas cidades da região, mas em menor intensidade. Comenta o prefeito de Cândido Mota que a situação se agrava na época da entressafra, quando não há colheita de algodão e amendoim" (Sic).

Os técnicos oficiais podem convencer-se de que, no final das contas, erraram ao projetar a renda anual dos trabalhadores, a partir das diárias recebidas na época da safra. Mas, certamente, não se comoverão com o quadro delineado pelo noticiário. Devem julgar, certamente, que, se os migrantes tivessem lido a Cartilha de Poupança que o BNH distribuiu, os trabalhadores teriam sabido economizar, e com Cr\$20,00 por dia, guardar o suficiente para sobreviver os seis a oito meses do ano em que não há safra. Nem escassez de mão-de-obra. Nem salário mínimo.

## Leite Entre a água e o pó

Em maio inicia-se o período de entressafra na produção do leite: o capim floresce, diminuindo o valor protéico dos pastos e isto coincide com a chegada do frio, que exige um acréscimo de calorías na alimentação do gado. Por isso, todo ano, nessa época, a produção de leite diminui em mais de 20 por cento, ocasionando faltas periódicas do produto natural à população.

Esta situação crônica poderia ser evitada com o aumento de produção no período de safra e com a estocagem de leite em pó, para reidratação — isto é, para voltar ao estado líquido mediante a adição de água — em época oportuna. Entretanto, há sete anos a pecuária leiteira declara-se em situação deficitária e a produção não acompanha o aumento de consumo. Em 1973, por exemplo, houve um acréscimo na demanda do leite em torno de 10 por cento, em relação ao ano anterior, para um aumento de apenas 5 por cento na produção.

A solução mais fácil — e também mais onerosa para o país — tem sido habitualmente adotada na época de entressafra: importa-se leite em pó e matéria gorda, que são transformados em leite natural pelo processo de reidratação. Isto representa, de certa forma, uma subvenção ao produtor estrangeiro, em detrimento da pecuária leiteira nacional. Para este ano, as necessidades de importação estão estimadas em torno de 25 mil toneladas, das quais cerca de 20 mil já foram negociadas pela COBAL — órgão governamental encarregado desta operação.

### Crise x importação

No ano passado, a falta de leite tomou proporções alarmantes, principalmente em São Paulo — maior centro consumidor do produto — onde o déficit foi de 1 milhão de litros diários. Atualmente, o consumidor brasileiro ainda não sentiu os efeitos da crise que já se iniciou no setor da produção: a reidratação de leite em pó e o desvio da matéria-prima das fábricas de derivados — iogurte, queijo, etc. — têm suprido os déficits. Apenas em São Paulo estes métodos não conseguem atender à demanda e o déficit atinge cerca de 1/3 do consumo, que é estimado em torno de 1.500 mil litros diários.

No nordeste, apenas no Ceará percebe-se alguma escassez de leite natural, apesar da reidratação de leite em pó, e no sul este processo já vem sendo utilizado há algum tempo para a normalização do abastecimento. Na Guanabara, cerca de 200 mil litros são reidratados diariamente.

Diante da ausência de estoques, a importação de leite em pó surge como uma consequência inevitável, decorrência direta da falta de estímulo prolongada à pecuária leiteira, ou seja, ao pequeno produtor, que é responsável por mais de 50 por cento da produção total do país.

A importação de leite em pó representa também uma proteção indireta às usinas e cooperativas centrais — os intermediários — que têm na produção de derivados (laticínios, sobretudo queijo e iogurte) sua maior fonte de lucro. O desvio de parte da matéria-prima destas fábricas poderia suprir os déficits de consumo (no Rio, apenas uma das fábricas da CCPL processa 200 mil litros de leite por dia).

### Solução só no papel

Em maio, a SUNAB determinou através de portaria — n.º 41 — que caso de necessidade de abastecimento à população seria requisitado o leite natural destinado à produção de derivados. Neste caso, as indústrias afetadas poderiam importar leite em pó. Este seria um processo mais racional, pois as indústrias interessadas é que arcaiam com as despesas desta operação, e o aumento natural do produto final seria ab-

servido apenas por pequena faixa do mercado consumidor — pois os derivados do leite são considerados alimentos de luxo. Entretanto, esta portaria revelou-se até agora uma medida de efeito psicológico, pois somente o governo tem importado o produto em pó, recaindo o ônus da operação indiretamente sobre toda a população.

Os preços do leite em pó no mercado internacional apresentam tendência de alta — em março deste ano a tonelada custava US\$970, passando a US\$1.050 em junho. As usinas e cooperativas centrais, encarregadas do processo de reidratação, estão reivindicando a compra do produto pelo preço de custo, alegando que só assim seria possível a revenda ao consumidor pelo preço de tabela. Isso significa que para as indústrias, mesmo no período da entressafra, é inadmissível uma pequena redução de lucros.

### Para os bezerros

A pecuária leiteira, é um dos poucos setores de produção que é mantido rigorosamente sob controle governamental em todas as etapas de comercialização — sua situação é deficitária há vários anos e o quadro agravou-se em 1973, com o aumento do preço dos insumos e a valorização da pecuária de corte e da cultura da soja, que determinou a transferência em massa dos produtores de leite para outras atividades. O baixo nível de remuneração concedido ao setor de produção faz com que cerca de 70 por cento da capacidade produtiva fique retida nas fazendas para alimentação dos bezerros destinados ao corte; devido ao alto preço das rações, o leite continua sendo o alimento mais barato.

Os trâmites burocráticos dificultam a concessão de financiamentos ao pequeno produtor — e a falta de capital — impede o aumento da produtividade. A quebra deste círculo vicioso, ou seja, o estímulo direto ao setor de produção, representaria o fim da necessidade de importação de leite em pó na entressafra, o fim da subvenção indireta ao produtor estrangeiro e ao intermediário — as indústrias de laticínios. (Tânia Swain)

## Rio Grande do Sul Um canal entre as safras e o porto

O canal São Gonçalo praticamente divide os municípios de Pelotas e Rio Grande. Sobre ele existe uma ponte de concreto armado, que há pelo menos quatro anos oferece condições de tráfego muito precárias. Apesar disso, nenhuma providência foi tomada para a eventualidade de que ocorresse uma emergência insanável. "Como é que só agora, depois de criado o problema, o governo resolve interditar a ponte e construir uma nova?", perguntou na Assembléia gaúcha o deputado João Carlos Gastal, o primeiro a falar no assunto. Gastal é de Pelotas e sabe desde criança que a passagem sobre o São Gonçalo é a única que possibilita o escoamento da produção pelo porto de Rio Grande. E esta ponte está interdita há duas semanas, exatamente quando foram removidos os obstáculos que impediam a comercialização da safra de soja deste ano.

O resultado é que nos primeiros dias a interdição total foi decretada no dia 17 — filas de caminhões que se estendiam até por 5 quilômetros de distância, chegavam a penetrar nas principais saídas de Pelotas. É verdade que o DNER providenciara a tempo a

contratação de duas barcas que operavam entre Rio e Niterói, a Valda III e a Valda IV, mas nem elas e nem os trens equipados com plataformas especiais para levar caminhões conseguem escoar o tráfego diário de 7 mil veículos entre Pelotas e Rio Grande. A única saída capaz de furar o bloqueio das Lagoas dos Patos e Mirim, o desvio de Santa Izabel, a 40 quilômetros, está completamente intransitável.

A interdição da ponte sobre o canal São Gonçalo prejudicará bastante o escoamento da safra de soja do Rio Grande do Sul, estimada em 2,7 milhões de toneladas. O produto já deveria ter sido enviado para o porto de Rio Grande, mas as cooperativas estavam aguardando alterações na cotação internacional da soja, que acabaram não saindo. A comercialização começou, apesar disso, devido à série de incentivos fiscais concedidos pelos governos federal e estadual. E também porque dentro de dois meses a safra norte-americana entrará no mercado, quando então os preços poderão cair ainda mais.

Algumas tentativas desesperadas de superar o problema criado poderão ter início esta semana. Uma delas é ativar a outra solitária via de escoamento que existe sobre o São Gonçalo, que é o trem. Outra seria a imediata construção, pelo III Exército, de uma ponte flutuante.

Das 1,5 milhão de toneladas de soja em grão que o Rio Grande do Sul tem para exportar este ano, 700 mil já foram vendidas. Mas apenas 500 mil toneladas chegaram ao porto de Rio Grande, das quais 300 mil é que foram efetivamente embarcadas. O fechamento de negócios está sendo severamente acelerado, já que os produtores resolveram dar-se por satisfeitos com os Cr\$ 55,00 líquidos que estão recebendo por saca negociada.

Ao contrário do ano passado, os exportadores não estão encontrando grandes restrições para colocar o produto no exterior — grão, farelo e

óleo. Até mesmo os preços atuais não chegam a frustrar completamente as expectativas dos produtores, a maioria dos quais está convencida de que extrapolou na análise do mercado para este ano. O que se admite é que os maiores erros foram cometidos pelo governo. No ano passado, sem qualquer estudo técnico mais profundo, o ministro Delfim Netto decretou o contingenciamento para a exportação da soja. Alguns resultados desta política são visíveis em Porto Alegre. No porto local, 4 mil toneladas de farelo de soja estão apodrecendo por falta de consumo no mercado interno. Este produto foi retirado dos exportadores, no ano passado pela CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) atendendo à determinação de que para cada três toneladas de farelo exportado uma deveria ficar com o governo.

Esta série de erros na condução da política de produção da soja, aliada a um quadro internacional pouco favorável ao agricultor brasileiro, acabou gerando frustrações que já começam a apresentar seus resultados. O presidente da FARSUL, Alamiir Gonçalves, confirmou na semana passada que o plantio do trigo, iniciado em maio, apresenta uma sensível redução de área. No Rio Grande, admite-se que a área para o plantio de trigo será 30 por cento menor. Mas o presidente da FECOTRIGO acha que isto não ocorrerá, uma vez que os incentivos governamentais, este ano, são os maiores da história da triticultura brasileira.

Quando a colheita for iniciada, no próximo verão, os problemas de escoamento da produção ainda não terão sido solucionados, porque até lá a nova ponte sobre o canal de São Gonçalo não estará pronta. E não será suficiente o transporte ferroviário ou através de ponte móvel ou barcas de transporte. Tudo indica que o colapso do escoamento rodoviário poderá criar opções válidas para o transporte hidroviário e lacustre. Existe seguramente um irracionalismo na

utilização maciça de caminhões de cargas, quando o Rio Grande do Sul dispõe das duas maiores lagoas navegáveis do país e de uma malha de rios que saem diretamente das zonas de produção até o coração da Lagoa dos Patos. (Paulo Bastos)

## Comércio

### "O mês mais inexpressivo"

A perda de poder aquisitivo do público, devido ao rápido aumento dos preços nos primeiros meses do ano, e a redução do crédito direto ao consumidor provocaram uma acentuada queda nas vendas do comércio varejista em abril e maio. A retração da demanda atingiu principalmente o mercado de artigos têxteis, calçados e o comércio de bens de consumo duráveis (automóveis e aparelhos domésticos).

Embora a comercialização de eletrodomésticos normalmente seja fraca no segundo trimestre, o declínio esse ano foi muito mais intenso do que o esperado. Em comparação com março, as vendas de aparelhos de ar condicionado caíram 41% em abril, as de aspiradores de pó 41,9% e as de enceradeiras e liquidificadores mais de 50%. O Clube dos Diretores Lojistas do Rio classificou maio como "o mês mais inexpressivo do ano" para o comércio varejista carioca, levando-se em conta que é o "mês das noivas" e que nele se comemora o "dia das mães". As vendas caíram 5,5% em comparação com maio do ano passado. Mais de 30% das lojas do ramo mole (roupas feitas, calçados e tecidos) e 35% do ramo duro (automóveis e eletrodomésticos) tiveram seu movimento diminuído.

Pedro Pinheiro

## —NEGÓCIOS—

### O estanho e os óleos

Quatro das seis produtoras brasileiras de estanho estavam encarregadas de abastecer a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), única produtora brasileira de folha de flandres (latas — fabricadas com uma liga de ferro e estanho) a preços oficiais (CIP) de Cr\$ 42,16 por quilo. No entanto, apenas uma — a Companhia Estanifera do Brasil — está cumprindo integralmente o acordo. Assim, em vez das 1.200 toneladas anuais de estanho, a CSN só vem contando com um pouco mais de 300.

Na verdade, as estaníferas têm preferido exportar o metal a preços até 100% mais altos a colocá-lo no mercado interno aos preços oficiais. Em meados de junho as cotações do estanho na Bolsa de Londres (LME) estavam 46% acima dos níveis oficiais.

Até agora a produção de folha de flandres não foi significativamente afetada pela falta de suprimento de estanho. Mas dentro de mais algumas semanas poderá surgir novo pretexto para a falta ou para o aumento dos preços dos óleos comestíveis nos supermercados: a falta ou o aumento dos preços das latas.

### Sucos: a dura concorrência

Aumentou em 569,1% o volume de títulos protestados em São Paulo apenas ao setor produtor de alimentos no mês de maio (sobre abril anterior). Mas 86% do valor total protestado contra o setor devem-se aos títulos apontados contra a Sanderson, uma das maiores exportadoras de sucos cítricos do país.

É verdade que a Sanderson nunca foi um modelo de administração financeira. Mas também é verdade que não se esperava que a concorrência em que se debatem as oito produtoras

brasileiras (Citrosuco, Sucocitrico Centrale, Sanderson, Citrobrazil, Sucorrico, Citral, Avante e Tropsuco) chegasse ao ponto de levar uma delas (a Citrosuco) a derrubar as cotações internacionais colocando seu produto no exterior a preços inferiores aos dos custos de produção.

Mesmo que não tenha havido, no caso, premeditação de dumping as condições infra-estruturais da comercialização dos sucos cítricos é pelo menos bastante propícia a isso. Os portos brasileiros não contam com frigoríficos especializados que permitam o armazenamento do produto e sua conservação. Os importadores estrangeiros sabem disso e jogam com isso: deixam que se acumulem os estoques e então oferecem os preços que bem entendem. O produtor brasileiro se vê na dura opção de ter que vender a baixos preços ou então a perder irremediavelmente sua mercadoria.

### Crédito apertado também nos EUA

Não é apenas o empresário brasileiro que passa por uma aguda falta de dinheiro. Os Estados Unidos estão atravessando a temporada mais difícil dos últimos quatro anos: as taxas de juros atingiram os níveis estratosféricos (para os padrões deles) de 11,5% ao ano no caso de empréstimos para as melhores empresas (*prime rate*) e os bancos estão exigindo o "absurdo" saldo médio de 20% para descontar títulos comerciais (duplicatas).

Dois são as principais causas dessa situação. Em primeiro lugar, há a política monetária mais restritiva que vem sendo colocada em prática por Arthur Burns, presidente do Departamento de Reserva Federal (o Banco Central deles) para tentar

domar um pouco a inflação que atingiu a taxa anual de 12% apenas no primeiro trimestre.

Mas há também uma procura incomum de crédito por parte das empresas. Eis as principais razões desse fato: 1. Como a inflação (provavelmente ao redor de 10% ao ano) deve continuar bastante forte, as empresas têm preferido tomar dinheiro emprestado porque sabem que ao fim de um determinado período a própria desvalorização do dinheiro pela inflação também vai diminuir a dívida; 2. Porque as Bolsas de Valores vão muito mal das pernas e estão impedindo que as empresas de capital aberto façam chamadas de capital, obrigando-as a recorrer aos bancos para conseguir o dinheiro de que necessitam (e o aumento de candidatos num mercado hoje escasso desloca os menores mais fracos); 3. Um grande número de empresas de serviços públicos (companhias de energia elétrica, e de transportes) não está conseguindo do governo os reajustes tarifários para reequilibrar seus maiores custos com combustíveis, salários, etc. Em compensação, as autoridades estão-lhes permitindo maior acesso ao crédito (até com garantia oficial) o que, no entanto, tem sobrecarregado o mercado interno de capitais.

A aceleração da inflação está causando verdadeira desordem no sistema monetário mundial, uma vez que os investidores só se dispõem a emprestar por prazos curtíssimos (para que a desvalorização do dinheiro não acabe diluindo de uma vez suas poupanças). E essa é a principal razão por que os empréstimos em moeda para o Brasil pelas Resoluções 63 e Lei 4131 estão cada vez mais difíceis, dado o prazo de 10 anos de permanência desses capitais no país.

## A 11.ª reunião da Organização da Unidade Africana Temores e diferenças

“A atual Carta da Organização da Unidade Africana é um espelho de nossos temores e diferenças”. Essas palavras do presidente do Sudão, Gaafar Numeiri, no encerramento da 11.ª reunião da OUA — realizada entre 12 e 15 de junho em Mogadíscio, Somália — refletem algumas divergências que se arrastam desde a fundação dessa organização, em 1936, como velhas rivalidades entre países de colonização inglesa e francesa, entre cristãos e muçulmanos e entre os ricos países petrolíferos árabes da África do Norte e os desprovidos e famintos da África Negra. A reunião pouco conseguiu concretamente além de duas grandes polêmicas: uma divergência entre as duas Áfricas quando se discutia a crise econômica causada pela elevação dos preços do petróleo e a eleição para o cargo de secretário-geral da organização.

Com o embargo petrolífero iniciado após a Guerra de Outubro e o posterior aumento dos preços, as economias de muitos países subdesenvolvidos foram atingidas duplamente: além de gastar mais dólares comprando petróleo, também passaram a pagar mais pelos artigos manufaturados dos países desenvolvidos que foram atingidos pela crise. A iniciativa árabe para minorar os efeitos da alta para os africanos — criando um banco árabe-africano com fundos de 200 milhões de dólares para toda a África — não foi considerada suficiente, especialmente se comparada com a ajuda de 1 bilhão de dólares que o Irã deu a um único país, o Egito.

Alguns países, como a Etiópia, Gana e Quênia — que mantinham boas relações com Israel antes da Guerra de Outubro — chegaram a dizer quase diretamente que esse gesto de maior generosidade monetária seria uma “recompensa” por terem os africanos rompido em massa relações diplomáticas com Telaviv em consequência da guerra. A favor dos árabes o Madagascar defendeu a posição de que os países petrolíferos, da África, como a Nigéria e República Popular do Congo, é que deveriam ser mais solidários com seus vizinhos. O Conselho finalmente retirou do relatório a insinuação de que os árabes deviam conceder empréstimos como “recompensa” pelo procedimento dos países da África Negra que romperam relações com Israel na Guerra de Outubro.

O desentendimento se mostrou mais nítido, no entanto, durante a eleição para o preenchimento do cargo de secretário-geral da OUA. Nzo Ekwagaki teve de deixar seu cargo antes do término do mandato, ao que parece por ter concluído um acordo com a Londonand Rhodesian Mining and Land Society para assessoramento em questões petrolíferas. Desde que a maioria dos países africanos constantemente denuncia o “imperialismo britânico e o regime racista da Rodésia”, tal ato foi considerado uma “falta política grave. Para substituí-lo apresentaram-se como candidatos o ministro das Relações Exteriores da Somália, Omar Arteh, considerado pró-árabe, e o ministro das Relações Exteriores da Zâmbia, Vernon Mwangi. O impasse entre as duas candidaturas (pró-árabes e africana) só foi resolvido depois da 18.ª votação, quando o presidente em exercício da OUA, Mohamed Siyad Barre, propôs a candidatura conciliatória, aceita por unanimidade, de Eketi Mboumoua, da República dos Camarões, país que goza do especial privilégio de ter sido colonizado ao mesmo tempo por ingleses e franceses e contando portanto com as simpatias dos anglofonos e francófonos e uma certa neutralidade na questão África Negra x árabe.

Uma questão sucessória permanece ainda aberta, causando ansiedade a vários chefes de Estados: como tradicionalmente o cargo de presidente da OUA é atribuído ao presidente do país em que se realiza a reunião, a perspectiva de que no próximo ano a

reunião em Kampala, Uganda, seja presidida pelo excêntrico coronel Idi Amin fez levantar a possibilidade da reunião ser transferida para Mauritius.

Apesar de todas as discordâncias, a questão das colônias portuguesas teve tratamento unânime: o Conselho resolveu manter Portugal isolado diplomaticamente até que seja concedida a independência da Guiné-Bissau e reconhecidos os movimentos de libertação como representantes legítimos das populações coloniais. Mas mesmo nessa questão, algum desentendimento pode ser notado: o general Mobutu, do Zaire, apóia a FLNA (Frente de Libertação Nacional de Angola) de Holden Roberto, enquanto Kenneth Kaunda de Zâmbia e Julius Nyerere da Tanzânia não dissimulam seu apoio ao MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) de Agostinho Neto.

## EUA O cerco ao presidente

Acusado de violar direitos civis e prestar falso depoimento perante um Grande Júri e o FBI, um dos mais íntimos colaboradores do presidente Nixon, o ex-conselheiro presidencial para Assuntos Internos, John Ehrlichman, começou a ser julgado na quarta-feira da semana passada depois de uma série de desentendimentos entre a Casa Branca e Gerhard Gesell, juiz federal encarregado do caso.

Ehrlichman, em companhia de mais três ex-funcionários da Casa Branca, foi acusado de conspirar para violar os direitos civis do dr. Lewis Fielding, um psiquiatra com um cliente muito especial: Daniel Ellsberg, um ex-funcionário do Pentágono que forneceu à imprensa os famosos Papéis do Pentágono, que revelavam a história secreta da participação americana na guerra do Vietnã. Depois que esses documentos foram publicados pelos jornais, a Casa Branca começou a mover uma campanha contra Daniel Ellsberg, investigando sua vida particular à procura de possíveis ligações subversivas ou então de informações que o desmoralizassem publicamente. Para isso, possivelmente sob as ordens de Ehrlichman, um grupo de pessoas invadiu o consultório do dr. Fielding em busca das fichas clínicas de Ellsberg. A busca clandestina não teve os resultados esperados e seus autores acabaram sendo descobertos e processados pela Justiça.

O julgamento de Ehrlichman vem precedido de um clima de cerco à Casa Branca: poucos dias antes haviam sido condenados dois auxiliares presidenciais, Herbert Kalmbach, ex-advogado pessoal de Nixon, por ter operado ilegalmente com os fundos da campanha eleitoral, estará cumprindo a partir do dia 3 de junho uma pena mínima de seis meses de cadeia. Outro condenado foi Charles Colson, ex-assessor presidencial e o terceiro homem em importância na administração Nixon. Sua condenação compromete diretamente o presidente: Colson insinua em seu depoimento que Nixon pessoalmente autorizou a invasão do consultório do psiquiatra Fielding ao lhe ordenar que “manchasse a reputação” de Ellsberg, e que na Casa Branca só havia uma regra: “fazer aquilo que o presidente mandasse”.

Os desentendimentos entre o juiz encarregado do caso Ellsberg e a Casa Branca iniciaram-se com a recusa do presidente — alegando “privilégios presidenciais” — em ceder uma série de documentos e anotações de Ehrlichman, da época em que ele ainda trabalhava com Nixon. Inicialmente, o juiz Gesell, não aceitou o “privilégio



presidencial” de determinar que documentos poderiam ou não ser liberados para o julgamento, porque isso levava a uma situação paradoxal: como Nixon possivelmente estaria envolvido, ele não liberaria nada que o incriminasse, ou seja, um possível réu teria o privilégio sem precedentes de escolher que provas e acusações poderiam ser usadas contra ele. No entanto, três semanas depois o juiz Gesell recuou concordando com uma forma conciliatória que permitirá ao presidente Nixon liberar apenas os documentos que ele considerar como relevantes para o caso, e se esses documentos contiverem assuntos de segurança nacional, apenas um sumário.

Novas confrontações com Nixon poderão ainda ocorrer, se durante o exame desses sumários o juiz Gesell considerar que eles não são suficientes e requerer judicialmente os originais. Caso isso aconteça, o juiz Gesell terá de recorrer à Corte Suprema, instância onde já se encontra um pedido semelhante contra Nixon, feito pelo juiz John Sirica e que será julgado no próximo dia 8 desse mês.

## Os 25 anos da fundação do COMECON A caminho das multinacionais socialistas?

Com a participação de primeiros-ministros de nove países da Europa Oriental, foi comemorado no dia 18 de junho o 25.º aniversário do COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua), o Mercado Comum dos países socialistas europeus. O COMECON obedece a um planejamento supranacional, subdividindo a Europa socialista em economias regionais especializadas. Várias nações se recusaram a cumprir apenas o papel de fornecedoras de matérias-primas ou de celeiros agrícolas, como a Romênia, ao rebelar-se contra a tarefa que lhes fora imposta. Para corrigir essa tendência, em 1971 foi introduzido um sistema baseado principalmente em projetos individuais, nos quais cada país tinha liberdade de participação. Mas, ainda assim, todos os países concordaram em discutir suas economias em conjunto e procurar harmonizá-las onde fosse possível.

Embora o fato não seja inteiramente atribuído ao COMECON, os países socialistas europeus aumentaram sua participação no produto industrial mundial de 18% em 1950 para aproximadamente 33% na atualidade.

Para superar o atraso tecnológico que os países socialistas têm em relação ao Ocidente em algumas áreas, o COMECON instituiu, há pouco mais de dois anos, companhias multinacionais como a Intertextilmash para promover instalações nucleares de produção de energia, e a Intertextilmash para modernizar o equipamento industrial têxtil. Nesses dois exemplos de empreendimentos industriais conjuntos, o

objetivo ainda não é a produção, mas principalmente a pesquisa e o desenvolvimento de projetos. A implantação de firmas multinacionais de produção ainda caminha a passos lentos devido à diferença de estrutura de preços em cada país (cada país fixa preços segundo seus interesses) e também devido ao problema da não-conversibilidade das moedas entre os diversos países.

## Corrida armamentista Um quadro alarmante

Um quadro alarmante da acelerada proliferação mundial de armamentos — nucleares e convencionais — aparece na última análise publicada pelo Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz de

Estocolmo (SIPRI).

O relatório aponta o crescente empenho dos produtores de armamentos em vender seus produtos. Dois exemplos apontados são os do Irã, que recebeu caças F-14 dos Estados Unidos, e a Síria, equipada com moderníssimos MIGs 25, aparelhos que há apenas dois anos começaram a ser produzidos pelos países exportadores de armamentos. Até algum tempo, os aparelhos de combate só eram liberados para exportação depois que se tornavam modelos semi-obsoletos para os países de origem. A diminuição do tempo de “obsoleto” dos aparelhos é um sintoma de que a indústria de armamentos está cada vez mais apta a se superar rapidamente em sofisticação e está tendo maior necessidade de colocar seus produtos em outros mercados além das Forças Armadas de seus próprios países.

O relatório prevê que corridas armamentistas locais — como a que se desenvolve entre países do Golfo Pérsico, alimentadas pelos lucros obtidos com o petróleo — vão se acelerar ainda mais, com Irã e Arábia Saudita na liderança.

## NOTAS O verdadeiro alvo francês

A força nuclear de ataque da França está dirigida contra a Alemanha e não contra a União Soviética, segundo uma versão de uma conversa entre o falecido presidente Pompidou e o recém-demitido ministro das Reformas, Jean-Jacques Servan-Schreiber. Em uma entrevista à revista alemã *Die Welt*, Servan-Schreiber disse que em 1968, o presidente Pompidou, então primeiro-ministro do general De Gaulle, lhe teria confiado a informação de que o verdadeiro alvo da força atômica francesa seria a Alemanha. Ante o espanto de Schreiber, Pompidou comentou: “Que você esperava? Em 10 anos a Alemanha será tão forte economicamente que eles exigirão a bomba”.

O fato se torna ainda mais irônico uma vez que De Gaulle pressionou o chanceler Adenauer por longo tempo para que a França e Alemanha construíssem conjuntamente um modelo de bombardeiro nuclear.

## Os traidores das origens

História contada a jornalistas inglesas por membros da comitiva de Edward Heath, ex-primeiro-ministro da Inglaterra, que visitou a China recentemente: durante uma visita de Chun En-lai a Krushev, no tempo em que os dois países ainda se entendiam razoavelmente, o premier soviético teria enumerado ao seu colega chinês várias idéias e realizações proletárias que tinham em comum, excetuando, com um sorriso malicioso, “nossa origem”, referindo-se à sua descendência de camponeses e à origem burguesa de Chu En-lai. O premier chinês recebeu o comentário com um sorriso atravessado e ficou o resto da

viagem maquinando sua revanche. Na despedida, dias depois, chamou Krushev à parte e disse-lhe: “Sabe, temos mais uma coisa em comum que você não notou. É que ambos traímos nossas classes”.

## A tentação do Pathet Lao

A guerra civil continua no Camboja e Vietnã, mas as cidades do Laos surpreendem os visitantes com a cena rotineira de patrulhas mistas do Pathet Lao (pró-comunista) e da polícia de Vientiane (treinada pelos americanos) em perfeita coexistência pacífica. Essas patrulhas foram formadas depois da constituição de um governo de coalizão, que pôs termo a 10 anos de guerra civil. Quando os soldados do Pathet Lao começaram a chegar a Vientiane, no ano passado, foram recebidos com desconfiança e curiosidade pela população, mas agora, depois de habituados à convivência, surge um problema para os oficiais da polícia: os soldados do Pathet Lao são austeros e seus hábitos contrastam com a vida fácil da oligarquia local. Além disso, durante as patrulhas conjuntas, os policiais ficam constrangidos de receber propinas ante os olhares desaprovadores dos soldados do Pathet Lao.

Com isso, muitos políticos de famílias tradicionais, temendo a alteração dos costumes também tradicionais, vêem numa eventual corrupção do Pathet Lao uma forma de preservar o atual status. Assim, cada vez que um ministro do Pathet Lao requisita um automóvel ou um ar condicionado, os políticos direitistas sorriem. Um oficial da polícia do Vientiane resume com grande satisfação essa tática contando por que comprara um ganso que um soldado do Pathet Lao lhe oferecera: “Não porque desejasse um ganso, nem pelo preço, mas para corrompê-lo, entende”? (H. D. S. Greenway, The Guardian)





1.º de julho de 1974

5, rue des Italiens Paris, 9e — Tel. 7-709.129

MARECHAL ZHUKOV (1896-1974)

## O "salvador" esquecido

Bernard Féron

Entretanto, o conquistador de Berlim conseguiu recuperar o prestígio antes mesmo da morte de Stálin, pois foi eleito membro do Comitê Central em 1952. Mas sua carreira política só começou de fato em 1953. Ela foi extraordinariamente rápida e breve. Rápida? Vice-ministro da Defesa em março de 1953, ministro dois anos mais tarde, membro suplente do Presidium do Bureau Político em fevereiro de 56, membro titular da direção do Partido em julho de 1957. Todavia, só ficou três meses na direção suprema, pois em outubro de 1957 foi excluído do Presidium, do Comitê Central e do governo.

Sem dúvida foi condenado ao declínio no mesmo dia em que chegou à festa do poder. No fim da primavera desse ano, com efeito a crise mais grave surgida após a morte de Stálin passou a se desenrolar no Kremlin. Numa primeira etapa, Kruchev foi logo e facilmente destituído pela maioria do Presidium. Mas o primeiro-secretário apelou dessa decisão ante o Comitê

Central. Não poderia ter salvo a situação se o ministro da Defesa não lhe tivesse dado um apoio decisivo. O marechal Zhukov mandou aviões militares percorrerem todo o país e trazerem para a capital soviética todos os membros do Comitê Central, e depois colocou sua autoridade na balança. "O Exército", disse então, "não aceitará jamais que o grupo "antipartido" (Molotov, Malenkov, Koganovitch) tome o poder. O Exército coloca-se neste caso ao lado de Kruchev, que pôs Stálin em seu verdadeiro lugar".

O ministro foi imediatamente recompensado pelos seus bons officios. Mas o primeiro-secretário, confirmado nas suas funções graças ao conquistador de Berlim, percebeu sem dúvida que era perigoso manter um "fazedor de reis". O "salvador" não

seria tentado de se estabelecer por sua própria conta? Orgulhoso com sua promoção, Zhukov certamente não pensou que seus colegas já preparavam sua desgraça.

O Comitê Central manifestou-se então: Zhukov pretendia impor o culto de sua personalidade, encorajava "bajuladores e adutores", pretendia retirar o controle do partido sobre o Exército, dava "prova de incompetência como homem político" e se mostrava "inclinado às aventuras".

O partido reconhecia seus méritos, mas agora ele havia "perdido o senso da modéstia" e imaginava que era "o único herói de todas as vitórias conseguidas pelo povo e suas forças armadas sob a direção do Partido Comunista". Os jornais resumiriam todas as acusações do Comitê Central: Zhukov tinha tendências bonapartistas.

A queda do "salvador" ameaçava alarmar a população. Mas os outros marechais, sem dúvida cimentos do

seu colega, participaram do grito dos caçadores indicando que a caça se achava entregue: ele sofreu derrotas que não quis reconhecer e, antes das hostilidades, não soube preparar as tropas. A vitória de Stalingrado? Ele contribuiu, certo, mas não mais que cinco ou seis outros marechais. A tomada de Berlim? O conjunto do esforço não foi suportado, como pretendia Zhukov, pelo primeiro *front* bielorrusso, o qual comandava, mas pelo *front* ucraniano.

A imprensa estrangeira continuava a se interrogar sobre as consequências do último mistério do Kremlin. Para muitos, Zhukov, o "amigo" de Eisenhower, era o homem da coexistência americano-soviética, o artífice da *détente*, ou seja, o liberal da direção suprema. Alguns observaram que, na qualidade de ministro da Defesa, ele também tinha sua parte de responsabilidade na intervenção na Hungria.

Na verdade, sua desgraça não modificou em nada a política da URSS. Ele saiu do retiro total que lhe haviam imposto para participar, em 1965, das cerimônias do vigésimo aniversário da capitulação alemã. Depois assinou algumas necrologias, publicou memórias nas quais rendeu uma comédia homenagem a Stálin, estrategista aberto ao diálogo, ao passo que tratava com desprezo todas as análises militares de Kruchev. Privado dos instrumentos do poderio, esquecido por uma parte do público, ele deixou de se inquietar. Então lhe permitiram, no fim de sua vida, não absolutamente a possibilidade de lembrar o seu incomparável prestígio, mas a retomada do seu posto na corte dos generais vitoriosos.

As autoridades soviéticas anunciaram aos adidos militares ocidentais, no dia 19 de junho, a morte do marechal Zhukov, ex-ministro da Defesa, ocorrida no dia 18 num hospital de Moscou após uma série de ataques cardíacos.

O marechal Georgui Zhukov sempre soube arrebatá-la glória no momento em que ela se lhe apresentava. Mas jamais conseguiu preservá-la por muito tempo.

Entretanto, este filho de camponês, nascido em 1896 nas margens do Oka, conheceu em metade de sua vida uma carreira resplandecente. Soldado da tropa ao 19 anos, membro do Partido Comunista aos 21, coronel aos 24, depois de uma brilhante campanha na Polônia, e general aos 40 anos.

A "grande guerra patriótica" (Segunda Guerra Mundial) iria lhe dar a oportunidade de conquistar todos os lauréis. Nenhum outro comandante soviético acumulou, nesses quatro anos, tantos títulos: "spassitel" (salvador) de Moscou em 1941-1942, artífice da batalha de Stalingrado em 1943, depois subchefe do Estado-Maior conjunto e, por fim, comandante-em-chefe do *front* da Bielorrússia e conquistador de Berlim. Foi ele que, a 8 de maio de 1945, teve a grande honra de receber a rendição alemã.

Mas sua reputação começava a inquietar Stálin, que não pretendia absolutamente partilhar o poder. Não havia lugar para dois salvadores na sociedade soviética. Depois de ter vencido no campo de batalha e representado seu país durante alguns meses na comissão quadripartite de Berlim, Zhukov se viu obrigado a ter que ir meditar nas guarnições de província, em Tchakovo e em Odessa.

A melhoria das condições de trabalho vem sendo uma das principais reivindicações dos trabalhadores dos países desenvolvidos. Os correspondentes do Le Monde na Suécia e Alemanha descrevem as experiências desses países no campo da humanização do trabalho.

O visitante que entra na fábrica da Volvo, na Suécia, depara-se com três surpresas: o silêncio que permite a comunicação sem que se tenha que falar alto, o espaço e a aparente descontração, dos trabalhadores.

O silêncio deve-se principalmente ao fato da oficina ser um local de montagem: as carrocerias, os chassis, os motores e outras peças chegam por trem de Göteborg e de Skovde. O espaço da oficina será mais ocupado quando a fábrica trabalhar com sua capacidade total no fim do ano. Quanto à descontração dos trabalhadores, ela não é específica da fábrica de Kalmar. Os operários suecos dão sempre a impressão de não estarem se aborrecendo. Na realidade, eles são extremamente eficientes e podem se permitir alguns momentos de descanso além da hora do lanche prevista nas convenções coletivas.

Vista de avião a fábrica parece três polígonos reunidos, uma imagem bem distante dos alinhamentos à la dentes de serra, típicos das fábricas clássicas. Os antigos saguões foram divididos em 25 oficinas, trabalhando em cada uma entre 15 a 25 operários. Esse sistema permite recriar o ambiente artesanal característico das pequenas oficinas mecânicas de outrora. Um retrocesso? De forma alguma. Muito mais uma tentativa de adaptar as técnicas modernas ao homem e não o contrário.

Na equipe cada um fica encarregado de várias operações que possibilitam uma visão de conjunto do produto fabricado. Os montadores podem participar da elaboração dos esquemas, dos planos de trabalho, da divisão de tarefas entre os membros da equipe e modificar, caso considerem necessário, o ritmo de trabalho adotado.

As carrocerias são transportadas de um extremo a outro da fábrica em empilhadeiras movidas a eletricidade e alimentadas por acumuladores. Essas empilhadeiras, criadas pela Volvo, são comandadas por impulsos elétricos transmitidos por fios muito finos que

passam sob o solo. As empilhadeiras preenchem três funções simultâneas: transmitem informações destinadas aos quatro computadores eletrônicos da fábrica; transportam as carrocerias e os chassis e servem aos montadores de plataformas de trabalho. Cada empilhadeira é independente da outra e pode se deslocar longitudinal e lateralmente. Pode-se, portanto, variar o ritmo de deslocamento em função do programa escolhido e organizar a produção com uma grande flexibilidade. A linha de produção encontra-se realmente "rompida".

Em caso de necessidade, os braços articulados fixados em algumas empilhadeiras giram a carroceria a um ângulo de 90 graus. Assim, o montador trabalhando de pé pode adotar uma postura correta. Nas zonas intermediárias que separam as áreas de trabalho há locais que permitem ao trabalhador modificar, de tempos em tempos, a cadência ou mesmo de intercalar, se necessário, uma pausa suplementar.

A montagem das peças é feita de acordo com dois esquemas diferentes: no primeiro caso, as carrocerias são transportadas em fila contínua e param diante do trabalhador pelo tempo necessário para que o montador faça sua parte. No segundo caso, a equipe de trabalho se divide em pequenos grupos compostos de dois ou três homens. Cada um desses pequenos grupos tem a seu cargo o conjunto das operações normalmente confiadas a toda a equipe. Os grupos têm que ir buscar as empilhadeiras, trazê-las para o local de trabalho e, depois de terminada a montagem, levá-las de volta ao local em que se encontravam.

Cada equipe possui uma sala de descanso com geladeira, máquina de fazer café, armários de cozinha, próxima ao local de trabalho, o que evita deslocamentos inúteis dos trabalhadores. Chegou-se a pensar em construir saunas! As áreas de trabalho possuem grandes janelas envidraçadas com vista para o campo.

Todas essas inovações não surgiram, naturalmente, de forma espontânea. Durante os últimos cinco anos foram feitas experiências nas fábricas de Torslanda, nos subúrbios de Göteborg e de Skovde.

No entanto, essa é a primeira vez que

uma fábrica de automóveis possui uma unidade onde todas essas inovações — permuta de tarefas, multiplicação de salas de descanso, luta contra o barulho — encontram-se reunidas de forma coerente.

Os sindicatos de trabalhadores acompanharam todos os estágios do planejamento dessas inovações, que começaram a ser feitas no início de 1972. Todos os detalhes foram estudados por um grupo de arquitetos, de representantes dos técnicos de produção, de contramestres e representantes dos sindicatos, inclusive durante o período em que foram colocados em prática.

Pela primeira vez os técnicos de produção têm seus escritórios nas oficinas, trabalhando a maior parte do tempo no mesmo local que os operários. A fábrica deverá também contratar vários indivíduos prejudicados, dos quais muitos andam em cadeira de rodas. A eles serão designadas algumas tarefas adaptadas à sua possibilidade.

### Redução das faltas a 8%

O investimento total chegou a aproximadamente 170 milhões de cruzeiros, ou seja, apenas 10% a mais que uma fábrica convencional. O jovem diretor da Volvo, Gyllenhammar, calcula que o custo de produção em Kalmar seja igual ao de uma fábrica tradicional e talvez mesmo inferior. Será isso possível? Provavelmente, pois o número de faltas (o grande problema da Volvo), que é calculado nas outras fábricas da Volvo em 20%, não atinge em Kalmar a 8%. Gyllenhammar também espera que a rotação de pessoal, que em Torslanda e Skovde é de 30%, será bem menor nessa nova fábrica. É bem verdade que Kalmar é uma pequena cidade tranquila (com cerca de 53 mil habitantes) que não tem a agitação de Göteborg. 50% dos trabalhadores que deixam a Volvo o fazem por não gostarem do trabalho; em 1973 esse número começou a diminuir. Por outro lado, a nova fábrica não tem senão dois estrangeiros, ao contrário das outras que empregam 30% de estrangeiros.

Será que esta técnica de produção e esse ambiente criado poderão ser

reproduzidos, na mesma escala, numa fábrica que produza carrocerias ou motores, onde as tarefas são mais dificilmente intercambiáveis e o barulho é mais difícil de ser evitado? Isso fica por ser provado. O processo de fabricação é certamente mais fácil de ser adaptado a essa nova tecnologia.

Umberto Agnelli, um dos diretores da Fiat, impressionado com a fábrica de Kalmar, insistiu quanto a dois fatores especificamente suecos: o consenso social entre o patronato e o sindicato e o alto nível educacional do país.

A fábrica de Kalmar não é certamente uma "vitrine" destinada a esconder os defeitos existentes no interior da empresa. A experiência em andamento visa criar uma indústria com uma aparência mais humana.

Resta saber se esses esforços serão suficientes para revalorizar o trabalho na fábrica junto aos jovens que começam a dar as costas a ele. (Guy de Faromond)

### A experiência alemã

A produção da fábrica da IBM de Berlim refere-se a um setor menos conhecido que a informática: um setor que no jargão anglo-saxão a IBM chama de "processamento de palavras" por analogia com o "processamento de dados" ou informática. Concretamente, trata-se da produção de máquinas de escrever, fotocopiadoras, etc., ou seja, uma produção em massa que dentro da antiga concepção exigiria um trabalho em cadeia.

Na IBM de Berlim a linha de produção clássica é substituída por seis "minilinhas" separadas, onde a montagem completa de cerca de 3.500 peças que compõem uma máquina de escrever é feita por apenas 25 trabalhadores. É bem verdade que cada um deles é especializado, mas seu trabalho não se reduz a uma simples repetição monótona, comportando uma certa variedade. O trabalho não é reduzido, já que nenhuma tarefa leva menos que 12 minutos (contra seis minutos na concepção clássica da linha de produção). No entanto, esse aspecto estritamente material da nova

decomposição do trabalho talvez não seja o essencial. A minilinha de produção parece ter, principalmente, a vantagem de permitir a produção de uma máquina completa por um reduzido número de trabalhadores (25 na IBM) que se conhecem pessoalmente. Surge, assim, uma consciência de grupo. Esse sentimento é reforçado pela responsabilidade do grupo que é total, já que vai até a verificação final da qualidade do produto.

A fábrica tem ar condicionado e as paredes são de uma cor cientificamente escolhida para que não se note a ausência de janelas.

É preciso diferenciar vários fatores na melhoria das condições de trabalho. O mais conhecido refere-se ao ambiente geral. Sabemos a influência que tem a cor, a iluminação, a temperatura, a umidade, etc. sobre a impressão de conforto. Quanto aos outros fatores, que se referem à organização do trabalho propriamente dita, apóiam-se em bases menos seguras. Cada fabricação tem seus próprios problemas e os trabalhadores se comportam de forma diferente de acordo com diferentes países. Um tipo de organização pode ser conveniente para o trabalhador alemão e desagradar a um italiano. É possível, portanto, que surja um novo tipo de conselheiro, especializado na organização de fábricas e que terá como função colocar sua experiência à disposição daqueles que a demandem.

Caso a tendência à melhoria das condições de trabalho for irreversível, a rapidez de sua expansão dependerá, em grande medida, de seu custo. Se o rendimento final não for afetado, não haverá nenhuma razão para que os padrões queiram freá-la. Caso contrário, a concorrência levará a impedir esse tipo de experiência. No entanto, nada é mais difícil que calcular os lucros ou perdas resultantes dessa nova experiência. Somente depois de vários anos será possível fazer um balanço, levando em consideração não apenas o investimento inicial (que em geral é mais importante que numa fábrica clássica), mas também todos os fatores como a diminuição do absentismo, melhoria da qualidade do trabalho (que se reflete na diminuição de peças refugadas ou reparadas) e uma maior estabilidade da mão-de-obra que, permanecendo por mais tempo na empresa, permite diminuir o custo com treinamento da mão-de-obra. (J.-L. L.)

## opinião

Uma publicação da Editora  
Inúbia Ltda.

DIRETOR

Fernando Gasparian

REDAÇÃO

Editor:

Raimundo Rodrigues Pereira

Editor Executivo:

Antonio Carlos Ferreira

Assuntos Nacionais:

Dirceu Brisola (editor), Ivo Cardoso (editor assistente), Genilson Cesar, Aginaldo Silva (editor contribuinte), Teodomiro Braga (Belo Horizonte)

Economia:

Marcos Gomes (editor), Ricardo Bueno

Tendências e Cultura:

Julio Cesar Montenegro (editor), Sérgio Augusto e Jean-Claude Bernadet (cinema), Tórik de Souza (música), Ronaldo Brito (arte e literatura), João Lizardo

Assuntos Internacionais:

Flávio de Carvalho (editor assistente), Juracy Andrade, Celina Whately, Ana Maria Nogueira, Marcus Penchel

Arte:

Elifas Andreato (editor), Cássio Loredano, Petchó, Chico Caruso, Rubens Campos Grilo, Diter Stein, Paulo Venâncio Filho (mapas)

Correspondentes Internacionais:

Norma Bahia Pontes e Rita Moreira (Nova York), Vana Brocca (Milão), Alberto Carbone e Claudia Bochat Abreu (Buenos Aires), Bernardo Kucinski (Londres), Laymert Garcia dos Santos (Paris)

Produção:

Vera Lúcia Corrêa de Melo (secretária), Maria da Conceição Chaves Fernandes, Antonio Fernando de Souza Borges

ADMINISTRAÇÃO

Gerente administrativo:

Raimundo Andrade.

Assinatura para o Brasil, Cr\$ 160,00 a anual e Cr\$ 80,00 a semestral; para o exterior, US\$ 40 a anual e US\$ 20 a semestral. Envio por via aérea ou pelos serviços postais de entrega rápida.

Redação: Rua Abade Ramos, 78 — Jardim Botânico — Rio de Janeiro, telefones: 246-7466 e 226-1764. Administração, telefone: 246-5326. Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 575 — Lapa — São Paulo. Composto e Impresso na Editora Mory Ltda., Rua do Resende 65, Rio de Janeiro.

ALÉM DA EDIÇÃO  
BRASILEIRA DO LE MONDE  
OPINIÃO PUBLICA AINDA  
UMA SELEÇÃO DE ARTIGOS  
DOS SEGUINTE JORNAIS  
E REVISTAS

The Washington Post  
THE  
GUARDIAN  
The New York Review  
NEW STATESMAN

# Agricultura O GRANDE NEGÓCIO DAS TERRAS

Aloysio Biondi

## Nos últimos dois anos, os preços das terras no Brasil sofreram aumentos que vão de 500% até 10.000%

Em qualquer parte do mundo, pode ocorrer um surto de especulação imobiliária, alimentado pela fartura de crédito. No espaço de dois anos, o preço dos apartamentos, para compra e venda, sobe três a quatro vezes. Os aluguéis, evidentemente, não subirão na mesma proporção. Para imóveis com fins comerciais, como lanchonete ou lojas, eles podem até duplicar. Isso não significará, porém, que o custo do sanduíche ou da calça lee vendidos nesses locais deva apresentar uma majoração brutal de preços, em relação a outros bairros não atingidos pela febre imobiliária. Não se pode pretender, em suma, que os aluguéis e os bens vendidos pelo comércio reflitam, integralmente, o aumento do valor dos imóveis — ou não haveria quem os quisesse alugar ou comprar.

O paralelo precisa ser transportado para a agricultura, neste momento. Durante anos, os produtores foram sacrificados por uma política monetarista, que pretendeu combater a inflação através da contenção dos preços dos produtos agrícolas e dos salários. Essa orientação foi radicalmente alterada neste começo de ano, inclusive com novas sobrecargas para o consumidor, através da adoção dos chamados "preços reais" para a produção agrícola. No entanto, não contentes com os aumentos obtidos, os produtores reivindicam novos reajustes como no caso do leite, da soja, e até mesmo do trigo, este último já beneficiado por um aumento de quase 100%, em seu preço mínimo, pelo novo governo. Mesmo quem, durante anos, defendeu a necessidade de uma política justa para a agricultura, pondo-se fim ao sacrifício de milhões de trabalhadores rurais, é forçado a admitir que há hoje reivindicações descabidas por parte da classe rural. Atendê-las seria o mesmo que eternizar a especulação com terras agrícolas — e oficializar os custos insuportáveis que a alimentação atingiu, no Brasil. Pode-se dizer, sinteticamente, que, em alguns casos, os produtores estão desejando níveis de preços baseados no valor que suas terras atingiram; é como se, numa transposição, o dono de uma lanchonete quisesse aumentar o preço de um sanduíche de Cr\$ 4,00 para Cr\$ 12,00 apenas porque o valor do imóvel em que ela funciona triplicou nos últimos tempos, por força da corrida imobiliária.

Os preços da terra — para venda ou mesmo arrendamento — sofreram aumentos nunca inferiores a 500%, e que chegam a 10.000%, conforme a região do país, nos dois últimos anos. Essa especulação é atribuída a duas causas principais. De um ponto de vista global, a alta decorreu da excessiva entrada de dólares na economia brasileira em 1972 e 1973, sob a forma de empréstimos em moeda que não tinham aplicação prévia. A massa de cruzeiros resultante da transformação desses dólares, concentrada nas mãos de grandes grupos empresariais, buscou lucros especulativos em várias áreas — sobretudo imóveis de luxo, terras agrícolas, papéis de renda fixa e, mais recentemente, estoques de matérias-primas, inclusive importadas. Houve ainda um motivo mais específico, ligado ao próprio setor agrícola, para a disparada do custo da terra: as altas cotações alcançadas no mercado internacional para produtos como a óvnia soja, a mamona, o suco de laranja, além da carne. As esperanças no mercado externo — tristemente frustradas este ano — provocaram a crença generalizada na possível transformação da agricultura em um negócio altamente lucrativo. De um lado, os donos de terra passaram a atribuir-lhes alto valor. De outro, os meeiros ou arrendatários, ou mesmo

eventuais compradores, fiando-se na possibilidade de vender as safras por altas cotações, dispuseram-se a pagar os altos preços (de venda ou arrendamento) pedidos. Nessa corrida, foi esquecido um personagem: o consumidor interno, o brasileiro de baixa renda que não poderia carregar nas costas o peso da especulação com terras agrícolas. Como foi esquecido, também, que a elevação exagerada do preço da terra poderá tornar impossível o plantio de culturas de produção destinada também ao mercado externo: mesmo que se estabelecesse, para eles, um preço que cubra o custo da terra, suas exportações cairiam verticalmente, impossibilitando a produção da mesma forma.

Neste momento, o governo estuda os preços mínimos que deverão vigorar para a próxima safra, isto é, para o plantio a ser realizado no último trimestre de 1974, e que resultará nas colheitas de 1975. É a hora, também, para tentar corrigir as distorções no preço da terra.

A "febre da soja", segundo todos os estudos oficiais, provocou uma redução na área do plantio do milho, algodão, amendoim, feijão, arroz — e até mesmo a queda vertical na produção de leite e de carne e banha de porco, ao contagiar também os criadores. Nem mesmo o café, de plantio beneficiado por incentivos do governo nos últimos anos, escapou da epidemia: em 1973, cafezais relativamente novos eram arrancados, no Paraná, para ceder terras à leguminosa da moda.

Tenta-se explicar a "febre da soja" como um fenômeno psicológico, uma corrida do produtor em busca de lucros. Esse era, no entanto, apenas o sintoma de febre. Seu foco de origem estava no gabinete do ministro da Fazenda, no Rio, preocupado em estimular uma cultura de exportação, com abandono do mercado interno. Ao mesmo tempo que dava substanciais reajustes aos preços mínimos da soja, a chamada política agrícola continha os preços de outros produtos — e o exemplo mais claro dessa orientação corresponde ao próprio feijão, atingido por aguda escassez em 1973 porque seu preço mínimo fora reajustado em menos de 10% para essa safra, e na anterior já fora castigado com um aumento irrisório de 13%. A escassez de feijão, de arroz, de leite, de milho, de algodão, lado a lado com a explosão da soja teve, assim, um determinante de caráter econômico, e sobre o qual o país poderia ter atuado, não estivesse fascinado com o "modelo de abertura para o exterior".

Não foi o mercado mundial o responsável pela "febre": é preciso lembrar que a disparada nas cotações de soja somente ocorreu no final do primeiro semestre de 1973 — e o plantio para essa safra de 1973 havia sido realizado no final de 1972. A epidemia teve causas internas, claras: os preços mínimos vantajosos para o produto. Isso, numa primeira etapa, até 1973. Quando sobreveio o boom das cotações internacionais, a febre atingiu seu ponto máximo agravando as distorções, num verdadeiro círculo vicioso.

Ante a expectativa de lucros fabulosos com a soja (sobretudo), intensificou-se a disposição generalizada de pagar altos preços pela terra — para plantar soja. Para outros produtos, o preço da terra ficou

proibitivo. Fechou-se o círculo vicioso: o Brasil, que gastara milhões para livrar-se da monocultura do café, colocou extensas regiões e centenas de milhares de produtores na dependência de um só produto.

Aproximando-se nova época de plantio, verifica-se serem irrealistas as pretensões dos produtores, em matéria de preços para a safra que chegará ao mercado consumidor em 1975. Deseja-se, simplesmente, que os novos preços mínimos oficializem as distorções ocorridas no preço da terra, através de substanciais reajustes que o consumidor deverá pagar.

O que são os preços mínimos afinal? Eles são fixados pelo governo em meados do ano (para a região centro-sul), de modo a orientar o agricultor quanto ao plantio para o ano seguinte.

Como? É simples: o Ministério da Agricultura, através da Comissão de Financiamento da Produção, calcula os custos que o agricultor enfrenta para produzir determinado produto, levando em conta os preços dos diversos fatores: terra, salários pagos à mão-de-obra, adubos, inseticidas, aluguel de tratores, etc. Ao custo total assim estimado acrescenta, ainda, um percentual — de 10%, por exemplo — que deve representar a remuneração, o lucro do produtor. O resultado final será, então, o nível de preço mínimo a ser pago ao agricultor.

Para que valem os preços mínimos? Na época da colheita, os atravessadores procuram comprar a produção agrícola ao menor preço possível, causando, muitas vezes, prejuízos ao lavrador. Toda vez que as ofertas de preços dos atravessadores chegam a níveis inferiores ao preço mínimo, o governo é obrigado a entrar no mercado, comprando as safras — ao menos pelo preço mínimo. Em outras palavras, os preços mínimos funcionam como um preço de garantia, para o lavrador que sabe que receberá, ao menos, o necessário para cobrir seus custos e obter, ainda, algum lucro. Ao menos, é isso que prevê a lei, no Estatuto da Terra. Mas, nos últimos anos, os preços mínimos foram utilizados para orientar o plantio, ora desestimulando, ora incentivando determinada cultura. Suponha-se — como ocorreu em 1970 — que haja uma grande produção de arroz, com a formação de estoques, comprados pelo governo. No ano seguinte, para evitar boas colheitas, que resultem em novo crescimento de estoques, o governo estabelecerá preços mínimos abaixo, mesmo, dos custos estimados pela Comissão de Financiamento da Produção — levando o produtor a fugir dessa lavoura. Somente permanecerão nela os produtores que não puderem dedicar-se a outra cultura (devido ao tipo de terra de que dispõem, por exemplo), que tentarão reduzir seus custos na tentativa de obter um lucro mínimo que seja. No final das contas, esses produtores se descapitalizarão, sofreram prejuízos — e a produção cairá verticalmente por mais um ou dois anos, até que, esgotados os estoques, o governo voltará a conceder preços mínimos compensadores para aquele produto. Ai, será tarde: antes que a produção se organize novamente, o consumidor enfrentará a falta do produto — e os preços altos, como ocorreu com o arroz, o feijão, em 1973.

Inversamente, suponha-se que o governo deseje estimular a cultura de

determinado produto — como ocorreu com a soja, nos últimos anos. Aqui, a Comissão de Financiamento da Produção faria seus cálculos, e chegaria à conclusão de que um preço de Cr\$ 20,00 por saca cobriria os custos do produtor, e lhe deixaria aquela margem de lucro de 10%. Mas o governo, desejando estimular o plantio da soja, poderia decidir-se por um preço de Cr\$ 35,00 a saca, deixando, ao produtor, um lucro extra de, no mínimo, mais 75% sobre os Cr\$ 20,00. É evidente que, ante a margem de lucro, nenhum outro produto poderá oferecer condições de concorrência em termos de lucratividade para o produtor — e ele abandonará outras culturas para plantar soja. Ao mesmo tempo, a larga margem de lucro permitirá que o agricultor não tema aumentar seus custos — inclusive o pagamento de preços mais altos pela terra (reduzindo, novamente, a capacidade de competição de outras culturas).

Entre os custos levados em conta para estabelecer os preços mínimos, figura portanto o preço da terra. O agricultor ou pecuarista fazem suas contas: minhas terras valem Cr\$50 mil o alqueire. Se isso fosse aplicado a juros de 2% ao mês, eu teria uma renda de Cr\$ 1 mil por mês, ou Cr\$ 12 mil em um ano. Se eu obtenho 1.200 sacas (hipoteticamente) de arroz por alqueire, isto significa que, no custo de cada uma delas, deverá ser incluída uma parcela de Cr\$ 10,00, correspondente ao rendimento do capital imobilizado sob a forma de terra, isto é, a renda anual de Cr\$ 12 mil dividida pelas 1.200 sacas.

Isto significa que, se os preços da terra subirem em até 500% a 10.000%, a parcela do custo correspondente à terra deverá sofrer igual aumento, no cálculo dos novos preços mínimos — raciocinam os produtores. A verdade, porém, é que o preço da terra está distorcido, e se o governo aceitasse essa argumentação, estaria abrindo caminho para o prosseguimento da especulação: se os proprietários de terra continuarem a pedir preços cada vez mais altos para seu uso (ou venda), os interessados não se deterão diante do aumento — porque confiarão em que poderão descontar esse custo, majorado, no preço dos produtos.

Do ponto de vista do consumidor interno, haveria uma eternização do processo de alta de preços, que no setor da alimentação já chegou a níveis insuportáveis. Do ponto de vista do mercado externo, ainda a política seria claramente suicida. Não é o governo brasileiro que determina, por exemplo, que a saca de soja deva custar Cr\$ 70,00 no mercado internacional, porque o custo da terra subiu em 500%, e é preciso cobrir esse custo enfrentado pelo produtor. Nas exportações, o preço é determinado pelo mercado mundial, pelos grandes compradores, que certamente não quererão pagar pela especulação com terras agrícolas ao Brasil.

Ao fixar os novos preços mínimos, o governo certamente levará esse dado em conta, procurando deflagrar um processo de baixa no custo da terra. Terá a favor de sua política um outro argumento de natureza econômica: é absolutamente falso que o capital imobilizado sob a forma de terra deva ser plenamente remunerado, à mesma taxa de juros que esse capital, se convertido em dinheiro, obteria no mercado financeiro. Uma aplicação de dinheiro, além dos juros, não oferece nenhum outro rendimento. O capital não cresce. A propriedade da terra (como de outros bens patrimoniais) no entanto, assegura rendimentos indiretos, ao longo do tempo, representados pela valorização — normal, não especulativa.

# A experiência de um antropólogo de Oxford no Parque Xingu

## MINHA VIDA COM OS WAURA

Depois de viver entre os índios Waura, Kenneth Brecher, um estudante americano da Universidade de Oxford, persuadiu os irmãos Villas Boas a entregar a ele um conjunto de notas que representam 30 anos de observação das tribos do Xingu. Brecher reuniu os textos em um livro Xingu. The Indians. Their Myths (1), publicado há 15 dias na Inglaterra.

Um relato da experiência de Brecher — que teve que disputar a sua comida com os cachorros da aldeia indígena até adquirir a confiança dos índios — e uma crítica do livro são aqui apresentados.

"Finalmente, Sinau mostrou ao visitante, um índio Juruna, o enorme bastão em forma de forquilha que suporta o céu, e disse: 'No dia em que nosso povo todo morrer, eu puxarei este bastão, e o céu cairá, e todos os povos desaparecerão. E aí será o fim de tudo'."

O homem que trouxe esta história e outros 30 mitos do Parque Nacional do Xingu teve que vencer os bastões dos índios e a desconfiança dos legendários irmãos Villas Boas antes de conseguir ganhar sua confiança.

Quando chegou, em 1969, ao território dos Waura, uma das 15 tribos do Xingu, Kenneth Brecher foi tratado como um cão. "Eu era o primeiro homem branco a viver entre eles", disse ele. "Eles diziam que eu não podia dormir numa rede, ou caminhar silenciosamente pela floresta, não podia caçar nem arranjar meu próprio alimento. Tudo o que eu tinha a oferecer eram algumas contas coloridas. Durante os primeiros meses, eles não me deram comida; pensavam que eu iria lutar com os cachorros por suas migalhas, na hora de comer. E foi assim mesmo. Aqueles cachorros... eram na verdade lobos domesticados. Eu pulava por cima deles para conseguir comida".

Depois de três meses, Kenneth conseguiu aprender um pouco da língua dos índios, o bastante para ser aceito por eles. Ele aprendeu principalmente com as crianças da tribo, já que os adultos demonstravam não ter paciência com seu atraso. A tribo finalmente concluiu que ele era o filho de um grande chefe que tinha sido enviado a eles para aprender como fazer objetos de cerâmica, atividade na qual eram eles os únicos artesãos no Xingu.

Em seu apartamento de frente para o New College, em Oxford, que tem as paredes cobertas de máscaras e objetos de vime feitos no Xingu, Brecher mostra um grande pote de cerâmica feito para ele pelo chefe dos Waura. "Uma das primeiras coisas que eu compreendi foi o quanto eu sabia pouco sobre minha própria cultura", diz ele. "Os índios fazem tudo o que necessitam, mas quando minha caneta acabou, eles me perguntaram 'Por que você não faz tinta?'".

Lentamente, ele conseguiu um lugar na tribo, mas nunca houve perguntas sobre o seu papel de antropólogo observador. Ele passava a maior parte do dia procurando comida, e de noite os homens da tribo se reuniam para psicanalisá-lo. "Todas as noites eles se sentavam em volta do fogo, e aquele que tivesse me observado por mais tempo durante o dia fazia um relatório completo do meu progresso — o que eu tinha falado, quantas vezes exatamente eu tinha urinado, e quantas palavras eu havia dito pela primeira vez.

Antes da aurora, eles me perguntavam o que eu tinha sonhado, e eu falava o que eu dizia, dando alguma explicação. Os

sonhos deles eram totalmente diferentes dos meus. Eles poderiam dizer, por exemplo, 'Sonhei que era um dente voando', ou 'Sonhei que era um cheiro'".

Agora, Kenneth Brecher tem um despertador que toca dentro de sua cabeça todo dia às 6 da manhã em ponto. Os índios interrompem muito o seu sono, raramente dormem mais de duas horas seguidas, e demonstram não ter nenhuma compaixão com uma pessoa que esteja dormindo, quando desejam falar com ela. Eles simplesmente viram a sua rede e começam a conversar.

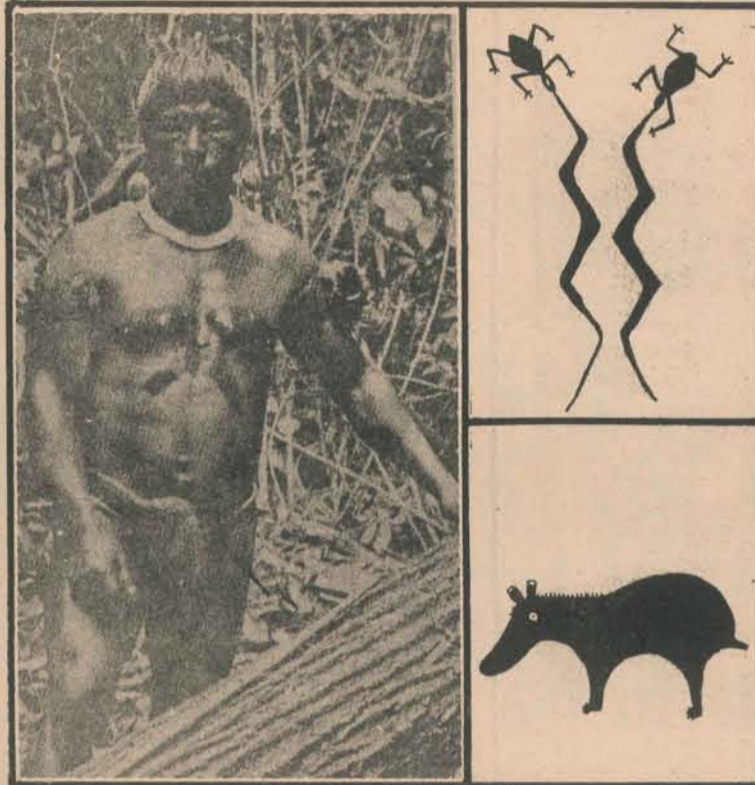
As necessidades fisiológicas do chefe também se revelaram uma carga para Brecher. "O chefe exerce um enorme poder sobre a tribo", lembra ele. "Ninguém ali acredita que ele seja apenas humano, e sendo um homem tão importante, ele não vai a lugar algum sozinho. Durante a estação das chuvas, quando todos os índios fazem uma dieta, principalmente de suco de mandioca, ele saía para urinar seis ou sete vezes por noite, levando toda a família, inclusive eu".

Brecher parece estar ainda sob o poder de uma espécie de pavor do chefe. O dia mais feliz de sua vida foi quando conseguiu peixe suficiente para alimentar o chefe e sua família. "Uma vez tomei coragem para falar com ele em termos abstratos. Eu disse: 'Quem é você? Sem um minuto de hesitação, ele segurou minha mão e me perguntou o que estava faltando nela. Eu disse que não sabia. Ele apontou para o pedaço de pele entre o indicador e o polegar e deu-me uma elaborada explicação de que ele era descendente do sexto dedo'".

Pondo à parte os antecedentes espirituais, ele era na verdade o último sobrevivente dos Custanau, a tribo que trouxe até eles um dos mitos dos Waura: "Se você quer matar um índio, aperte sua mão". Um explorador alemão, com considerável eficiência, apertou as mãos de todos os Custanau, em 1884. A tribo sucumbiu rapidamente a uma epidemia, exceto uma mulher que correu para os Waura: ela era a avó do chefe.

A importância dos mitos dos índios em seu modo de vida ficou logo evidente para Brecher. Uma história que pode vir um dia a fazer parte da mitologia Índia é a dos próprios irmãos Villas Boas. É uma história que é repetida como um monumento à habilidade individual de conter a corrente de exploração pela pura força de vontade.

Em 1943, os irmãos Orlando e Cláudio, acompanhados de seu irmão mais novo, Leonardo, que morreu em 1961, guiavam a expedição Roncador-Xingu, uma coleção de rufões e ex-condenados, que pretendia abrir caminho até o interior para começar a colonização. Mas eles fizeram os outros de tolos, ficando atrás para proteger os índios dos especuladores de terras,



Wacupia, o ilustrador secreto dos Waura

ladrões de borracha, garimpeiros de diamantes e caçadores que seguiram o seu rastro.

Mais tarde, eles tiveram que lutar contra os missionários, o governo e uma poeirenta estrada intercontinental. "Eles chamam os antropólogos de gigolôs, que deixam que os índios façam todo o trabalho e tomam para si o crédito", diz Brecher. Eles continuaram pouco impressionados com ele mesmo depois que ele os persuadiu a transformar suas anotações em um livro, até que um fato fortuito mudou sua atitude.

Quando uma mulher da tribo caiu seriamente doente de malária cerebral, Kenneth Brecher a carregou através dos pântanos até o posto dos Villas Boas. Seu irmão mais novo, Leonardo, tinha certa vez feito o mesmo ato de bravura, e isto elevou consideravelmente o crédito de Brecher junto a eles.

Eles seguem a regra de apenas contatar as tribos que estão sofrendo algum tipo de ameaça. Em certa ocasião, Brecher os acompanhou à procura da tribo Ahwaicuh depois que a questão da estrada se tornou ainda pior. Eles descobriram o segredo dos Villas Boas em seu notável sucesso em persuadir as tímidas tribos da floresta.

E qual era o segredo? "Aviões de plástico amarrados às árvores. Eles tinham tentado deixar presentes como arcos e argolas com algum sucesso, mas aos aviões os índios não podiam resistir. E quando eles aceitam um presente, seu impulso natural é dar outro em troca. É assim que funciona o trabalho deles, só que desta vez não funcionou. A tribo ainda não estava pronta para aparecer".

Os irmãos, segundo Brecher, são donos de grande sutileza. A habilidade deles para fazer amigos e influenciar pessoas se estende desde os altos funcionários aos médicos e estudantes de medicina que trabalham sem recompensa para inocular os índios do Xingu contra a civilização.

Os índios têm sido guardados com tal eficiência que poucos entre eles compreendem que os Villas Boas os

têm protegido. Kenneth Brecher se sentiu obrigado a passar a mensagem adiante ainda mais violentamente no fim de sua estada lá. "Eu não tinha feito nada em minha passagem que pudesse ser útil para eles, exceto avisá-los do que poderia acontecer", diz ele. "Eu lhes disse que os próximos

brancos a chegar ali não seriam como os Villas Boas, que eles viriam para tomar, não para dar. Eles ficaram muito preocupados, e depois disseram que tinham onde se esconder. Eles têm casas debaixo das árvores que são invisíveis de cima. Eles disseram que, já que os homens não podem caminhar, deveriam vir do céu".

Todas as evidências indicam o malefício que traz o contato com o mundo exterior, mas Brecher foi estimulado por uma experiência que iluminou a aguda percepção dos índios. Ele conseguiu que um homem da tribo Waura fosse com ele em avião de carga para fazer uma operação de hérnia em São Paulo, mas teve sérias reservas sobre os efeitos psicológicos que esta cidade poderia ter sobre o índio.

Por uma semana, o homem falou muito pouco, observou tudo intensamente, e então lançou sua acusação: "Como pode você voltar para este mundo depois de ter visto como nós vivemos? Como pode fazer amor com estas mulheres que têm medo de serem mulheres e se escondem e cobrem seus olhos?"

Brecher perguntou ao homem se ele contaria à tribo o que vira. "Não", respondeu ele. "Eles não me acreditariam, e ficariam tristes de pensar que você tem de viver aqui. Talvez algum dia eu conte a meu filho sobre esta tribo. Talvez não".

As lendas contadas por Orlando e Cláudio Villas Boas são bizarras, vigorosas, muitas vezes violentas, e não conhecem barreiras entre a humanidade e os animais. A complicada trama destas histórias está fundada sobre os mitos do rio Xingu, e forma a base da história e dos precedentes sociais dos índios. Elas foram traduzidas do português para o inglês por Kenneth Brecher, que se familiarizou com as histórias contadas entre os Waura. Ele persuadiu um homem da tribo a ilustrá-las com uma notável série de desenhos, que foi o seu primeiro ensaio nessa arte. O índio teve que completar os desenhos secretamente, para não ser acusado de praticar bruxaria.

"Não há qualquer separação entre a

religião dos índios e sua vida diária", diz Brecher. "Eles encaram seus mitos como sua história definitiva, e vêm a si mesmos como descendentes diretos dos animais e personagens dos mitos. O seu senso de tempo, também, é totalmente diferente do nosso — eles usam a mesma palavra para o passado e o futuro.

"Os mitos são parte integrante e funcional de sua estrutura social. Quando há tensão entre os membros de uma tribo, o chefe narra uma história que tenha algo que ver com a situação, para tornar pública a dificuldade existente no relacionamento. É um teatro terrífico, feito para uma enorme audiência, com diferentes pessoas representando os vários papéis".

As histórias oferecem uma interpretação do mundo que descrevem, entre outras coisas, as origens do dia, do fogo, a formação dos rios e as características dos animais. De passagem, elas explicam mistérios tais como, por exemplo, como a lontra conseguiu o seu ânus, por que os peixes têm manchas coloridas, a criação das línguas pelos pássaros, e de como a escada que leva a uma terra de rejuvenescimento no céu nunca mais será baixada à terra. O horror dos índios pela recriação do mundo é tal que ainda hoje praticam infanticídio, quando nascem gêmeos.

Kenneth Brecher diz que os índios acham que o sangue é debilitante, e que os adolescentes frequentemente se sangram a si próprios. "Quando a Lua está no minguante, eles dizem que está menstruando", diz Brecher. "Na vila em que eu estive, as garotas vivem por dois anos ou mais enclausuradas, tão logo começam a menstruar. Durante este tempo elas engordam e ficam muito bonitas, e muitas descrevem este como sendo o melhor período de suas vidas".

O livro é original em vários aspectos. Poucos antropólogos observaram uma raça por mais de 30 anos, e certamente nenhum adquiriu o formidável conhecimento que os Villas Boas têm do Xingu. Eles forneceram a única informação digna de confiança sobre as tribos extintas e massacradas, e o primeiro mapa que mostra a localização das tribos sobreviventes. Eles tinham anteriormente pensado em não fazer isso, por causa da grande vulnerabilidade dos índios, mas a estrada os fez mudar de idéia.

Os irmãos não querem saber de estudos, ou técnica científica, o que, possivelmente, é exatamente o que torna o livro tão bom de ler. A sua descrição detalhada da terra e das mudanças de estações são dadas com uma autoridade gentil que talvez consiga dar uma idéia ao leitor de como tanta gente já sucumbiu ao ouvi-los falar.

Todos os direitos do livro estão sendo enviados aos irmãos Villas Boas para financiar um pequeno projeto de hospital. Como editor, Brecher diz que o sucesso do livro o recompensa bastante. "Espero que o livro possa mostrar a todos a riqueza e dignidade da vida dos índios, e a perda que elas sofreriam com uma política de total integração".

O que acontecerá quando a segurança que têm em sua vida, os Villas Boas, expirar? Brecher não sabe. Talvez eles removam o bastão em forquilha que sustenta o céu.

(1) Xingu The Indians. Their Myths — Por Orlando e Cláudio Villas Boas — Souvenir Press, 1974. 2 libras (paperback) e 3,50 libras (capa dura). (2) Nota da Redação: A estrada de lato, cortou o parque, separando dele uma pequena parte ao norte. O governo, para refazer e extensão original do parque, integrou ao Parque Nacional do Xingu uma porção de terras correspondentes, ao sul.



## Vietnã

# A HISTÓRIA SECRETA DAS NEGOCIAÇÕES DE PAZ

Tad Szulc  
Washington Post

*Esta narrativa das complexas negociações que conduziram ao desengajamento militar norte-americano no Vietnã é baseada em novas informações recolhidas em diversas fontes em Washington, Paris e outras capitais por Tad Szulc, durante a pesquisa que fez para a elaboração de um novo livro sobre a política externa do presidente Nixon e de Henry Kissinger (a ser publicado no início do ano que vem).*

A extraordinária história diplomática por trás das negociações secretas de 1972 e 1973 que conduziram ao acordo de paz no Vietnã e os acontecimentos subsequentes ao acordo talvez jamais sejam relatados publicamente em toda a sua complexidade. Isto certamente não seria benéfico para a administração Nixon. Contudo, existe atualmente suficiente material até então desconhecido que permite pelo menos uma reconstrução parcial do que aconteceu, e como aconteceu, naqueles meses e anos de intensa atividade diplomática.

A presente reconstrução, baseada em relatórios das negociações até aqui não publicados — parte de um longo e sigiloso documento do Departamento de Estado, e que fornece a interpretação interna do acordo feita pelo governo dos Estados Unidos — inclui os seguintes pontos principais:

- Os Estados Unidos assumiram uma série de compromissos secretos com o Vietnã do Norte — a maioria dos quais não foram cumpridos — para que o acordo de paz pudesse entrar em vigência. O mais importante compromisso referia-se à remoção, no período de um ano, de todos os civis norte-americanos residentes no Vietnã do Sul, e que participavam do apoio às Forças Armadas sul-vietnamitas. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos aconselharam secretamente Saigon a

respeito de como violar certos dispositivos militares do cessar-fogo, especificamente a proibição de compra de aviões mais sofisticados, e o envio de armamentos para o Camboja, através do rio Mekong.

- Os Estados Unidos e o Vietnã do Norte negociaram com sucesso, à exceção de um ponto controverso, um acordo para a ajuda norte-americana a Hanói, para a reconstrução do Vietnã do Norte. O acordo foi conseguido, em princípio, no final de março de 1973, mas a administração norte-americana resolveu arquivá-lo, por causa de sua insatisfação com as violações da trégua pelos comunistas. Tanto o acordo quanto o arquivamento foram mantidos em segredo.

- A ajuda militar norte-americana ao Vietnã do Sul é atualmente coordenada por meio de uma seção especial de "fachada" do escritório do adido de defesa da embaixada norte-americana em Saigon. A seção constitui um "minicomando", e tem mais de 100 funcionários. Está subordinada ao comando militar norte-americano na Tailândia.

- A grande reviravolta nas negociações para a paz ocorreu não em Paris, mas em Moscou, quando Henry Kissinger deu a entender ao líder soviético Leonid Brejnev, durante uma visita secreta em abril de 1972, que os

Estados Unidos não mais exigiam a retirada das tropas norte-vietnamitas do Vietnã do Sul, como pré-condição para a paz. No mês seguinte, durante uma conferência de cúpula em Moscou, Kissinger surpreendeu os soviéticos com uma proposta para a formação de uma comissão eleitoral de três partes no Vietnã do Sul. Aparentemente com a ajuda diplomática da União Soviética e da China, os Estados Unidos então conseguiram, como compensação, a anuência de Hanói em abandonar sua insistência na remoção do presidente do Vietnã do Sul, Nguyen Van Thieu, como condição prévia para o cessar-fogo. Estes acontecimentos conduziram à proposta secreta de paz do Vietnã do Norte, de outubro de 1972, e posteriormente ao acordo.

- Durante a maior parte do processo de negociações em 1972, Kissinger manteve Saigon em completo desconhecimento de sua diplomacia. Na verdade, até agosto daquele ano, ele encorajou Thieu a preparar uma invasão do Vietnã do Norte, a ser levada a efeito após as eleições presidenciais norte-americanas (em novembro). Somente em outubro Kissinger revelou a Thieu que os Estados Unidos já não estavam exigindo a retirada das forças de Hanói, do território do Vietnã do Sul.

- Kissinger igualmente enganou o presidente do Camboja, Lon Nol, em outubro de 1972, quando afirmou ter garantias de Hanói de que ocorreria um cessar-fogo simultâneo no Camboja e no Vietnã. Assim, o documento secreto com a interpretação do Departamento de Estado revela que o artigo 20 do acordo de Paris foi deliberadamente redigido de forma a permitir aos Estados Unidos realizarem operações aéreas sobre o Camboja e o Laos, até o cessar-fogo naqueles países e a retirada de todas as tropas estrangeiras. A administração norte-americana não havia contado com a posterior ação do Congresso dos EUA, que proibiu as operações aéreas no Camboja.

O aspecto verdadeiramente fascinante da diplomacia secreta das conversações de paz foi a habilidade de Kissinger (e supostamente do presidente Nixon) em desenvolver posições de negociação públicas e privadas completamente distintas — particularmente durante 1972 — e a manipulação idêntica de inimigos e aliados. Isto foi feito contra o pano de fundo de uma opinião pública cada vez mais hostil nos EUA — o movimento contra a guerra atingiu o auge em 1971

e no contexto da convicção de Kissinger de que a chave para um acordo no Vietnã estava numa *détente* com a União Soviética e com a China. No sentido contrário, Kissinger acreditava que a *détente* só poderia florescer, a longo prazo, com o término da guerra do Vietnã. Assim, em 1971, os fios das políticas norte-americanas em relação a Moscou, Pequim e Hanói começaram a se entrelaçar, à medida que Kissinger compunha um intrincado tecido diplomático no mundo comunista.

Havia também dois outros conceitos cardeais orientando a política de Kissinger: era o conceito de que os Estados Unidos tinham que se retirar do Vietnã mais cedo ou mais tarde — mesmo que isso significasse uma

ruptura em potencial com Saigon (como Thieu descobriria na hora apropriada); o outro conceito era a crença inabalável de Kissinger, expressa privadamente em 1969, após seus primeiros encontros secretos com os norte-vietnamitas, de que o sucesso nas negociações só poderia ocorrer após um paroxismo final nas batalhas. Em 1972 viu-se que ele estava certo. No meio tempo, sua diplomacia visava a manter todas as partes fora de equilíbrio — Thieu e Lon Nol de um lado, e os norte-vietnamitas, soviéticos e chineses do outro. É até possível que o presidente Nixon não tenha entendido completamente durante todo o tempo o que estava sendo feito por seu assistente especial para assuntos de segurança nacional.

Durante as longas negociações, desenvolveu-se uma exercíção de acrobacia diplomática em muitas frentes. Um passo em falso poderia desmoronar todo o edifício diplomático de Kissinger — e em mais de uma ocasião ele esteve bastante próximo disso. De qualquer forma, Kissinger só poderia necessariamente trabalhar em completo segredo, não apenas em relação ao público, mas frequentemente em relação a muitos dos outros atores principais do drama vietnamita.

## I A caminho de Moscou

Durante quase dois anos, desde seu começo em 4 de agosto de 1969, as reuniões secretas de Kissinger com os norte-vietnamitas, em Paris, não conseguiram progressos visíveis. Durante o ano de 1971, alguns movimentos promissores pareceram estar ocorrendo, depois que Kissinger revelou um novo plano secreto de paz norte-americano a 31 de maio; mas o ano terminou em amarga decepção, já que os norte-vietnamitas ignoraram

uma oferta melhorada dos EUA feita em outubro, e informações chegadas da Indochina advertiam sobre as preparações para uma importante ofensiva comunista, a ser desfechada no início de 1972.

Por volta de 20 de janeiro de 1972, a Casa Branca mostrava-se tão alarmada com a concentração de tropas do Vietnã do Norte e com o persistente

continua na página ao lado

continuação da página ao lado

silêncio de Hanói quanto ao renício das sessões secretas de Paris que decidiu tornar públicas as propostas de paz de outubro e a informação de que Kissinger estivera realizando sessões privadas com os comunistas, intermitentemente, desde agosto de 1969. A idéia de "ir ao público" havia sido examinada durante vários meses — Kissinger a discutia frequentemente com seu staff — em virtude da crescente frustração quanto a Hanói, e, igualmente importante, em virtude da opinião pública dos EUA. No jargão da Casa Branca, a revelação seria feita para a "platéia" — com o fim de tornar sem efeito as críticas de que a administração não buscava ativamente a paz no Vietnã.

O presidente Nixon dirigiu-se ao público num discurso dramático à nação, a 25 de janeiro de 1972, contando a história das visitas secretas de Kissinger, e revelando a proposta de paz de outubro. Nixon afirmou que "até recentemente" o sistema de negociações secretas "mostrara sinais de que haveria algum progresso". Mas na hora em que falava à nação, disse, as perspectivas de sucesso diplomático tinham chegado ao ponto mais baixo em muitos anos.

Ainda assim, ambos os lados — EUA e Vietnã do Norte — gastaram mais dois meses em charadas diplomáticas, antes da explosão bélica que conduziria ao acordo de paz um ano mais tarde. No dia seguinte ao do discurso de Nixon, a Casa Branca enviou uma mensagem secreta a Hanói, indicando estar pronta para o reinício das conversações secretas. Esta sugestão foi enviada em meio a extraordinárias expressões de hostilidade pública entre as duas partes. A 5 de fevereiro, o chefe da delegação norte-vietnamita nas conversações de Paris, Xuan Thuy, inesperadamente negou que Kissinger tivesse oferecido um prazo para a retirada das tropas norte-americanas do Vietnã, como parte do plano de paz de 31 de maio, em troca do cessar-fogo e da libertação dos prisioneiros de guerra. Por sua vez, a Casa Branca negou a afirmação de Thuy de que o Vietnã do Norte concordara no verão anterior em separar os problemas políticos dos problemas militares — uma questão que durante todo o tempo estivera no centro do impasse. A 6 de fevereiro, Thuy aprofundou ainda mais a controvérsia, com o anúncio de que os prisioneiros de guerra norte-americanos só seriam libertados após Washington ter abandonado Thieu e terminado a guerra.

Apesar da polêmica crescentemente amarga, Hanói avisou a Washington, a 14 de fevereiro, que concordaria em reiniciar as conversações secretas depois de 15 de março. A 17 de fevereiro, dia em que Nixon e Kissinger partiram para Pequim, eles informaram a Hanói que 20 de março seria uma data adequada. A data foi aceita pelos norte-vietnamitas 12 dias mais tarde, quando a comitiva presidencial voltava da China para os EUA. Mas a 6 de março os norte-vietnamitas pediram um adiamento para 15 de abril. Kissinger, que planejava uma viagem a Tóquio naquela data, sugeriu 24 de abril. Hanói concordou com o dia 31 de março, mas só depois que os EUA interromperam com grande alarido as sessões semipúblicas de Paris.

O lançamento da ofensiva norte-vietnamita, a 30 de março, explica por que Hanói combinou a inesperada hostilidade pública para com os Estados Unidos com as marchas e contramarchas quanto ao reinício das negociações secretas, nas semanas anteriores à ofensiva. O que é inexplicável é como a administração Nixon falhou em perceber a tempo o que se passava. O próprio Kissinger admitiu mais tarde que só no domingo de Páscoa percebeu que Saigon estava às voltas com uma ofensiva global, e que os norte-vietnamitas estavam "apostando tudo" numa última tentativa desesperada de destruir o Exército sul-vietnamita, antes do acordo de paz. Isto é particularmente intrigante quando se sabe que Kissinger sempre acreditara que a paz só viria após a eclosão final de lutas

pesadas. Contudo, as preocupações dominantes na Casa Branca, na época, eram a recém-concluída viagem à China e a iminente reunião de cúpula de Moscou. Como um alto funcionário da Casa Branca afirmou naqueles dias, o Vietnã constituía "o lado cruel" das novas políticas internacionais da administração dos EUA.

Quando o âmbito da ofensiva comunista foi finalmente percebido, um clima de pânico implantou-se na Casa Branca. A queda de Quangtri, em abril, aprofundou a ansiedade, bem como a crescente crença geral de que os Estados Unidos teriam de intervir maciçamente para salvar Saigon do colapso. Assesores de Kissinger atribuíam a ele a crença de que o Exército sul-vietnamita não poderia sozinho sustentar a situação.

*Durante a maior parte das negociações em 1972, Kissinger manteve Saigon em completo desconhecimento de sua diplomacia. Na verdade, até agosto daquele ano ele encorajou Thieu a preparar uma invasão do Vietnã do Norte, que seria realizada após as eleições norte-americanas em novembro.*

Por volta de meados de abril, a questão que pairava no ar era como intervir decisivamente no Vietnã sem, ao mesmo tempo, destruir as possibilidades de realização da conferência de cúpula de Moscou, marcada para maio. Nixon despachou Kissinger para a capital soviética para explorar a situação com Brejnev, e para conseguir o apoio deste em vencer Hanói a deter a ofensiva.

A missão de Kissinger em Moscou, iniciada a 20 de abril, foi cercada de total sigilo. O jato da Força Aérea que o levou da Base Aérea de Andrews desceu num aeroporto doméstico soviético próximo de Moscou, e não no aeroporto internacional de Vnukovo, onde o aparelho azul e branco poderia ser identificado. Automóveis oficiais soviéticos conduziram a comitiva de Kissinger para uma propriedade conhecida como Dom Pryoma, nas colinas de Lênin, a 15 minutos de Moscou.

Tão grande foi o sigilo que, à exceção de uma sub-república visita ao Kremlin, em sua última noite na União Soviética, Kissinger e seu staff sequer foram a Moscou. Um grupo da Casa Branca, chefiado pelo brigadeiro-general Brent Scowcroft, que estava em Moscou para preparar a visita de Nixon, sequer foi informado da presença de Kissinger, e aparentemente o mesmo ocorreu com o embaixador norte-americano em Moscou, Jacob D. Beam. Durante quatro dias, Kissinger e seu staff, incluindo Helmut Sonnenfeldt (atualmente conselheiro do Departamento de Estado), reuniram-se com Brejnev e seus auxiliares na propriedade privada deste, em Zavidova, a 70 quilômetros de Moscou. Com Brejnev estavam o ministro do Exterior, Andrei Gromyko, o embaixador soviético em Washington, Anatoly Dobrynin, o assistente pessoal de política externa de Brejnev, Andrei Alexandrov, e um intérprete.

Posteriormente, Kissinger revelou publicamente seus encontros secretos com Brejnev. Ele afirmou que a situação do Vietnã "foi discutida "em considerável extensão", mas não deu quaisquer detalhes.

O que Kissinger não tornou público até hoje é que suas sessões com Brejnev produziram a que provavelmente foi a primeira reviravolta importante na história das negociações do Vietnã. Kissinger afirmou a um incrédulo Brejnev que os Estados Unidos

aceitariam um cessar-fogo no local em troca da retirada das forças norte-vietnamitas que haviam entrado no Vietnã do Sul desde o início da ofensiva, a 30 de março.

Aquela era uma verdadeira bomba diplomática; Washington jamais concordara explicitamente antes em deixar quaisquer forças norte-vietnamitas permanecerem no Sul. Calculava-se a grosso modo naquela altura que entre 30 mil e 40 mil soldados norte-vietnamitas haviam entrado no Vietnã do Sul desde o início da ofensiva. Kissinger estava dizendo a Brejnev que Washington não exigiria a evacuação dos estimados 100 mil norte-vietnamitas que já estavam no Sul antes da ofensiva.

Esta oferta tem que ser cuidadosamente analisada para que se possa entender a diplomacia secreta de Kissinger. Uma concessão de enorme magnitude estava sendo feita a Hanói, através dos soviéticos. Desde 31 de maio de 1971, as propostas de paz secretas norte-americanas tinham sugerido que os EUA não eram inflexíveis a respeito da questão das forças norte-vietnamitas, apesar de ser uma questão fundamental para a sobrevivência a longo prazo do regime de Saigon. A proposta de outubro de 1971 havia colocado a questão de forma deliberadamente ambígua, com o uso da frase segundo a qual todas as Forças Armadas "dos países da Indochina deveriam permanecer dentro de suas fronteiras nacionais". Como Hanói sempre defendera a posição de que o Vietnã constituía "um país" com "dois Exércitos", os norte-vietnamitas recebiam a oportunidade de interpretar aquela frase como bem entendessem. Mas nunca lhes havia sido dito claramente que suas forças poderiam permanecer no Sul.

No passado, Nixon havia usado a expressão "cessar-fogo no local", mas sempre se supôs que um acordo incluindo "retiradas mútuas" seria em seguida negociado. Este conceito fora repetidamente rejeitado por Hanói. Conversando com Brejnev, contudo, Kissinger estava relacionando sua oferta secreta com a insistência de que Hanói parasse de exigir a remoção de Thieu antes de qualquer acordo. Assim, mais tarde ele deixou claro para Brejnev que os EUA não imporiam um governo comunista a Saigon, mas queriam, ao contrário, uma "solução política genuína". Kissinger também recordou a Brejnev que a proposta norte-americana de maio de 1971 implicitamente continha a mesma idéia.

Assim, a sugestão agora era de que Brejnev transmitisse o novo dispositivo da proposta norte-americana a Hanói, de forma a que pudesse ser estabelecida uma base para o reinício das negociações secretas que levariam à cessação da luta e ao acordo final. Brejnev concordou em fazer isso, e assim Kissinger pôde afirmar publicamente, duas semanas mais tarde, que os soviéticos "achavam que todos os esforços deveriam ser feitos para o reinício das negociações".

Pouco depois de Kissinger regressar a Washington, recebeu-se a informação de que Hanói estava pronta para uma reunião secreta em Paris, a 2 de maio. Mas, no meio tempo, a situação militar havia deteriorado a tal ponto no Vietnã do Sul que Nixon e Kissinger começaram a planejar uma ação de retaliação contra o Vietnã do Norte: bombardeios maciços da área Hanói-Haiphong e de todas as linhas de comunicação norte-vietnamitas, e colocação de minas no porto de Haiphong. Kissinger achava, contudo, que era essencial realizar a reunião com o representante de Hanói, Le Duc Tho, antes que se tomasse uma decisão final de atacar o Norte.

Kissinger e uma pequena comitiva deixaram a base de Andrews na noite de 1.º de maio, chegando a Paris na manhã seguinte, sob a cobertura do sigilo. Reuniu-se com Tho durante aproximadamente quatro horas, mas a reunião não produziu resultados.

O Vietnã do Norte, aparentemente entusiasmado com seus sucessos militares, não se encontrava com ânimo de negociar, e a comitiva norte-americana regressou a Washington na mesma noite. A reunião de 2 de maio

era a primeira entre Kissinger e Tho, desde 13 de setembro de 1971. Kissinger, que frequentemente afirmara a seu staff — no período de crise — que, como os EUA não conseguiriam enfraquecer o Vietnã do Norte através da diplomacia, teria de fazê-lo com o emprego da força, concluiu então que a hora da ação havia chegado.

Às 6 horas da tarde de 5 de maio, o general Alexander Haig, então vice de Kissinger, convocou uma reunião dos membros do Conselho de Segurança Nacional, na Casa Branca, para informá-los de que era "98 por cento certo" que o presidente ordenaria os bombardeios do Vietnã do Norte e a colocação de minas em Haiphong. Informou que uma reunião plenária do Conselho estava marcada para as 9 horas da manhã de segunda-feira, 8 de maio, e que o staff tinha o fim de semana para coordenar os planos.

Ao meio-dia de sábado, Kissinger dirigiu uma reunião preparatória, a que compareceram Haig, George Carver, da CIA, Sonnenfeldt, como especialista em questões soviéticas, John Holdridge, como especialista em questões chinesas, e diversos membros do staff do CSN. Kissinger percorreu a mesa pedindo opiniões. Carver disse que a CIA apoiava o bombardeio e a colocação de minas, porque isso poderia resultar em grande pressão sobre a liderança de Hanói. Esta era uma ruptura da posição rotineira da CIA, contra atos retaliatórios violentos. Sonnenfeldt disse que Moscou não aumentaria seu envolvimento no conflito do Vietnã, a menos que um navio soviético fosse atingido por bombas norte-americanas em Haiphong, mas afirmou haver possibilidades de 50 por cento de que a planejada conferência de cúpula pudesse ser cancelada pelos soviéticos. Holdridge disse duvidar de que a China respondesse violentamente. Haig apoiava o plano, desde que este compreendesse um esforço contínuo durante um período de tempo adequado.

*O aspecto verdadeiramente fascinante da diplomacia secreta para a paz foi que Kissinger desenvolveu posições de negociação públicas e privadas completamente distintas, e manipulou de forma idêntica inimigos e aliados.*

Descreveu-se Kissinger como vivendo momentos de agonia quanto à decisão. Ele caminhava para diante e para trás, interrogando-se em voz alta se aquela seria, afinal de contas, uma política sábia. Ele sabia instintivamente que Nixon aprovava a ação, mas expressou dúvidas sobre se os riscos compensariam os resultados, já que o Exército sul-vietnamita poderia sofrer um colapso total, de qualquer forma, e já que os EUA haviam feito o suficiente por Saigon. Ao final, segundo seus companheiros, conseguiu racionalizar a necessidade de se proceder aos bombardeios e à colocação das minas. O staff do Conselho de Segurança Nacional passou todo o domingo coordenando as operações com o Pentágono, preparando-se para avisar aos soviéticos, chineses e outros líderes sobre a ação dos EUA, e fazendo um rascunho do discurso de Nixon. A primeira versão foi escrita por Winston Lorde, um assistente de Kissinger.

Na segunda-feira, 8 de maio, todo o Conselho de Segurança Nacional reuniu-se, com o presidente. Nixon convidou todos os membros a darem suas opiniões. O diretor da CIA, Richard Helms, o primeiro a falar, deu a impressão de ter pouco entusiasmo pelo bombardeio e pela colocação das minas, sob o argumento de que o

material de guerra poderia ser facilmente levado da China para o Vietnã do Norte por estrada de ferro. O secretário de Estado, William P. Rogers, manifestou-se então com veemência contra ambas as medidas. Afirmou ao presidente que os EUA já haviam feito o suficiente pelo Vietnã do Sul.

Em suas primeiras palavras, Nixon afirmou ao grupo que eles enfrentavam uma situação difícil, diante da iminente reunião de cúpula de Moscou, mas que na realidade um aliado soviético havia invadido um aliado dos Estados Unidos. Disse que não desejava ouvir o argumento de que a retaliação contra o Vietnã do Norte liquidaria a reunião de cúpula de Moscou, pois como presidente dos EUA não estava disposto a ir à União Soviética caso isto não contribuisse para desencorajar um ataque contra um aliado norte-americano.

O secretário de Defesa, Melvin Laird, falou abertamente contra ambas as ações. Argumentou que a vietnamização estava funcionando bem, que Hué ainda não havia sido tomada pelos comunistas, e que o Exército sul-vietnamita já tinha um déficit de 4 bilhões de dólares em 1972, e a Marinha já havia gasto toda a munição que lhe fora destinada no ano fiscal corrente.

O secretário do Tesouro, John Connally, foi o mais forte advogado da retaliação. Na descrição de um dos participantes, Connally praticamente pulou de sua cadeira, apontando o dedo para Nixon, e dizendo que ele não seria um presidente de verdade se falhasse em agir. Ele fez comentários zombeteiros sobre as reservas de Laird. O vice-presidente Spiro Agnew aplaudiu com veemência a decisão de "ir em frente". O único comentário que Kissinger fez durante toda a reunião foi que havia possibilidades de 50 por cento de que os soviéticos cancelassem a reunião de cúpula, caso os EUA realizassem o bombardeio e a colocação de minas.

Um participante disse mais tarde que se uma votação secreta tivesse sido feita na reunião, a decisão poderia ser contrária ao bombardeio do Norte. Mas poucos dentre os membros do CSN pareciam preocupados com a colocação de minas em Haiphong. O presidente encerrou a reunião ao meio-dia, afirmando que tomaria uma decisão dentro em breve. Ele fez isso poucos minutos antes das 2 da tarde. Imediatamente passou-se a ordem aos militares para que lançassem as operações.

O presidente Nixon falou à nação às 9 horas da noite, anunciando sua decisão. O traço mais notável do discurso foi a omissão de qualquer sugestão de que a retirada norte-vietnamita do Sul seria necessária como condição para a cessação dos bombardeios e da colocação das minas. Ao contrário de seu discurso de 25 de janeiro, o presidente não mencionou a exigência de que as Forças Armadas dos países da Indochina "permanecessem dentro de suas fronteiras nacionais". Isso estava de acordo com a oferta que Kissinger fizera a Brejnev duas semanas antes.

A omissão de qualquer referência a retiradas norte-vietnamitas foi deliberada. Era parte da política de "atrair com a cenoura" imaginada por Nixon-Kissinger, e que visava chegar a um acordo aceitável para a guerra do Vietnã durante o ano eleitoral de 1972. Sabe-se que, já em 1970, um estudo do staff do CSN sobre as consequências do cessar-fogo na Indochina convenceria Kissinger de que não havia meios de se conseguir a retirada dos norte-vietnamitas do território do Sul. Até o discurso de 8 de maio, portanto, os EUA haviam simplesmente feito um jogo de retórica com aquela idéia. Em outras palavras, a posição oficial dos EUA era agora a de que um cessar-fogo permanente no local deveria ocorrer após a cessação da luta. Inevitavelmente, chegou-se à conclusão de que, no final das contas, Saigon teria que lidar com uma situação militar em que haveria "bolsões" do Norte (as "manchas de leopardo") no Sul.

A Casa Branca ganhou a parada —  
continua na página 14

continuação da página 13.

os soviéticos não cancelaram a reunião de cúpula. Nixon voou para Moscou seguro de que Brejnev desejava ser útil no encerramento da guerra.

Os norte-americanos e os soviéticos realizaram quatro discussões sobre o Vietnã. A primeira foi a 24 de maio, na propriedade de Dom Pryoma, onde Brejnev recebeu Nixon para jantar. Nixon estava acompanhado de Kissinger e dois membros do CSN. Brejnev levou consigo o presidente Nikolai Podgorny, o premier Alexei Kosygin, e Alexandrov, seu especialista em política externa.

A sessão começou pouco antes das 8 da noite, e prolongou-se até as 11h30m, quando Brejnev finalmente anunciou uma interrupção para o jantar. Nixon usou a palavra em primeiro lugar, e falou durante 20 minutos, afirmando que se aliados da União Soviética atacavam aliados dos EUA com equipamento soviético, os EUA não tinham escolha, a não ser reagir. Nixon prosseguiu dizendo que os EUA haviam apresentado seus termos de negociação, e que se Hanói não os considerasse aceitáveis, os EUA prosseguiriam com os bombardeios e a colocação de minas.

Kosygin, Podgorny e Brejnev falaram durante uma hora cada, naquela ordem. Eles manifestaram-se criticamente quanto às políticas norte-americanas no Vietnã, mas, disseram, nada havia que a União Soviética pudesse fazer quanto a isto. O discurso mais amargo foi feito por Kosygin, que recordou: "Eu estava em Hanói quando os norte-americanos começaram a bombardear a cidade, e eu nunca me esquecerei disso". Tratava-se de uma referência aos bombardeios de 1965. Mas, como Sonnenfeldt previra, mesmo Kosygin limitou seu protesto ao perigo de um navio soviético ser atingido por bombas norte-americanas. Brejnev enfatizou que a *détente* estava indo à frente, assim, por que os EUA tinham que pô-la por água abaixo, destruindo o Vietnã do Norte e sendo condenado pelo resto do mundo por isso? Nenhum dos três soviéticos sugeriu que a guerra em andamento no Vietnã era um obstáculo à *détente*. Em certo momento, Kosygin virou para Nixon e disse: "Você tem Henry Kissinger, ele é um homem esperto, por que você não faz com que ele encontre a solução correta para a guerra"? A reunião prolongou-se por tanto tempo que Nixon virou-se para Kissinger e murmurou: "Deus, isto não pode continuar desta maneira". Em seguida, num gesto bastante incharuto, Nixon acendeu um bastante charuto. O jantar suntuoso transcorreu em grande cordialidade. Kosygin comandando os brindes com conhaque da Georgia. Nixon tomou dois ou três conhaques.

A segunda reunião para tratar do problema do Vietnã foi realizada entre Kissinger e Gromyko, no Kremlin, na tarde de 25 de maio de 1972. Nela, Kissinger lançou mais duas bombas diplomáticas. Após Gromyko ter deixado claro que a União Soviética poderia suportar a situação existente no Vietnã, Kissinger afirmou que a ação aérea norte-americana no Vietnã não teria necessariamente que continuar até que todos os prisioneiros de guerra fossem devolvidos. Esta era uma modificação abrupta em relação à posição defendida por Nixon em seu discurso de apenas duas semanas antes, segundo a qual a devolução dos prisioneiros era a primeira condição para o término dos bombardeios do Norte. Assim, mais uma vez, Kissinger estava enveredando por um atalho diplomático secreto, divergente da posição pública dos EUA. Sem dúvida, estava usando os bombardeios como um trunfo de barganha.

A segunda bomba diplomática de Kissinger naquela tarde foi a súbita introdução do tema da situação política no Vietnã. Este não fora discutido na noite anterior pelos protagonistas principais, e constituía também uma variante em relação ao discurso de Nixon a 8 de maio, no qual nenhuma menção fora feita à política vietnamita. Kissinger anunciou que os EUA estavam dispostos a apoiar a constituição de uma comissão eleitoral



"Já concordamos em operar ... agora estamos discutindo os métodos"

de três partes no Vietnã do Sul, incluindo elementos do regime de Saigon, do Vietcong e neutralistas.

Aquela era uma modificação real na postura norte-americana. Os EUA haviam se oposto a uma comissão de três partes durante todo o tempo, por temerem que ela poderia evoluir para um governo de coalizão, algo que Saigon e Washington sempre haviam rejeitado. A proposta secreta norte-americana de outubro de 1971 referia-se apenas a um "corpo independente", representando todas as forças políticas do Vietnã do Sul, para organizar e realizar as eleições. Isto estava longe da idéia de uma comissão de três partes. Gromyko surpreendeu-se de tal forma que disse para Kissinger: "Deixe-me ficar certo de que entendi corretamente o que você disse". Kissinger retrucou: "Sim, estou me referindo a uma comissão de três partes".

Kissinger e Gromyko discutiram novamente a situação do Vietnã a 26 de maio, cobrindo mais ou menos os mesmos tópicos. O efeito geral destas discussões foi que os EUA deixaram claro para os soviéticos que sua posição privada de negociação era infinitamente mais flexível do que a postura pública. Ela incluía a presença norte-vietnamita no Sul, a disposição de suspender os bombardeios antes mesmo da libertação dos prisioneiros de guerra, e o apoio à formação da comissão eleitoral de três partes. Kissinger aproximava-se cada vez mais dos pontos de vista de Hanói — à exceção da remoção imediata de Thieu — e estabelecia as fundações para o que posteriormente viria a ser o acordo.

A última discussão sobre o Vietnã foi realizada entre Nixon e Brejnev, a 30 de maio, último dia da visita à União Soviética. Eles concordaram em que Podgorny iria a Hanói tão logo fosse possível, para transmitir aos norte-vietnamitas os pontos de vista que Kissinger expressara em Moscou. A natureza precisa da missão de Podgorny até hoje foi mantida em segredo, apesar de sua presença em Hanói, entre 15 e 18 de junho, ter sido na época publicamente anunciada. Kissinger manifestava-se encantado por ver Podgorny agindo como intermediário, e dizia com orgulho a seus colegas que os soviéticos "irão nos ajudar".

A 16 de junho, enquanto Podgorny estava em Hanói, Kissinger voou para Pequim, a fim de informar os chineses a respeito da reunião de cúpula de Moscou, como parte da política diplomática triangular norte-americana. A situação do Vietnã foi discutida durante quatro horas, numa reunião com Chou En-lai, e ficou claro que Kissinger estava disposto a conseguir o apoio chinês para um acordo negociado. Uma das razões é que Kissinger estava ansioso para reiniciar as negociações secretas com os norte-vietnamitas, antes da Convenção Nacional Democrata — um acontecimento a ser provocado para o benefício da "platéia" (a opinião pública norte-americana), de acordo

com o jargão da Casa Branca. Enquanto em Moscou Kissinger agira como negociador, em Pequim ele desempenhava o papel de filósofo, com sinceridade. Afirmou a Chou que se os norte-americanos podiam ser amigos da China, poderiam também ser amigos de Hanói.

Os registros secretos mostram que Kissinger afirmou ao premier chinês que o problema com os norte-vietnamitas é que eles eram muito vorazes, queriam tudo imediatamente, e tinham medo do processo da História. Kissinger perguntou a Chou En-lai por que Hanói tinha tanto medo da História, e por que Hanói não conseguia ver o processo global como sendo constituído de dois estágios separados. O primeiro passo, Kissinger afirmou, seria o desengajamento norte-americano. Em seguida a História tomaria seu próprio curso no Vietnã.

Kissinger prosseguiu queixando-se de que Hanói insistia em exigir que os

ministros do Exterior do Vietcong, a desistir da exigência da renúncia de Thieu, como pré-condição para qualquer acordo. Mao disse a Schumann ter explicado a Binh que em certas situações táticas uma conciliação é aconselhável. Ele deu a ela o exemplo de suas próprias negociações com Chiang Kai-shek, na década de 40.

Schumann imediatamente informou os EUA de sua conversação com Mao, acrescentando seu próprio comentário de que um progresso nas negociações poderia finalmente estar iminente. A Casa Branca convenceu-se de que os esforços combinados de Podgorny e Mao, ainda que sutis, continham a promessa de um acordo. Por volta de meados de julho, instalou-se na Casa Branca um novo clima de otimismo cauteloso quanto às negociações do Vietnã. Hanói concordara em manter um encontro secreto entre Kissinger e Le Duc Tho, a 19 de julho, e Kissinger convenceu-se de que as negociações poderiam estar retornando ao caminho certo.

A sessão de 19 de julho não produziu resultados concretos, já que ambos os lados basicamente limitaram-se a reafirmar suas posições. Kissinger limitou-se a reapresentar a proposta de outubro de 1971, com o incentivo adicional de que os EUA poderiam reduzir o prazo para a retirada total de suas forças do Vietnã. De qualquer forma, e isto era o importante, os dois lados concordaram em nater-se em contato.

Após sua reunião com Le Duc Tho, Kissinger voou diretamente para Saigon, a fim de praticar uma espécie de diplomacia totalmente diferente, que apresentava problemas ainda maiores. Nas conversações com Thieu, Kissinger partiu de uma posição diferente de sua abordagem com os soviéticos, chineses e norte-vietnamitas. O problema que se esboçava em Saigon era preparar Thieu para um acordo.

A linha de Kissinger foi assim lembrar a Thieu que havia uma eleição presidencial iminente nos EUA; que o governo norte-americano deveria mostrar-se decidido em sua diplomacia de paz; e que a administração Nixon teria que evitar que o senador McGovern pudesse fazer crer que Saigon estava bloqueando o caminho para a paz. Consequentemente, Kissinger afirmou, a administração norte-americana precisava, por uma questão de realismo político, apresentar propostas aparentemente atraentes, sabendo muito bem que Hanói as rejeitaria. Os riscos políticos tinham que ser reduzidos antes das eleições. Contudo, a idéia de uma comissão eleitoral de três partes, oferecida aos soviéticos, não foi revelada a Thieu naquela ocasião.

Então, ao que tudo indica, Kissinger começou a fazer promessas extravagantes a Thieu. Após as eleições, ele supostamente afirmou a Thieu, haveria uma "história diferente". Os EUA não hesitariam em

empregar todo o seu poderio para forçar o Vietnã do Norte a dobrar os joelhos. Kissinger recomendou que Thieu começasse a planejar uma invasão do Vietnã do Norte, para depois das eleições norte-americanas. Especificamente, Kissinger sugeriu que as tropas do Vietnã do Sul poderiam desembarcar em Vinh ou Donghoi, Thieu, que demonstrou perplexidade diante da idéia, finalmente retrucou que, caso uma invasão fosse realizada, o objetivo primário deveria ser Thanhhoa. Na verdade, Thieu havia reivindicado uma invasão do Vietnã do Norte desde março de 1971 (época da incursão do Laos), mas não conseguira o apoio norte-americano, e em seguida abandonou a idéia. Esta foi revivida em primeiro lugar pelo general Alexander Haig, em junho de 1972, quando ele perguntou ao comandante do Primeiro Exército do Vietnã do Sul se uma invasão do Norte era viável. Quando Kissinger voltou aos Estados Unidos, no final de julho de 1972, afirmou a sir Robert Thompson, o perito militar britânico que estava informando Nixon sobre os resultados de seu último estudo sobre o Vietnã do Sul, que os norte-americanos não seriam "tímidos" após as eleições.

É difícil, naturalmente, julgar se Kissinger estava desenvolvendo um complicado jogo duplo com as duas facções vietnamitas, ou se realmente acreditava que um golpe final em Hanói, no final de 1972, deixaria os sul-vietnamitas numa situação militar suficientemente forte para concordar com as propostas que ele, Kissinger, tinha em mente. Ele poderia estar enganando Thieu, mas, por outro lado, Kissinger sempre pensara em dar a Saigon um "intervalo decente" após o cessar-fogo — e isto só poderia ser conseguido atingindo-se duramente o Norte.

Havia, não há dúvida, uma certa lógica na abordagem de Kissinger. A ofensiva comunista da primavera de 1972 convenceu-o, entre outras coisas, de que a guerra do Vietnã deveria ser encerrada tão logo quanto possível, com os EUA finalmente se livrando dela. Durante o voo de Saigon à Califórnia, em seguida a suas conversações com Thieu, Kissinger meditou diante de seu staff: "Simplesmente não podemos permitir que a questão do Vietnã nos infirize por mais quatro anos". O problema, disse então, tinha que ser resolvido entre a eleição de novembro e a segunda posse do presidente Nixon, em janeiro de 1973.

Assim, tudo indica que já em julho de 1972 Kissinger tinha a sequência temporal do acordo firmemente estabelecida em sua própria cabeça. Ele estava otimista de que com o apoio soviético e chinês, e com o impasse da ofensiva norte-vietnamita, Hanói chegaria à mesa de conversações em pouco tempo. Isso significava a decisão de encerrar o conflito na base das concessões secretas que Kissinger acabara de fazer em Moscou e Pequim, sem exigências ulteriores dos norte-vietnamitas de eliminação de Thieu.

Enquanto voava para São Clemente, Kissinger viu claramente que seu problema era convencer o presidente Nixon a aceitar este curso de ação, e, ao mesmo tempo, forçar Thieu a encarar a realidade e endossar a nova postura diplomática norte-americana. Quanto a Nixon, Kissinger afirmou desejar "forçá-lo a uma decisão irrevogável", antes das eleições norte-americanas. E a Thieu seriam feitas as maiores concessões militares antes do cessar-fogo. Kissinger disse a seus auxiliares, ainda no avião, em tom sentencioso: "Uma coisa é certa: não podemos suportar outros quatro anos disso... Assim, vamos terminar com isso, brutalmente e de uma vez por todas".

No próximo número

II LARGANDO THIEU  
(conclusão)

# A guerra pelo fundo do mar O petróleo quente dos oceanos

Peter Hillmore  
The Guardian

“Uma poça de petróleo no oceano” — com esta descrição, o presidente da British Petroleum, sir Eric Drake, avaliou a pouca importância do petróleo do mar do Norte (a ser explorado pela Grã-Bretanha) numa perspectiva mundial. O petróleo encontrado representa apenas 3 por cento das reservas mundiais de petróleo. O rei Façal da Arábia Saudita não tem muitos motivos para se preocupar.

Porém juntando-se várias poças pode-se obter um tanque bastante razoável de petróleo com peso importante na produção mundial. O foco político e econômico do petróleo está maciçamente voltado para os produtores do Oriente Médio e do norte da África, mas a exploração petrolífera está sendo rapidamente realizada no mundo inteiro. Mais de 130 companhias estão empenhadas na exploração e produção nos litorais de uns 80 países. Excluindo o Oriente Médio, só a Shell explora em 38 países.

E com o aumento da procura ocorreram vários problemas, que parecem estar crescendo quase tão rapidamente quanto o preço do petróleo. O enorme progresso da tecnologia petrolífera nos anos recentes permitiu que a pesquisa do petróleo abandonasse o continente e se transferisse para os oceanos, entrando em mares revoltos. Quando o petróleo é descoberto no continente, não há muita disputa sobre que país tem direito a ele, mas o caso é diferente quando a descoberta é feita no fundo do mar.

Atualmente a produção petrolífera nos oceanos já representa uns 18 por cento do total mundial. Foi calculado que o potencial marítimo desconhecido bem poderia igualar o do continente, e que por volta de 1980 o petróleo do fundo dos mares poderia estar suprimindo 50 por cento das necessidades mundiais de petróleo.

Alguns dias depois de terminada a reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) sobre os preços do petróleo, no Equador, iniciou-se uma conferência igualmente importante na Venezuela. A Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar tratará de várias questões, incluindo direitos de pesca e aparelhos receptores ilegais. Mas o item mais importante da agenda será realmente a propriedade do fundo do mar.

A conferência das Nações Unidas está sendo realizada num ambiente de controvérsia, disputas políticas e até ameaças de intervenção militar. Brigas pela propriedade de cada pedaço de água sob o qual houvesse petróleo.

Nos mares da Grã-Bretanha há desacordo entre este país e a França com relação a algumas áreas dos Estreitos Ocidentais.

No Egeu, a Grécia está fazendo valer seu prestígio na disputa pelo petróleo, tentando forçar a Turquia a admitir que as ilhas gregas que chegam até quase o litoral turco também deveriam ampliar a plataforma continental da Grécia. No Mediterrâneo, as reivindicações do leito do mar feitas por Malta são contestadas pela Líbia.

A América e o Canadá têm rixas litorâneas, a URSS e a Noruega não estão de acordo quanto ao mar de Barents, e a Suécia e a URSS têm divergências no mar Báltico.

As disputas e a tensão são mais pronunciadas na Ásia, onde os países subdesenvolvidos estão ávidos para agarrar-se a tudo o que possuem, e em alguns casos ao que não deveriam possuir. Existem disputas atualmente entre a Índia e Sri Lanka a respeito do petróleo no Golfo de Mannar, e no mar do Sul da China as demarcações de limites são contestadas pela China, pelo Camboja, pela Tailândia, pelo Vietnã do Sul e pelo Vietnã do Norte, pela Malásia e pelas Filipinas. De maneira significativa, as disputas sempre pioraram quando as descobertas petrolíferas se tornaram

mais uma realidade do que apenas uma forte possibilidade.

Logo depois da crise das ilhas de Paracel, quando as tropas chinesas expulsaram os sul-vietnamitas das ilhas, a China advertiu outros países para manterem-se afastados daquilo que considera seu próprio território. Ela comunicou ao Japão e à Coreia do Sul que o recente acordo entre os dois países sobre os limites das águas próximas ao litoral é considerado como um ato de violação da plataforma continental da China. Ambos os países, disse com asperidade, “devem assumir responsabilidade total por todas as consequências deste ato”. Como era de se esperar, a Coreia do Sul logo disse que o assunto está sempre aberto para negociações.

Praticamente metade dos 230 mil quilômetros quadrados pretendidos pelo governo de Saigon, no seu primeiro combate para estabelecer um mar territorial, foram contestados. A definição feita por Saigon superpõe áreas pretendidas pelo Camboja em 62 mil quilômetros quadrados, pela Indonésia em 28 mil, pela Tailândia em 19 mil e pela Malásia em 2 mil.

**E** pouco provável que a conferência da ONU em Caracas chegue a alguma solução concreta, e já está programada outra reunião em Viena para 1975. Os diplomatas terão que resolver problemas tais como se a existência de ilhas afastadas do litoral (tais como as ilhas gregas no Egeu) deveriam permitir que os países possam reivindicar a propriedade do fundo do mar que as cercam.

Será que as rupturas de plataformas continentais causadas por valas profundas constituem demarcações de limites? Qual é a extensão de um mar territorial — o limite de três milhas, que na Grã-Bretanha costumava ser calculado segundo o alcance de um tiro de canhão? Além das águas territoriais, qual é a distância para o controle econômico do mar, e portanto do petróleo em seu subsolo? Alguns países africanos e latino-americanos reivindicaram as 200 milhas, da mesma forma como a China o fez.

Até mesmo os países mediterrâneos estão procurando estabelecer novas regras, pois não querem ficar fora de qualquer progresso econômico global que possa incluir o petróleo e os minerais descobertos no fundo do mar. Alguns desses países sugerem uma zona econômica de cerca de 40 milhas, sendo que o resto dos mares ficaria sob controle de uma organização internacional que distribuiria qualquer renda petrolífera.

Até há poucos anos estas questões pareceriam quase acadêmicas, e uma série de longas conferências da ONU a forma ideal de adiar qualquer solução. Mas o rápido progresso da tecnologia petrolífera (a Shell recentemente abriu o poço submarino mais profundo de que se tem notícia — a mais de 600 metros) e a busca desesperada de petróleo que está sendo realizada trouxeram a necessidade de respostas rápidas e definitivas.

Considerando todas as áreas produtoras de petróleo do mundo, o Extremo Oriente é a que progride mais rapidamente, tendo demonstrado o maior aumento percentual de produção no ano passado. Enquanto que a produção mundial de petróleo subiu 9,5 por cento, apesar do embargo árabe imposto em outubro, os produtores do Extremo Oriente aumentaram sua produção em pouco mais de 20 por cento.

Estes cálculos excluem a China, que, torna-se, sob vários aspectos, o pivô do eixo petrolífero no Extremo Oriente. Embora Pequim não tenha comunicado cálculos oficiais, não resta dúvida de que a indústria desenvolve-se rapidamente, e pela primeira vez o país teve um excedente para exportar, em 1973.

Em 1970 a produção de óleo cru era de cerca de 400 mil barris diários, mas

em janeiro deste ano o primeiro-ministro Chou En-lai comunicou ao ministro do Exterior japonês (que apreciaria muito conseguir todo o excedente petrolífero chinês para o seu país) que a produção havia subido para cerca de 1 milhão de barris, dos quais ele se dispõe a vender cerca de 6 por cento para o Japão.

Existem uns 80 campos petrolíferos na China, sendo que as áreas de maior produção estão no norte. O maior campo é o de Taching na província de Heilungka (Taching é a palavra chinesa para “Eureka”, ou mais literalmente “grande descoberta”, veja Opinião n.º 61).

Porém é o tamanho do potencial em reservas da China e não sua produção real o que causa maior sensação. Periodicamente as autoridades deixam escapar informações para diplomatas ou geólogos amigos, e algumas pessoas afirmam que as reservas são “tão ricas quanto as da Arábia Saudita”, principalmente as do fundo do mar, porém é impossível obter cálculos exatos e as especulações variam normalmente de apenas 3 bilhões de toneladas até 20 bilhões de toneladas.

A China começou a abrir poços submarinos no pouco profunda baía de Pohai, fora do litoral de Shantung. Três perfuratrizes estão em operação, sendo que duas foram construídas na China.

A influência da China sobre vastas áreas marítimas da Ásia, bem como sua reivindicação destas áreas, poderia ter um efeito tão grande sobre a procura de petróleo ao Extremo Oriente quanto as verdadeiras descobertas. No meio das crescentes rixas internacionais a respeito dos limites do mar territorial, o governo de Pequim ainda é o único que fez uso da força para defender o que considera os seus direitos, quando expulsou as tropas sul-vietnamitas das ilhas Paracel.

Parece inevitável que haja mais problemas no mar oriental da China, onde um mapa elaborado pelo Departamento de Estado norte-americano no ano passado mostrava considerável superposição entre 13 das 17 reivindicações submarinas feitas pela Coreia do Sul, pelo Japão e por Formosa.

Na ocasião em que a Coreia do Sul e o Japão assinaram um pacto conjunto, decidindo adiar as decisões a respeito da verdadeira propriedade, dando preferência a realizar explorações em conjunto, os chineses protestaram dizendo que algumas das operações de perfuração faziam parte de um grande projeto para “se apropriar dos recursos marítimos do litoral da China”.

A Coreia do Sul declara veementemente que tem seguido à risca as leis internacionais ao demarcar sete zonas para exploração. Não foi reivindicada nenhuma área marítima de profundidade maior do que 20 metros, afirmaram, e a linha equidistante entre a Coreia do Sul e a China tem sido rigidamente observada.

Mas a plataforma continental da China vai se provar bastante problemática, e os delegados à conferência de Caracas estariam bem prevenidos se nem a mencionassem, quanto mais discutissem. Segundo afirmou no ano passado um catedrático de direito de Harvard, “o problema de delimitação de limites nesse campo envolve praticamente todas as dificuldades concebíveis que a Convenção de Genebra de 1958 pretendia evitar ou resolver”.

Não servirá de muito alívio para o governo britânico saber que se o grande empreendimento do mar do Norte falhasse, ele poderia reivindicar a propriedade das ilhas Spratley, no sul do mar da China, fora da área de Saigon, onde os vietnamitas recentemente reforçaram uma guarnição. Parece que a companhia britânica Borneo ficou ali orgulhosamente uma bandeira do Reino Unido no século passado e deu início à coleta de

depósitos de guano.

As ilhas Spratley são talvez o exemplo mais flagrante da transformação que a exploração petrolífera submarina está impondo à geografia internacional. Durante muitos anos tanto a China quanto o Vietnã negaram inflexivelmente qualquer responsabilidade por esses bancos de areia e recifes (ilha é uma descrição grandiosa demais). Até que surgiu uma possibilidade de haver petróleo, e agora ambos os reivindicam.

O mar do Sul da China como um todo começa agora a assemelhar-se notavelmente com o Golfo Pérsico no princípio de sua exploração. Já estão planejados para este ano 60 poços submarinos, e só uma escassez de perfuratrizes poderá impedir que sejam escavados. O Golfo do Sião poderia contar este ano com 18 poços de exploração, e depois de um intervalo de dois anos as perspectivas no setor Thai dos mares de Andaman estão aumentando. A Tailândia ambiciona ser uma exportadora de petróleo em 1976 — o que não é nenhuma surpresa. A Exxon pagou 44 milhões de dólares para explorar sete milhões de acres marítimos próximos ao litoral, e dois consórcios também estão na pesquisa.

**A** necessidade de mais descobertas petrolíferas é tamanha que a situação política no Vietnã do Sul — tanto como resultado do após guerra quanto devido às vastas disputas de território marítimo — não evitou que as companhias petrolíferas se reunissem em Saigon. Até agora o país já realizou vendas de concessões petrolíferas no valor de mais de 50 milhões de dólares. Têm sido evitados problemas com a China relativos a estas concessões mas já começaram a haver problemas com o Camboja, a Indonésia, a Tailândia e a Malásia — que certamente aumentarão caso seja descoberto mais petróleo.

E as companhias petrolíferas estão concordando com os termos estabelecidos pelos governos, como demonstra a pesquisa realizada no Extremo Oriente, embora o clima político e os consequentes riscos sejam muito mais perigosos do que qualquer outra coisa previsível.

Em Burma, onde o governo deixou claro que só está acolhendo as companhias petrolíferas por necessidade, às próprias companhias fizeram insinuações quanto aos elevados gastos da exploração. Sabe-se que uma companhia americana ofereceu-se para despende 96 milhões de dólares num projeto de exploração de três anos. Isto pode ser relativamente pouco comparado com os gastos de exploração no mar do Norte, mas a região é bem menos hostil.

Entre todos os países do Extremo Oriente, a Indonésia tem a indústria petrolífera mais estável, cuja produção média agora é cerca de 1,3 milhão de barris diários, o que significa um aumento de 25 por cento sobre 1972. O país planeja aumentar a produção até que esta atinja dois milhões de barris diários, mas prevalece a sensação de que todos os grandes campos petrolíferos já foram descobertos (porém o alto preço do petróleo fará com que agora muitos dos pequenos campos se tornem econômicos e valorizará o seu desenvolvimento).

O governo britânico e as companhias petrolíferas não deveriam desperdiçar a riqueza proveniente do aumento da produção petrolífera. Por isto, muitos dos países cujo potencial energético é até mesmo limitado estão exigindo normas que fazem a atual política britânica no mar do Norte parecer a revelação de um segredo, como ela realmente é. Na Tailândia o governo manteve o direito de participar em qualquer eventual produção de petróleo. Depois de ter anteriormente expulsado as companhias petrolíferas estrangeiras, agora Burma as está chamando de novo em bases de contratos de serviço que garantem ao

governo até 85 por cento dos lucros.

Muitas milhas distante do Extremo Oriente, mas não tão longe da Grã-Bretanha, a Groenlândia está aceitando propostas de companhias petrolíferas com algumas normas verdadeiramente muito rígidas, especialmente considerando que a região é território virgem do Ártico, onde a estação durante a qual podem ser feitas perfurações é até mais curta do que no mar do Norte.

O governo dinamarquês tem recebido consultas da Noruega, e nos termos da concessão ele poderia ficar com 80 por cento dos lucros líquidos, com uma taxa de 55 por cento sobre os lucros líquidos e uma opção do Estado para obter até 50 por cento de participação nas novas descobertas, sem despesas de investimento para o Estado.

Outra região-problema diz respeito a uma pequena e infrutífera ilha com a qual ninguém nunca se preocupou. A perspectiva de se descobrir petróleo na pequena ilha de Kachchativu ocasionou uma discussão sobre quem teria direito a esse bloco de rochedos entre a Índia e Sri Lanka. Já vai longe a época em que Indira Gandhi, da Índia, podia descartar-se da ilha como fez no ano passado, considerando-a “um rochedo estéril sem nenhum valor estratégico”, e também a época em que as únicas pessoas que a visitavam eram peregrinos do Ceilão, três dias por ano.

A Índia já está procurando petróleo em outras regiões fora de seu litoral, perto da costa ocidental no Altiplano de Bombay, onde foi encontrada prova de pressão petrolífera. Quatro companhias do Japão, da França, da Itália e do Canadá foram escolhidas para realizar perfurações em outras áreas. O Paquistão está separando uns 225 milhões de dólares para exploração petrolífera na Baía Indus, perto de Malta. Sabe-se que o governo procurou tanto a URSS quanto a China, bem como companhias petrolíferas imperialistas, provavelmente supondo que o petróleo não tem nenhuma ideologia. Bangladesh está oferecendo concessões de participação na produção bastante elevadas na Baía de Bengala, e mais de 40 companhias consideraram que vale a pena fazer um requerimento.

No Extremo Oriente, a lista de lugares onde a exploração do petróleo no fundo do mar está tendo início ou sendo incrementada bem poderia incluir quase todos os países da região. A Shell requisitou 10 centrais produtoras para Brunei, Sarawak e Sabah — cada central terá capacidade de 30 mil barris diários, o que significará que a plataforma de Borneo Norte será capaz, em 1976, de produzir 300 mil barris diários e 900 pés cúbicos de gás. A Exxon está gastando 17 milhões de dólares em duas plataformas de produção fora de Sabah.

Portanto, parece claro que o Extremo Oriente vai nos fornecer alguns poços de petróleo no oceano bastante consideráveis. No ano passado, o gerente de exploração da BP calculou que a indústria petrolífera precisaria descobrir “um-novo mar do Norte” a cada dois anos para satisfazer as necessidades mundiais de petróleo. Portanto, a procura deve continuar.

A América do Sul é outra região subdesenvolvida que está colocando suas esperanças na exploração petrolífera, onde alguns países olhavam invejosamente para a enorme produção petrolífera da Venezuela (e que diminui regularmente) e sua consequente riqueza. Há apenas dois meses o governo da Bolívia esqueceu seu orgulho e ofereceu concessões a quatro companhias petrolíferas norte-americanas, na esperança de duplicar sua produção de óleo cru para 100 mil barris diários.

continua na página 16

continuação da página 15

O Brasil e a Argentina gastaram muito dinheiro procurando novas reservas petrolíferas, mas até agora sem muito sucesso. Porém algumas semanas atrás, uma companhia petrolífera francesa anunciou que havia feito uma descoberta promissora na região de Putumayo da bacia Amazônica.

As companhias petrolíferas à procura de novos campos de petróleo, estão focalizando sua atenção em Portugal não só devido ao seu potencial

marítimo na Europa, mas também por causa de suas províncias da África. O que torna Portugal tão atraente é o fato da Convenção de 1958 ter entregue a Lisboa o controle da maior parte da área de exploração petrolífera no Oceano Atlântico. Isto inclui as próprias águas de Portugal na Europa, e direitos aos mares de suas províncias de Angola, Cabinda, Guiné Portuguesa e ilha de São Tomé na costa oeste da África e de Moçambique na costa leste.

Os territórios portugueses são outra fonte de preocupação política, depois do golpe de Lisboa e da atitude con-

clatatória do novo governo com relação aos rebeldes na África. Antes do golpe o velho regime tinha compromissos com companhias petrolíferas para abertura de 40 poços no leito do mar nos próximos três anos e um investimento total de mais de 120 milhões de dólares.

A Gulf Oil já está retirando 150 mil barris diários de Cabinda, a norte do rio Congo, e mais 41 mil barris saem diariamente de Angola. No ano passado afirmou-se e foi violentamente desmentido que parte deste petróleo dirigia-se para a Rodésia.

Sob muitos aspectos, a breve lista apresentada sobre a exploração mundial de petróleo — que necessariamente omitiu muitas áreas promissoras — é deprimente. Torna-se cada vez mais difícil encontrar um lugar no mundo onde a produção petrolífera não esteja ligada a problemas e disputas sobre o direito às águas do mar. Em algumas regiões, as companhias admitem que se as reservas do Oriente Médio fossem limitadas e as relações com os governos árabes fossem mais amistosas, elas não precisariam estar ali.

Porém, a despeito do custo, das disputas políticas e da crescente possibilidade de haver ação militar muito maior do que as brigas por Paracel e a situação de alerta na Grécia e na Turquia, as companhias petrolíferas são forçadas a procurar onde puderem por uma razão inegável muito simples. O mundo está inexoravelmente caminhando para uma escassez de petróleo, e tudo o que podem fazer é adiar o máximo possível esse dia, procurando por um lado conservar e por outro realizar novas descobertas.

## Automóveis O PARAÍSO PERDIDO (por que as indústrias fogem para o Brasil)

Richard Barnett  
The New York Review of Books

A indústria automobilística é um dos setores que atualmente nos Estados Unidos vem apresentando um dos comportamentos mais fracos, com grande queda no volume das vendas. Nos três primeiros meses do ano, somente a General Motors — a maior empresa privada do mundo — teve suas vendas diminuídas em 35% e foi obrigada a fechar 15 de suas 22 fábricas, além de demitir 65 mil trabalhadores.

Nos Estados Unidos, muitos analistas consideram que as dificuldades das gigantescas corporações automobilísticas foram causadas não somente pela crise de energia, mas basicamente por uma mudança de comportamento do público americano, que teria terminado seu namoro com o automóvel. Isso criou uma enorme confusão na estratégia de vendas das empresas, que não vêem o consumidor se sensibilizar como antes a seus apelos publicitários.

Nesse artigo, Richard J. Barnett analisa o importante estudo de Emma Rothschild, O Declínio da Era da Indústria Automobilística, recentemente publicado nos Estados Unidos, a respeito dos atuais impasses em que se encontra a indústria de carros e as fórmulas que ela busca para resolvê-los.

Richard Barnett é co-diretor e fundador do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Harvard. Durante o governo Kennedy, trabalhou no Departamento de Estado e foi consultor do Departamento de Defesa. Autor de várias obras, seu último livro, O Poder das Corporações Multinacionais, será publicado brevemente nos Estados Unidos.

Outros artigos de Barnett já foram publicados por Opinião: Nixon: Seu Plano para Salvar o Mundo (Opinião n.º 3) e A Caridade Americana: os EUA e os Subdesenvolvidos (Opinião n.º 12).

O fascinante estudo de Emma Rothschild (1) sobre o "declínio da era da indústria automobilística" se refere mais aos planos peculiares dessa indústria e mostra como foram frustrados do que ao fim do encantamento da América com o carro. Uma história social dos Estados Unidos poderia ser escrita em torno da indústria automobilística, de tal modo ela concorreu para transformar não só o campo e a cidade, como as atitudes básicas relativas ao trabalho, lazer e busca da felicidade. Esse não foi o objetivo da autora, embora seu trabalho termine sendo um relato de uma era que mostra com clareza como surgiram todas as crises ligadas à indústria automobilística e por que os gigantes americanos nesse setor foram incapazes de debelá-las.

O que mais prejudica a indústria automobilística é a falta de confiança. Tanto para os compradores de carros como para os revendedores a indústria perdeu seu poder mágico. O lucro total da General Motors em 1972 foi de US\$ 2,16 bilhões, superior ao

Produto Nacional Bruto de alguns países pequenos. No entanto, segundo a autora, essa importância representa uma taxa menor de lucro por carro, em dólares reais, do que a companhia obtivera em 1950 ou 1928.

A explicação dada por James Roche, ex-presidente da GM, para a resistência ao aumento de vendas é de que os americanos passaram do namoro com o carro ao casamento com ele. Com isso ele quer dizer que o carro se tornou, cada vez mais, um alvo da crítica popular que há 10 anos só seriam feitas por críticos excêntricos. Em Seattle, um vendedor de Chevrolet e Fiat, dotado de um especial entendimento sobre a irritação reprimida dos clientes em relação aos carros, aumentou consideravelmente suas

*O principal motivo para o deslocamento da indústria americana de automóveis para o exterior é a abertura de novos mercados. Ao contrário do saturado mercado norte-americano, na Indonésia, por exemplo, existem apenas três carros para cada mil pessoas*

vendas utilizando-se de anúncios na televisão onde os pára-lamas, faróis e os pára-brisas dos carros de último tipo eram destruídos. Segundo Rothschild, os compradores preferem adquirir seus carros depois deles terem sido consertados.

Antes, quando os carros eram anunciados por modelos sexy ao invés de serem destruídos à força bruta, os investidores aplicavam seu dinheiro na compra de carros. Mas agora a situação parece ser outra. A indústria automobilística deixou de comandar as fronteiras tecnológicas que há tempos passaram a ser lideradas pelos computadores eletrônicos e outras indústrias de alta tecnologia. O único avanço tecnológico no design básico dos carros, desde a guerra, foi feito na Alemanha e desenvolvido no Japão — o motor rotativo Wankel. A produtividade é extremamente baixa. É evidente que esses problemas estão relacionados a dois outros: o aumento da competição externa, simbolizada pelo carro pequeno que economiza gasolina e a crescente insatisfação dos trabalhadores, expressa na famosa greve de Lordstown.

O livro *Paraíso Perdido* foi publicado alguns meses antes da "crise de energia" tivesse sido oficialmente declarada e quando o

galão de gasolina a 60 centavos de dólar ainda era apenas uma ameaça. Os últimos acontecimentos acentuaram ainda mais os problemas da indústria automobilística. De acordo com o *The New York Times*, de 24 de março de 1974, as vendas da GM caíram em 35,7%. A companhia fechou 15 de suas 22 fábricas, demitiu 65 mil trabalhadores e deu licença a mais 57 mil e apesar da declaração nixoniana de seu presidente, Richard Gerstenberg, de que "os negócios vão cada vez melhor", os analistas prevêem que as ações passem a variar entre 35 centavos e um dólar (cada), quando há um ano à ação estava valendo US\$2,84.

Emma Rothschild, analisando o declínio da indústria automobilística americana, mostra duas estratégias para obter lucro, ambas com grande êxito no passado e que impediram a indústria de enfrentar a realidade na década de 1970. Uma delas foi elaborada por Alfred Sloan, da GM e outra por Henry Ford. O *sloanismo*, estratégia que permitiu à GM açambarcar a Ford, em 1930, um quarto do mercado americano, enfatizava mais o crédito ao consumidor do que a invenção tecnológica.

Alfred Sloan defendia que "o principal objetivo da companhia era produzir dinheiro e não apenas carros" e construiu seu império a partir do princípio da diferenciação do produto. "É perfeitamente possível do ponto de vista da produção", dizia ele, "fazer dois carros não muito diferentes em preço e peso, mas consideravelmente diferentes em aparência".

Sloan estava consciente de que a saturação do mercado já era um problema durante a Grande Depressão — em 1930 havia um carro para cada 5,5 americanos, nível que a Inglaterra não atingiu senão em 1966. Para ele, caso a indústria duplicasse o número de carros — que foi exatamente o que aconteceu — ter-se-ia que usar outros apelos. Daí a variação dos modelos anuais, a ênfase na cor ou no estilo, a importância dada aos acessórios, transformados numa fonte de distração da família. (Em 1973, os herdeiros do império de Sloan venderam Cadellacs ao preço de 9 mil dólares cada, oferecendo como oferta "uma manta para os pés e um travesseiro".)

Continuando ainda a seguir o *sloanismo*, a GM parece incapaz de colocar no mercado carros baratos e simples. A GM produzirá, por exemplo, um menor número de carros no próximo ano do que a Ford. A descoberta de que o público pode não se interessar mais em comprar um carro "peço" chegou muito tarde. Não é fácil para uma empresa gigante transferir seu investimento de uma linha de produção para outra, principalmente quando essa mudança exigiria que sua burocracia visse a América com outros olhos.

O *fordismo* que Emma Rothschild define como "a tecnologia da linha de produção em massa... baseada na reorganização "racional" do trabalho a fim de se adequar ao ritmo da nova maquinaria" equivale principalmente

a uma estratégia de diminuição de custos. Henry Ford, inspirado nas teorias de Frederick Winslow Taylor sobre a subdivisão de operações, via o processo produtivo perfeito como um *continuum* onde homens e máquinas seriam extensões uns dos outros. Assim como os executivos da Ford são *sloanistas*, também os executivos da GM são *fordistas*. Pouco antes de chegar à direção da GM — onde seu salário é de US\$ 875 mil, ou quase 6 bilhões de cruzeiros por ano — Richard Gerstenberg observou que "a situação exige muito mais um cortador de gastos do que um inventor de novos produtos". A estratégia básica na indústria automobilística para diminuir os custos é aumentar a produtividade através da automação.

Ao contrário de indústrias como a de calçados ou eletrônica, que transferiram grande parte de sua produção para o exterior no final da década de 1960, "exportando fábricas" para Taiwan (Formosa), Singapura e Coreia do Sul, onde os trabalhadores eram pagos a 18 centavos de dólar a hora (cerca de Cr\$1,20), a indústria automobilística norte-americana ainda não depende, em sua maioria, da mão-de-obra barata do exterior. No entanto, o movimento de transferência de sua produção para o exterior vem-se acelerando. A Ford está produzindo no Brasil motores para seu modelo Pinto e montou uma fábrica de US\$160 milhões na Espanha, um país onde, segundo Henry Ford, há "paz social". O principal motivo para o

*Os americanos passaram do namoro com o carro ao casamento com ele: isto é, o carro se tornou cada vez mais um alvo da crítica popular, que há 10 anos só seriam feitas por críticos excêntricos*

deslocamento da indústria para o exterior, no caso da indústria automobilística, não é a diminuição do custo da mão-de-obra mas a abertura de novos mercados. Ao contrário do saturado mercado norte-americano, na Indonésia, por exemplo, existem apenas três carros para cada mil pessoas enquanto em Formosa a proporção é de 6 para mil. O carro Harimau da GM fabricado na Malásia é vendido por US\$1.400, e o Fiera da Ford — "um moderno Modelo-T para as massas", como diz o presidente da Ford asiática — é vendido a US 2.000 ou menos. (A renda *per capita* anual nesses "cada vez mais atraentes mercados do sudeste asiático" varia entre US\$ 100 e US\$ 300 por ano.)

Enquanto o esforço para expandir mercados é cada vez mais concentrado nesse tipo de países, nos Estados

Unidos a campanha é no sentido da diminuição dos custos. Segundo o *The Wall Street Journal*, a GM pretendia em uma de suas fábricas de Lordstown, onde é utilizado o método da automação, eliminar 10% do custo normal da mão-de-obra utilizada na produção de automóveis. De acordo com o ex-secretário de Comércio, Peter Peterson, os Estados Unidos possuem a mais baixa taxa de produtividade "entre as nações desenvolvidas no Ocidente". (No final da década de 1960 a taxa de produtividade japonesa era nove vezes superior à dos Estados Unidos.)

A atitude da GM em Lordstown, além da introdução de máquinas poupadoras de mão-de-obra, do controle automático e dispositivos de fiscalização, foi de aumentar a rapidez das linhas de produção. O sistema criado em 1910 para extrair dos empregados mais trabalho por dólar investido foi levado a um nível mais intenso ainda em Lordstown. A cada 36 segundos, os trabalhadores se deparavam com um novo carro para ser montado, com o auxílio de um sistema de transporte com um movimento para cima e para baixo de modo que o trabalhador não perdesse tempo na montagem.

Lordstown, segundo a autora, é a personificação do sonho original de Henry Ford, como ele o descreveu em *My Life and Work*: construir uma fábrica cujas características eram "a redução da necessidade de raciocínio do trabalhador e a redução de seus movimentos ao mínimo". A principal causa da greve de 1972 em Lordstown foi o descontentamento com a aceleração do trabalho que transformava o dia de trabalho numa série de movimentos bruscos programados. Homens e mulheres eram destinados a serem assistentes de robôs em tarefas secundárias para as quais eram mal qualificadas. Dentro da disciplina humilhante de Lordstown, os trabalhadores eram proibidos de abandonar o trabalho por um minuto sequer.

Mesmo quando compareciam a um enterro de família, eram obrigados a apresentar uma declaração do responsável pelo funeral. O *fordismo* da GM não é muito diferente agora do que era nos tempos de Ford em 1931 quando um trabalhador declarou: "Aceitar um emprego na Ford significa para um homem entregar à empresa, na porta de entrada, sua cabeça e sua liberdade".

O *sloanismo* e o *fordismo*, ou, em outras palavras, a diferenciação no produto e a diminuição nos custos da produção, são características não só da indústria automobilística mas de todos os oligopólios (2). Em toda parte onde o mercado é dividido por um certo número de gigantes, como se dá nos Estados Unidos no setor da eletrônica,

continua na página ao lado

(2) O oligopólio é um tipo de mercado caracterizado por um elevado grau de concentração, onde um pequeno número de grandes empresas controla a quase totalidade da produção.

(1) Paradise Lost: The Decline of the Auto Industrial Age, Emma Rothschild, Random House.



continuação da página ao lado

computadores, enlatados, etc., a competição para manter ou aumentar a participação da empresa no mercado não se baseia no preço ou no lançamento de produtos basicamente novos. A competição consiste em vender características não essenciais que diferenciam um produto de outro, substancialmente idêntico e numa corrida agressiva para conseguir produzir mais que a firma concorrente, a um custo mais baixo.

Os automóveis produzidos em massa, dentro da mesma linha de preço, são virtualmente idênticos, apesar da marca, assim como os cigarros ou sabão em pó. É do interesse de cada

empresa manter um acordo de cavalheiros no que diz respeito ao preço, já que nada teriam a ganhar com uma guerra de preços. Cada produtor tem que defender sua parte do mercado ou sua ampliação embalando seu produto de uma maneira criativa ou cercando-o com uma grande campanha publicitária. O grande aumento de consumo de papel e plástico ocorrido nas últimas décadas é consequência direta dessas estratégias oligopólicas de vendas.

A intensa concentração da maioria dos setores industriais dinâmicos da economia também levou à intensificação da batalha para reduzir o custo da mão-de-obra. Os sindicatos vêm perdendo terreno na luta para

manter os salários ao nível da elevação do custo de vida. Além da grande empresa ser capaz de transferir mais facilmente para o público qualquer aumento no custo da produção, também consegue utilizar seu tamanho e poder para resistir às pressões sindicais e desenvolver estratégias que vêm transformando o trabalhador americano numa mão-de-obra cada vez mais obsoleta. Estas estratégias incluem, não só técnicas sofisticadas de automação mas também a transferência de linhas de produção em indústrias-chave para outras partes do mundo. A transformação dos Estados Unidos numa "economia de serviços" vem tendo um efeito adverso sobre o poder de barganha do trabalhador,

bem como sobre a distribuição da renda no país. A indústria automobilística fornece um bom exemplo das várias consequências sociais do poder oligopólico, embora isso não se dê só nessa indústria.

*Paraiso Perdido* é uma obra de costumes que retrata uma época, porque mostra como a arrogância e insensibilidade da indústria leva, inexoravelmente, ao seu próprio declínio. Ao contrário das Sete Irmãs que dominam o setor de energia, muito mais independente dos Estados Unidos do que as grandes empresas produtoras de carros, para a indústria automobilística a "crise de energia" foi vista como um desastre e não uma fonte extra de lucro. Mas, infelizmente,

assim como os heróis da mitologia, os oligopolistas, quando perdem o paraíso, levam com eles milhões de pessoas. Na realidade, a ameaça de uma falência que o grupo Lockheed, por exemplo, astutamente utilizou para se livrar do pagamento de impostos, é o único recurso das corporações gigantes. Antigamente, o controle da vida nacional por um pequeno número de organizações gigantes era amplamente criticado como uma ameaça à democracia americana. O mesmo pode ser dito, e em termos ainda mais fortes, atualmente. No entanto tornou-se muito mais claro que o poder oligopólico também ameaça a prosperidade americana.

## Macau-Rio Grande do Norte SAL, PETRÓLEO E DESEMPREGO

Ivan Maurício

Em março passado, a Petrobrás anunciou, oficialmente, a descoberta de reservas de petróleo em Macau, no Rio Grande do Norte, com uma produção estimada em 945 barris/dia. Há duas semanas, após uma rápida e inesperada visita a Macau, o ministro Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, não reafirmou nem desmentiu novos e promissores dados extra-oficiais sobre os lençóis petrolíferos descobertos no litoral da cidade. Segundo eles, a plataforma de Barreiras, um distrito de Macau, localizado a 25 quilômetros de sua área urbana, seria capaz de fornecer uma média de 40 a 50 mil barris diários, o que, se confirmado, a transformaria na área petrolífera mais rica do país.

Em Barreiras, uma comunidade de pescadores de lagosta, com 2 mil habitantes, a Petrobrás produzirá na primeira sonda, a 10 milhas da costa, o suficiente para que o país economize 20 milhões de dólares por ano do seu programa de gastos energéticos. Chega-se a esse número tomando por base o preço de 12 dólares por barril de 158 litros. Enquanto isso, duas outras sondas detectaram novos lençóis.

Em Macau, 25 mil habitantes, localizada a 189 quilômetros de Natal, o petróleo marca um novo ciclo de exploração de riquezas, iniciado com o sal desde os tempos coloniais. A cidade abriga, atualmente, o maior parque salinero do Rio Grande do Norte, 90% das exportações do Estado, produzindo 2/3 do sal consumido em todo país, com uma produção anual de 1,2 milhão de toneladas.

"Aqui tudo é sal"...

Toda história de Macau se fez com o sal: desde os tempos coloniais, quando a ilha de Macau, desabitada e invadida por marés de lua, foi fundada, em 1829, por um grupo de portugueses interessados em sua exploração. Hoje, cercada pelas águas de cristalizadores de sal e vigiada pela sombra de aposentados cataventos, cerca de 65% da população ativa trabalha no transporte marítimo do sal e em suas 14 salinas, cujos depósitos correspondem a 95,6% da área total do município.

O comércio, quase insignificante, só funciona com intensidade durante o período da colheita, de agosto a fevereiro, representando apenas um recolhimento mensal de Cr\$ 15 mil de ICM. Macau sobrevive basicamente do Imposto sobre Minérios recolhido mensalmente por quatro poderosos grupos salineiros, de capital estrangeiro, que deixam Cr\$ 60 mil por mês na prefeitura. "Fora disso temos somente o Fundo de Participação dos Municípios" — diz José Heliodoro de Oliveira, 44 anos, prefeito da cidade. — "Aqui tudo é sal".

Até 1963, Macau era um verdadeiro *eldorado* nordestino. Mais de 8 mil pessoas ganhavam bons salários trabalhando nas salinas. "Um barqueiro chegava a ganhar Cr\$ 10 mil em 20 dias de trabalho", conta João Bosco Afonso, único jornalista da cidade. "Era muito comum uma

retirada mensal de Cr\$ 1 mil por trabalhadores analfabetos, que ficavam sem saber como empregar o dinheiro".

E do luxo salarial para o desvario foi apenas um passo. Hoje já estão incorporadas ao folclore de Macau histórias fantásticas, verdadeiros delírios de riqueza. Como a de um negro barqueiro que tomava banho com dois litros de leite e gastava um talco, por vez, somente para "embranquiçar a pele". Dos cabarés iluminados por luzes de carro de aluguel, recebendo periódicas visitas de profissionais vindas do Recife, Fortaleza e Natal. Do embarcadou que, inebriado pelos altos salários, tinha um jipe permanentemente alugado, mesmo quando estava em alto mar. Do estivador que tinha nove mulheres (três em Alagoas, três em Pernambuco e três no Rio Grande do Norte) e se orgulhava de pagar nove aluguéis.

"Se não fosse a máquina"...

Mas veio a mecanização da colheita do sal e deixou 1.500 famílias desempregadas, segundo cálculos oficiais da prefeitura. Os salários dos marítimos baixaram. Em 1970, os depósitos bancários da cidade foram reduzidos à metade. O Banco do Rio Grande do Norte lançou a carteira de crédito agrícola em vista do volume de dívidas dos agricultores e criadores.

"A mecanização foi um bem para o operário de Macau", diz Manoel Casado, 40 anos de sal, diretor em Macau da Companhia Industrial do Rio Grande do Norte (CIRNE). A CIRNE, salina pertencente ao grupo holandês Akzo Zout Chemie, considerada a segunda empresa do mundo em produção e mecanização da colheita (350 mil toneladas e 45 operários). "Antes das máquinas chegarem", explica Casado, "nós tínhamos apenas 60 empregos definitivos e mil temporários. Hoje temos 400 empregados com carteira assinada, sendo a maioria mão-de-obra qualificada, com remuneração maior".

Com a mecanização, em vez das picaretas, o sal é retirado dos cristalizadores (espécie de tanque para concentração de água salgada) por uma máquina colhedeira, um trator adaptado a uma lâmina com um sistema de escavadeiras. Esse trator tem a capacidade de extração do sal grosso de 400 toneladas por hora, o equivalente a dois dias de trabalho de um operário numa pequena ou média salina. A colhedeira despeja o sal grosso numa esteira de borracha de dois quilômetros de extensão, passando por esse percurso em um lavador e balança de precisão automáticos e seguindo para as máquinas empilhadeiras. Nas salinas rudimentares, esse transporte ainda é feito em balaios ou carroças puxadas por jumentos.

"O que se investiu com recursos do sistema 34/18 da SUDENE no Rio Grande do Norte foi em um terço para desempregar gentes nas salinas, mas se

não fossem as máquinas, nosso sal não sobreviveria no mercado devido a seu alto custo, aí as consequências seriam piores", diz o economista José Cortez Pereira, governador do Estado. Para aproveitar a mão-de-obra liberada das salinas, a Companhia de Implantação de Projetos Agrários está executando um projeto de colonização na serra do Mel, a 50 quilômetros de Macau, para o cultivo do caju, sorgo e algodão em 62 mil hectares.

"Salineiro não gosta de ir para agricultura porque lá não tem INPS", diz Pedro Jeremias Bezerra, 48 anos de idade e 34 de sal, presidente do Sindicato dos Salineiros de Macau. O sindicato, em seu período áureo, chegou a ter 4.500 associados e agora está reduzido a 1.600, além de ter todos os seus bens penhorados na Justiça.

"Hoje só conseguimos serviço para 30% dos associados", diz Pedro Jeremias. "Por isso estabelecemos um sistema de rodízio, onde cada trabalhador entra em um contrato

acorda. Tá tudo escuro, dói menos na vista, aí a gente vai lavar o sal no aterro até as 5 horas da manhã. Descansamos um pouquinho para tomar café e retornamos para lavagem do sal, o trabalho vai até as 10 horas do dia. O sol já está forte, aí o trabalho pára. A vista começa a doer. Tudo vai ficando branco. Aí a gente vai dormir no rancho até as 10 horas da noite, quando começa tudo de novo. A pisada é essa, de segunda a sexta".

Em uma semana, Luiz consegue quebrar 280 alqueires (medida agrária equivalente a 27,2 metros quadrados) na lage do cristalizador. Foi o que o feitor anotou. Cada alqueire de sal é pago à razão de 92 centavos — o que lhe dá uma retirada bruta de Cr\$ 257,66. "Desses 92 centavos por alqueire", diz Luiz, "a gente só recebe líquido 77 centavos. Esse desconto é ruim para comprar comida, mas dá a certeza do *instituto* (INPS). Não tenho muita coisa a



coletivo a cada cinco meses. Durante esse período de imobilismo, o salineiro fica de *bagrim*, auxiliar de barqueiro ou ajudante de estiva. O sistema de rodízio é bom porque o associado não fica prejudicado no INPS. A média salarial do salineiro agora é de Cr\$ 300 mensais".

"O dia começa pela noite"

Luiz Teixeira de Souza, 42 anos, cabelo sarará, corpo despelando por causa de 20 anos de sal, trabalha em uma salina rudimentar de Macau e mora em Porto do Mangue, uma comunidade de salineiros e pescadores, distante duas léguas. No rosto, carrega óculos escuros e largos, no estilo Waldick Soriano, daqueles comprados em camelô. Nos pés, dignos de um quadro de Portinari, como costuma afirmar o governador Cortez Pereira, traz uma alpercata de couro e borracha. Nas mãos grossas, uma cesta de palha com camiseta branca, dois calções e uma cabeça cheia de água doce. Equilibrada nas costas, a *chibanca*, espécie de picareta com uma ponta só.

"O dia da gente começa pela noite", diz Luiz. "As 10 horas da noite, a gente

reclamar não. Só ganhei uma coisa ruim das salinas: a vista".

O salineiro passa cinco dias dormindo no rancho e só no sábado volta para casa. O rancho é um barraco de madeira, de chão batido, construído próximo à área de trabalho, coberto de telhas, cortado por caibros e travessoes, onde estão armadas 100 redes. As roupas ficam penduradas em postes de madeira. Afora o ranger do punho das redes e os poucos rádios de pilha ligados em estações descontraídas, restam poucas diversões no rancho, fora a mais agradável delas, dormir. É proibido pelo feitor tomar cachaça.

Os salineiros, quando estão dormindo ao sol do meio-dia, só acordam no momento em que o cheiro de bagre frito, da carne de jabá e do feijão de corda cozinhando começa a tomar conta do ar. A comida, servida com rapadura e pão, é cozinhada no *bode*, uma lata velha de óleo, pelos *cuscas*, meninos contratados pelos salineiros para preparar o rancho.

"A gente passa o dia cozinhando, dá para ganhar 25 cruzeiros por semana", diz Adivan Pinheiro Santiago, 12 anos, morador de Carnaubais, distrito

localizado a três léguas de Macau. Adivan trabalha como *cuca* para 10 salineiros, sendo que cada um paga Cr\$ 2,50 por semana. Ele passa a manhã cozinhando e, durante o resto do dia, vai buscar lenha nas matas para preparar o fogo. Quando sobra um tempinho, vai pescar bagre no mar.

"O homem de Macau é do mar"

Se a mecanização da colheita do sal deixou marcas profundas na vida de Macau, a complementação desse processo tecnológico deixa uma previsão ainda pessimista. A inauguração, em março passado, do Terminal Salineiro de Areia Branca, a 15 milhas da costa de Macau, fará com que o sistema de embarque e carregamento do sal seja realizado por apenas 15 operários especializados. Na safra 73/74, esse serviço foi realizado por 950 trabalhadores marítimos, filiados aos Sindicatos dos Conferentes, Carga e Descarga, Alvarengueiros, Marítimos, Arrais e Motoristas de Macau.

"Querem que a gente vá trabalhar na pesca, mas um alvarengueiro nunca irá ganhar a mesma coisa como pescador", diz Severino Francisco dos Santos, 32 anos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Alvarenga de Macau, entidade que congrega 135 sócios. A alvarenga, pequeno barco de madeira com velas ao estilo das caravelas dos navegadores espanhóis e portugueses, fazia o transporte do sal empilhado nas salinas até o *lamarão*, área de mar aberto onde ficam os navios de carga. Segundo levantamento do sindicato, a média salarial do alvarengueiro é de Cr\$ 1.204,00 por mês. "Por isso", completa Severino, "ninguém está com ânimo para participar dessa cooperativa que o governo quer implantar na cidade para aproveitar a mão-de-obra ociosa. Qual é o pescador aqui que tem esse salário?".

Para os 34 associados do Sindicato dos Conferentes e Consertadores de Carga do Porto de Macau o problema adquire uma perspectiva diferente. O conferente é dos trabalhadores marítimos um dos melhores remunerados, constituindo-se numa mão-de-obra difícil de se encontrar no país. "Não será difícil para a gente arranjar emprego nos outros portos do país. O ruim é que a média de idade dos conferentes de Macau é de 40 anos, gente já estabilizada na vida, que não vai querer se mudar", diz Amon Gonçalves de Melo, 40 anos, presidente da entidade. O salário mensal do conferente oscila entre Cr\$ 1.800,00 a Cr\$ 2.600,00.

Por representarem uma classe operária abastada em Macau, a repressão profissional na classe dos portuários e marítimos representará um grande abalo no consumo da cidade. "O homem de Macau é um homem do mar, a agricultura não servirá para os estivadores", diz o

continua na página 18

continuação da página 17

prefeito. Os presidentes dos seis sindicatos atingidos pela mecanização, em reunião com representantes da Delegacia do Trabalho Marítimo, encaminharam ao Ministério do Trabalho as seguintes alternativas para resolver o impasse: "1) Tratamento igual ao dado às categorias dos estivadores do Porto do Recife, quando da implantação do Terminal Açucareiro, com indenização de toda mão-de-obra dispensada; 2) Aposentadoria proporcional ao tempo de serviço; 3) Classificação do trabalhador da estiva como marítimo a fim de receber os benefícios da previdência social, nas mesmas condições de trabalho e remuneração".

A conclusão do ciclo de mecanização

da produção salineira de Macau, com a consequente e óbvia redução dos custos operacionais das salinas, é a maior disputa entre os produtores. "De todos os projetos aprovados pela SUDENE para racionalização da produção de sal em Macau, apenas um continua em mãos nacionais (Salinas Matarazzo), assim mesmo em via de se fundir com o grupo italiano Nora Lage", diz Antônio Florêncio, um ex-proprietário de salinas e deputado federal pelo Rio Grande do Norte.

As pequenas e médias salinas de Macau (produção de 2 a 50 mil toneladas por ano), segundo o deputado, "vêm perdendo, ano após ano, o seu poder competitivo, diminuindo ainda mais as possibilidades de racionalizar suas

produções, para reduzir os custos e atender às exigências de qualidade do novo mercado. Por isso a solução é reunir esses produtores em uma sociedade apenas".

Com a descoberta do petróleo em Macau, o Rio Grande do Norte passou a entrar na disputa pela refinaria que a Petrobrás projeta instalar no nordeste, até 1975, destinada ao abastecimento da área compreendida entre o Maranhão e Alagoas. O Brasil possui, atualmente, 11 refinarias de petróleo.

Essa refinaria já vem sendo disputada entre Ceará, Sergipe e Pernambuco há mais de 10 anos. Agora, o Rio Grande do Norte é um forte concorrente. O governador Cortez Pereira autorizou a criação de um

grupo de trabalho, cuja missão será preparar uma exposição de motivos em defesa da instalação da refinaria em Macau.

"Sei que o imposto arrecadado sobre o petróleo vai para o governo federal", diz o prefeito de Macau. "Por isso espero empregos diretos para movimentar o nosso comércio que, a cada ano, está mais fraco".

Ele não vê grandes perspectivas para Macau com a descoberta do petróleo e fala mais entusiasmado de uma fábrica de barrilha (carbonato de sódio) que funcionará em 1977 na cidade e promete mil empregos diretos.

A barrilha, cuja matéria-prima básica é retirada das salinas para transformação industrial, está alcançando bons preços no mercado mundial devido à escassez do produto

que reduziu o consumo de cervejas no mundo inteiro, por falta de vasilhames de vidro. A fábrica de barrilha será instalada pela Companhia Nacional de Alcalis, em sociedade com o grupo holandês Akzo Zout Chemie, com capacidade de produção de 200 mil toneladas por ano e investimentos previstos em torno de US\$ 500 milhões.

Enquanto o futuro não chega, a vida de Macau continua pacata como em toda cidade de interior. Na praça central, onde o prédio da associação comercial está fechado, bilhares e sinucas estão permanentemente lotados por rapazes sem ocupação. Nas ruas estreitas e mal iluminadas, corroídas pelo vento forte e o ar áspero, as casas parecem descascar lentamente.

## Nelson Gonçalves, Toquinho, Vinícius, Marília Batista, Luis Ayrão e, principalmente, Cartola

# SAMBISTAS & CIA

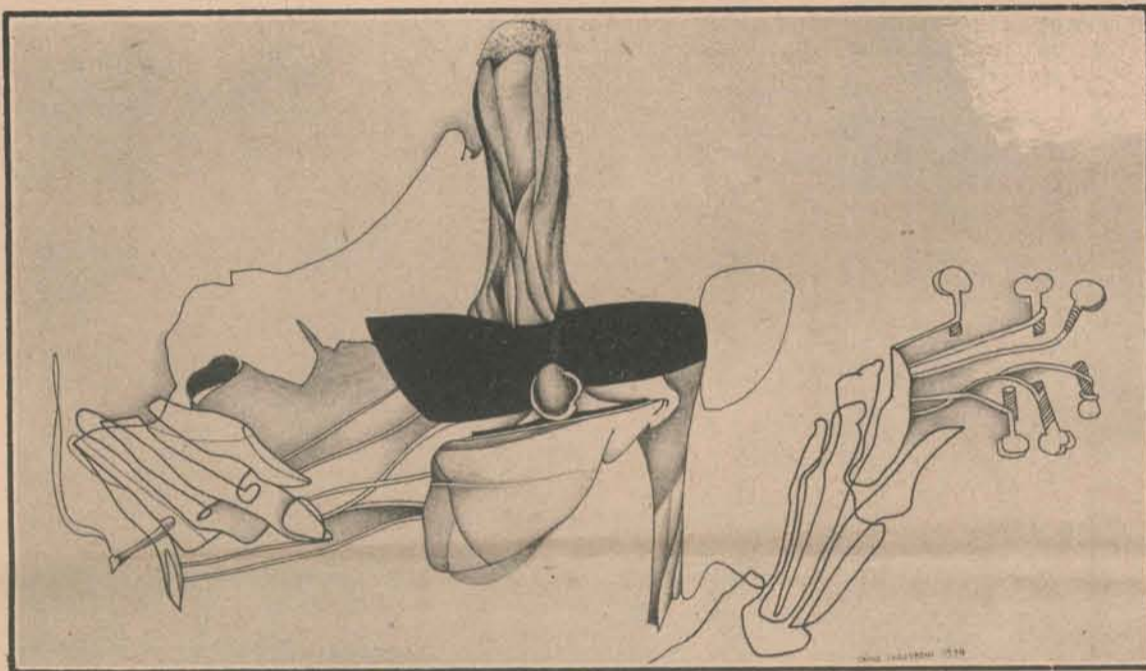
Tárik de Souza

**LUIS AYRÃO**, Luis Ayrão (Odeon)  
**PASSADO E PRESENTE**, Nelson Gonçalves (RCA)  
**ATAULFO ALVES JR.**, Ataulfo Alves Jr. (RCA)  
**BRASIL EM TEMPO DE NOEL ROSA**, Marília Batista (RCA)  
**QUEM SAMBA FICA?**, Ivone de Lara, Casquinha, Sidney da Conceição, Wilson e Flavio Moreira (Odeon)  
**AUTÊNTICO**, Jorginho Pessanha (Infobrás)  
**VELHA NO PARTIDO EM 5**, Velha (Tapecar)  
**CARTOLA**, Cartola (Discos Marcus Pereira)

A faixa universitária e intelectualizada da música brasileira abriu mais espaço ao samba tradicional, em suas variadas formas e fórmulas. Além disso, o sucesso turístico — externo e interno — das escolas de samba, sua estilização e progressivo amaciamento aumentaram as vagas nos vestibulares dos sambeiros, admitindo egressos de escolas sonoras hoje menos prestigiadas. Essas razões certamente influíram na última safra de discos de samba:

• Um primeiro exemplo de troca de camisas foi a do cantor e compositor Luis Ayrão (LP Odeon). Ex-iê-iê-iê, das milícias jovens de Roberto Carlos, autor de uma das mais melódicas músicas do repertório do rei. *Minha Canção* ("Ouça bem/ preste atenção esta é a nossa canção"), Ayrão explodiu nacionalmente com sua exaltação à Portela, *Porta Aberta* ("Pela porta aberta/ de um coração descuidado/ entrou um amor em hora incerta/ que nunca deveria ter entrado"). Aderindo ao samba, apressadamente, o compositor não disfarça suas limitações de aplicado, fabricante de músicas, quase sempre semelhantes (como *Porta Aberta* e a principal faixa do LP, *No Silêncio da Madrugada*). Intérprete também pálido, Ayrão canta uma única faixa energética no LP, de Edinho da Viola: "Eu não vou me matar/ por eu dever/ quem eu devo é que deve morrer/ porque não sabe o dia que vai receber".

• Sem também nunca ter sido um sambista no ortodoxo sentido da classificação, Nelson Gonçalves, em *Passado e Presente* (RCA), na casa do 70.º LP gravado, transporta sua voz pesada por um repertório, na maioria, do gênero. Também rotulado de cantor de "sambolero" e "samba de sarjeta", fama devida especialmente às letras do inseparável Adelino Moreira, Nelson, apesar das fotos de antes (cabelo liso, comportadamente curto) e depois (cabelo mais longo, eriçado) na contracapa, em nada mudou, para conservar seu populoso exército de silenciosos fãs. Foi aliás além desta posição: as 14 faixas de seu disco foram escolhidas pelos votos dos lojistas brasileiros (o que, segundo a contracapa, já lhe garantiria uma vendagem antecipada de 100 mil cópias).



Cartola

Essa inédita aplicação e absoluta fidelidade ao gosto do mercado não excluem da temível lista algumas surpresas — e outras confirmadas decepções. Sua voz empostada e inflexível, de emoção estereotipada, canta, por exemplo, o bossanovístico *Barquinho*, que um dia foi revolucionário, em sua letra semiconcreta ("Dia de luz/ festa de sol/ e um barquinho a deslizar/ no macio azul do mar") e hoje adorna o repertório do mais conservador — e comerciante — dos cantores brasileiros. Não faltam louvações, pela inclusão de suas músicas, aos flávios-cavalcantes (*Manias*) e sérgios-bittencourts (*Modinha*, *Naquela Mesa*, simpatias sempre proveitosas; do ponto de vista da divulgação musical, nem falta, no entanto, o forte feijão com arroz das manchetes dos jornais policiais, garantido pelo refogado cuidadoso do mestre-cuca Adelino Moreira. Exemplos: "Segue o teu caminho, mariposa/ já que esta luz te embriaga/ mas nunca te esqueças, mariposa/ que toda a luz se apaga" (*Mariposa*). "Eu quero este corpo que a plebe deseja/ embora ele seja/ prenúncio do mal/ boneca noturna/ que gosta da lua/ que é fã das estrelas e adora o luar" (*Meu Vício É Você*). "Em Gioconda fui buscar/ o sorriso e o olhar/ em Du Barry o glamour/ e para maior beleza/ Dei-lhe o porte de nobreza/ de madame Pompadour" (*Escultura*). Uma fórmula de marketing e pesquisa de mercado como qualquer outra, regada por aparentemente ingênuas flautas, violões e pandeiros.

• Também não se pode atribuir ingenuidade ou pureza às simplificações do samba — e de ardores — por Toquinho e Vinícius (LP Phonogram). O novo disco da dupla marca um dos estágios mais anêmicos da *easy-music* que produzem, um

meio-termo entre o samba e a bossa nova — batida repetitiva, melodia banal e letra, quase sempre, idem. Um exausto jogo de palavras baila pela maioria das faixas, amansadas por domesticados violinos, que tornam a audição ainda mais monótona: "Eu tantas fiz/ mas agora tanto faz" (*Samba da Volta*). "E eu acabei naquele bar/ onde nós dois/ vivemos nosso passado" (*Samba do Jato*). "E a natureza/ transforma a vida/ em canção" (*As Cores de Abril*).

• Igualmente descolorido, o LP *Vamos Sambar* (Discos Marcus Pereira) tem o invariável defeito das antologias cantadas por sambistas em uníssono. Apesar do mérito de divulgar nacionalmente o hino da escola paulista Vai Vai e alguns de seus sambistas, como o hábil Osvaldinho da Cuca, o disco nada acrescenta ao denso trabalho da gravadora. Tem, além disso, uma compreensível (esperamos, restrita) abertura comercial, capaz de abanegar até mesmo o falho partideiro radicado em São Paulo, Benito de Paula (*Que Beleza*).

• Seguidor do pai nas artes de manetoso cantor, Ataulfo Alves Jr., naturalmente, não se aproxima das artes de compositor do velho (assina apenas uma fraca parceria, em *Felicidade na Mangueira*). A produção extremamente cuidadosa do disco, no entanto, acabou transformando-o num produto agradável, que tem um repertório de estréias voluntariosas (*Fim de Carnaval*, de Leci Brandão, *Isso Tem Que se Acabar*, de Mauro Duarte) e a maestria do Ataulfo pai (*Infidelidade*, *O Requebrado da Mulata*, *Meus Tempos de Criança*), sem dúvida um dos maiores — e insubstituíveis — autores do setor.

• Outro imperecível sambista urbano, Noel Rosa, reaparece nas reedições da que ele próprio con-

siderava sua melhor intérprete, Marília Batista (RCA). No LP *Brasil em Tempo de Noel Rosa*, às vezes atrapalhada por excessivos violinos, Marília, uma voz de estranha aspereza, canta seis *pot-pourris* (30 músicas) rente ao sentido cru das letras de Noel, sem qualquer enfeite melodramático. *Pra Que Mentir*, *Silêncio de um Minuto*, *Onde Está a Honestidade*, *X do Problema* e outros clássicos podem ser ouvidos em recreações raras de uma artista de época, sem dúvida limitada e fiel a seu tempo.

• Oportunidades também têm sido concedidas (embora em menor número) aos sambistas dos morros e das escolas, ainda não glamourizados. É o caso de *Quem Samba Fica? Fica* (Odeon), segundo LP produzido pelo disc-jôquei Adelzon Alves selecionando cinco inéditos sambistas, dos quais três esplêndidos. Wilson e Flavio Moreira, menos criativos, poderiam ter cedido sua chance. Mas a sambista, compositora e tocadora de cavaquinho Ivone de Lara, assim como Casquinha e Sidney da Conceição, já merecia LPs inteiros. Melodista suave, de letra lírica e trabalhada, Ivone, enfermeira e assistente social, uma negra gorda, alta e sorridente, canta o partido *Tiê*, de sua autoria, e o delicado *Agradeço a Deus*, de parceria com o mestre Mano Décio. Também refinado, parceiro de Paulinho da Viola em *Recado*, uma das músicas que o lançou, Casquinha, frequentador do botequim do Nozinho, da roda da Portela, inclusive tem um estilo envolvente de cantar (*O Sonho do Escurelho*, *Outro Recado*). Sidney, mais batuqueiro, identifica-se pela ambiguidade de *Nanaê*, *Nana*, *Naiana*. Pelos três, vale o disco.

O LP de Jorginho Peanha do Império Serrano (LP Infobrás) segue a maioria do repertório do poderoso sambista que teve uma de

suas músicas (*Favela*) já gravada, oito anos atrás. Com acompanhamento simples, de percussão, cavaquinho e coro feminino estridente como mandam as regras do setor, Jorginho é desses sambistas capazes de sustentar repertórios alheios (*Hora de Chorar* foi gravado por Clara Nunes) anos a fio, antes de merecer um LP. Sua voz é a do arenoso e típico puxador de sambas de escola.

• Em evidência no início do ano por ter participado da inescrupulosa parceria Jair Amorim/Evaldo Gouveia, no samba-enredo de Pixinguinha, na Portela, Velha, da ala dos compositores da escola, já integrava a circulação urbana dos sambas de morro em 66, quando o Quarteto em Cy gravou seu *Samba do Carpinteiro*. Hável em tantos sentidos, Velha também é um letrista de imagens rápidas e malandras, especialista em partido alto: "Há pouco tempo eu estava de bobera / cochilando na esquina / que vacilação / de repente os homens chegaram / me pegaram e me jogaram / dentro de um camburão / se cochilar o cachimbo cai / é um dito do tempo de Adão e Eva / quem tem perna curta sai na frente / camarão que dorme a onda leva". De melodias pouco vigorosas, *Velha no Partido em 5* (Tapecar) ainda vale como justa projeção de um ativo partideiro, prejudicado pelo excessivo oportunismo, o mesmo que um dia fez desaparecer Zé Ketti.

• O caso de LP *Cartola* (Discos Marcus Pereira), porém, é único e raro. Conhecido, hajulado e consumido pelas rodas da música urbana, Cartola, Angenor de Oliveira, pertence à reduzida galeria dos incomparáveis e inatingíveis. A um tempo sofisticado e simples, como os grandes mestres, de uma leve melancolia e tristeza fina que os críticos mais ortodoxos costumam atribuir apenas aos entediados criadores da classe média, Cartola tem o auxílio da correção absoluta do produtor J. C. Botezeli (Pelão). Ele selecionou para acompanhar o fundador da Escola de Samba Mangueira alguns dos melhores músicos brasileiros ligados ao samba tradicional: Dino (violão de sete cordas), Meira (violão), Canhoto (cavaquinho), Copinha (flauta), Raul de Barros (trombone), Marçal (cuica). O próprio Cartola, inesperada revelação de intérprete, adicionou ainda aos 12 esplêndidos sambas escolhidos (e haveria muitos mais) o necessário clima intimista, que caracteriza a visão de mundo do ex-ajudante de pedreiro e atual contínuo de repartição pública. Um agudo e profundo filósofo primitivo: "Esquece nosso amor / vê se esquece / porque tudo no mundo acontece / e acontece que já não sei mais amar / vai chorar / vai sofrer / e você não merece / mas isso acontece / ... se ainda pudesse fingir que te amo / ah, se eu pudesse / mas não quero, não devo fazê-lo / isso não acontece". Seu LP, sem dúvida, é a incontestável obra-prima do mês e — a julgar por raríssimas outras exceções, como a do LP de Macalé — do ano inteiro de 1974.

## Amazônia Pela aplicação da Justiça do Trabalho

Lendo esse jornal, na página 4 do número de 13 de maio de 1974, encontrei a história do milionário Ludwig; fiquei simplesmente estupefocado com a declaração atribuída ao secretário-geral do Ministério do Interior Brandão Cavalcanti, que admite dificuldade de solução no problema do "trabalho escravo" da Amazônia porque "não existe na legislação trabalhista nenhum item que proíba um indivíduo doente de prosseguir em seu trabalho". Essa declaração provoca uma pergunta: esse item seria obedecido? Acreditamos que não, pois a totalidade da legislação trabalhista aqui na Amazônia não tem valor, pois "não existe fiscalização por parte do Ministério do Trabalho", e quando houve fiscalização, dr. J. Smith Braz se limitou a orientar e educar... conforme declarou ao Estado de S. Paulo em 20-9-73.

Porventura algum desses investidores, que salvo honrosas exceções são os que usam e abusam do trabalho escravo, precisam de "orientação e educação"?

No sul, de onde vêm quase todos os investidores, eles são orientados e educados porque têm fiscalização do Ministério do Trabalho, sindicatos que denunciam e uma Justiça Trabalhista que funciona.

No ano passado, tive oportunidade de conversar com o dr. J. Smith Braz no Ministério do Trabalho, exatamente sobre a vinda de uma fiscalização daquele Ministério para Conceição de Araguaia, e perguntei a ele se seria possível algum membro do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição de Araguaia acompanhar os fiscais aos locais que deveriam ser fiscalizados; a resposta foi negativa, "os fiscais devem ir sozinhos, não poderão ser acompanhados nem pelos empregadores e nem por membros dos sindicatos. Mas por que o senhor quer que alguém do Sindicato acompanhe os fiscais"?

Por um razão muito simples: já exerci o cargo de gerente de fazendas em Conceição de Araguaia, conheço as dificuldades para que alguém possa encontrar um trabalhador nas fazendas, pois existem "barracões" distantes mais de uma légua da sede da fazenda, onde se encontram trabalhadores nas piores condições de escravidão, onde só se consegue chegar a pé, e sei também que nas sedes das fazendas, embora as casas quase sempre sejam de palha, existe comida farta e bons uísques, boas sombras e boas redes, que poderão fazer com que a fiscalização fique por ali mesmo até a hora de voltar.

Creio que uma fiscalização honesta não tem nada a temer da presença do empregador, como de um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e creio que essa seria uma maneira de "orientar e educar" os trabalhadores e empregadores ao vivo, isto é na prática das leis trabalhistas.

Dizer que os lugares em que se encontram os trabalhadores são inacessíveis aos fiscais não é verdade, esses heróis anônimos são homens e brasileiros como nós mesmos... se eles

vão até lá, os fiscais também poderão ir.

De itens e de leis felizmente temos até de sobra, o que precisamos é de aplicação das leis; acreditar que esses fazendeiros e investidores cumpram a lei pelo fato dela existir é uma ingenuidade; fiscalização permanente do Ministério do Trabalho é o que precisamos.

Dr. Paulo Botelho de Almeida Prado  
Conceição de Araguaia, PA

## Sindicato O salário dos vogais

Serve esta para solicitar os bons ofícios de v. sa. no sentido de ser retificada notícia publicada nesse conceituado jornal, em sua edição de 21 de maio de 1973, à página n.º 2, edição 80, relativamente ao signatário desta.

Lendo a edição n.º 80, em sua página n.º 2, constatou o signatário desta uma notícia com o seguinte título: *Justiça do Trabalho — Vogais*.

Por essa notícia, consta que o signatário desta é vogal junto à Justiça do Trabalho a partir de 1943, que exerce as funções de presidente do Sindicato da categoria e desta Federação, recebendo três salários, um como presidente da Federação, outro como presidente do Sindicato e um terceiro como vogal.

Diz ainda a referida notícia que o signatário desta seria um acomodado e evitava sempre não criar casos, para ganhar uma recondução como vogal.

Preliminarmente, deseja o signatário desta informar v. sa. que, de 1.º de março de 1941 até 5-1-1945, esteve servindo o Exército, de maneira que não poderia ser vogal em 1943.

Há um lamentável engano por parte de quem forneceu, ao articulista, a matéria, uma vez que o signatário desta foi suplente de vogal, de 1949 a 1951 e de 1951 a 1953, sem nada receber, isto porque suplente só recebe se for convocado.

O signatário desta foi nomeado vogal em 1.º de maio de 1953 e, efetivamente, recebeu nova nomeação em abril de 1974, quando obteve 2.200 votos contra 15, sendo que há em São Paulo vogais nomeados com 15 votos slados pela categoria.

Quando ao exercício do mandato sindical, o signatário desta informa que foi eleito e empossado em 5 de novembro de 1950, isto porque, de 24-5-47 até outubro de 1950, esteve à testa do Sindicato como presidente de uma junta governativa.

Quando ao recebimento de salários pela Federação e pelo Sindicato da categoria profissional, também há outro equívoco ou engano por parte do responsável pela notícia publicada e objeto desta carta.

Para conhecimento de v. sa. e do público em geral que lê o conceituado jornal *Opinião*, esclarece o signatário desta o seguinte:

1 — que a Federação foi fundada em 6-1-1970 e sua primeira diretoria foi eleita e empossada em 20.3.70, sendo que seu presidente nada recebeu a título de ordenado, da Federação, até julho de 1970;

2 — que o Sindicato dos Trabalhadores teve necessidade de afastar mais um diretor da produção e, por essa razão, a partir de agosto de 1970, deixou o presidente do Sindicato de receber qualquer ordenado do Sindicato, passando a ser pago pela Federação, o que vem ocorrendo até a presente data;

3 — que o signatário desta jamais recebeu dois ordenados das entidades que preside, jamais deixou de levantar um problema sério para ganhar uma recondução como vogal, jamais foi um acomodado, como diz o ilustre autor da notícia ora focalizada.

Assim, deseja o signatário desta quatro retificações, quais sejam:

1 — que a partir de novembro de 1950 foi eleito e reeleito sempre com mais de dois terços dos associados, inclusive em maio de 1963;

2 — que o signatário desta, embora seja o presidente de duas entidades sindicais, como consta no noticiário, recebe apenas da Federação, trabalhando aos domingos e feriados e aos sábados, até as 18 horas, no Sindicato, sem nada receber;

3 — que sempre lutou pelo interesse dos trabalhadores nos processos submetidos a julgamento e jamais foi um acomodado e, para tanto, gostaria que esse conceituado jornal ouvisse em São Paulo advogados trabalhistas tanto de empregados como de empregadores e também os juízes com quem os signatários desta trabalhou durante vários anos;

4 — que o signatário desta passou a ser vogal efetivo a partir de maio de 1953, visto que até janeiro de 1945 esteve servindo o Exército.

Finalmente, a diretoria do Sindicato e da Federação convidam v. sa. para uma visita a essas entidades, onde estão expostos todos os trabalhos realizados pelas mesmas entidades, inclusive acordos e convenções coletivas de trabalho altamente evoluídos no sentido social.

Para o governo de v. sa. informo que as entidades focalizadas talvez sejam as pioneiras no Brasil, sobre convenções e contratos coletivos de trabalho, onde vêm estabelecendo até estabilidade provisória a membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e a delegados de empresa, além de obrigatoriedade de admissão de empregados com mais de 40 anos, pagamento de insalubridade de forma contratual, adicional noturno de 35 a 38%, salário contratual acima da lei para os menores, pisos salariais de Cr\$ 600,00 como salário mínimo de categoria e outras matérias de interesse dos trabalhadores.

Geraldo Santana de Oliveira  
Pela Federação e pelo Sindicato dos  
Trabalhadores na Indústria de  
Artefatos de Borracha no Estado  
de São Paulo.

*Opinião não disse que o sr. Santana de Oliveira é vogal desde 1943. Disse apenas que Santana de Oliveira está no sindicalismo desde essa data. Opinião também não disse que Santana de Oliveira recebe três salários. Disse*

apenas que alguns vogais (sem especificar quem) recebe três salários (de vogal, de representante do sindicato e de presidente de federação).

## Literatura A pesquisa deficiente

É inestimável o serviço informativo e desmistificador que esse jornal tem prestado ao país. Não obstante, tenho observado que, muitas vezes, quando são veiculadas notícias sobre assuntos literários, ou envolvendo figuras da nossa ou da literatura universal (existe isso?), nem sempre tem sido observado um rigor mais exaustivo na informação. E é de se lamentar especialmente quando a deficiência de pesquisa revela um texto incompleto e a falta de informação sobre trabalhos já realizados, que constituem patrimônio importante da nossa vida intelectual.

Nesse caso estão dois autores. O primeiro é Oswald de Andrade. Sobre este já não posso informar com inteira precisão porque o fato é antigo e nem consigo mais lembrar-me o número do jornal (NR — n.º 6, dezembro de 1972). Foi, porém, um comentário a propósito do Vol. 6 das *Obras Completas* publicadas pela Editora Civilização Brasileira. Esse volume, intitulado *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*, mereceu uma urgentíssima matéria que deixou a nítida impressão de que o encarregado de redigi-la acabara de ler as orelhas do livro... Atribuí, na ocasião, menor importância ao fato há esperança de que se tratasse de um daqueles ossos de ofício de confeccionar matérias de última hora para fechar edição, ou de qualquer problema. Procurei relevar a má vontade evidente do redator...

Depois abri o número 75 e lá encontrei interessante matéria sobre o poeta russo Ossip Mandelshtam (esta é a grafia correta em português). Mas não é tudo. Embora a matéria seja elogiosa e procure chamar a atenção para um notável poeta desconhecido do grande público, especialmente o brasileiro, ela parece padecer do mesmo vício que o artigo sobre Oswald, referido acima. Isto é, seu autor não teve nenhum tempo ou vontade (ou boa vontade) para apresentar um poeta bem traduzido. Porque se Mandelshtam for tão importante quanto Shakespeare, alguma coisa está enganosa nisso tudo. Ou a opinião do crítico ou o poema apresentado. Tudo leva a crer que o poema apresentado é uma versão literal de alguma versão em inglês. Eu diria, portanto, uma reversão.

Penso que seria mais inteligente se o autor da matéria fivesse citado o conjunto de traduções elaboradas por Boris Schnaiderman, Augusto e Haroldo de Campos, publicado sob o título *Poesia Russa Moderna* pela Editora Civilização Brasileira, Rio, 1968. Ali constam três poemas de Ossip M. traduzidos decentemente. Por que não transcrever um desses poemas? E por que não informar o leitor brasileiro da existência desse livro, um dos mais importantes já

publicados no Ocidente (eu disse no Ocidente) sobre a poesia russa moderna?

Assim como no artigo sobre Oswald estava faltando informação mais detalhada sobre a obra de seu autor, hoje patrimônio revivido da nossa literatura mais revolucionária e mesmo informações sobre estudos críticos que especialmente Haroldo de Campos e Décio Pignatari elaboraram sobre o vanguardista de 1922, neste sobre Mandelshtam, consta a lamentável lacuna apontada.

A bem da verdade, devo também salientar que outras matérias sobre literatura têm sido muito bem elaboradas. Uma entrevista com Augusto de Campos, outra com Julio Cortázar, etc...

Valentim A. Facioli  
São Paulo, capital

## Remédios O nacionalismo romântico

Escrevo a um jornal mais ou menos especializado em política e economia, cuja equipe não é composta por médicos, donde compreende-se o tom generalizado de coisa de que se ouviu falar. Não obstante, se alguma de nossas revistas especializadas em medicina se aventurasse a falar de política ou economia, não sei se o faria de forma tão pouco científica, superficial, e mesmo sensacionalista e tendenciosa, quanto *Opinião* tem feito a respeito de remédios.

Sendo mais objetivo, e limitando-me a pequenos detalhes que creio mais significativos: primeiramente quero chamar a atenção para uma pequena mas bastante grave falha nos quadros publicados. Refiro-me à inclusão de pomadas entre os esteróides orais. Ora, não só no que se refere a esteróides, a inclusão de tópicos entre orais demonstra ou sério descuido, ou muita parcialidade ao tratar do assunto. É óbvio que o fato de uma droga não ser recomendável ao uso oral não a torna má para uso tópico. Nem o uso tópico poderá causar os efeitos colaterais do uso oral.

É interessante também lembrar que muitas vezes são necessários efeitos colaterais ou riscos de certa gravidade, pois são bem menos importantes que os benefícios trazidos por um medicamento. Mesmo no caso do Hycanthone (Etrenol), que foi a primeira droga eficaz contra a esquistossomose: qual seria o pior, uma remota e muito improvável possibilidade de câncer, ou a continuação certa e inevitável de doença pelo menos tão grave quanto o câncer, com alguns aspectos sensivelmente piores (caráter endêmico, p. ex.)?

Seja como for, autoridade nenhuma se tem para tomar posição contra drogas de às vezes ação maléfica, ou mesmo de uma comprovada mas mínima ação cancerígena, enquanto não se tem posição tomada a respeito do cigarro, ou pelo menos de sua livre divulgação. Ora, não está fartamente comprovado, há muitos anos, o efeito cancerígeno do cigarro, bem mais

continua na página 20

TEATRO PRINCESA ISABEL — Reservas: 236-3724  
Antonio Carlos de Andrada e  
Classe Produções Artísticas apresentam

## A TEORIA NA PRÁTICA É A OUTRA

comédia de Ana Diosdado de Macedo,  
na versão de Armindo Blanco  
Canção-tema: Edu Lobo e Paulo César Pinheiro

com: Gracindo Júnior, Débora Duarte, Fábio Sabag,  
Regina Viana, Vinicius Salvatori, Pedro Paulo Rangel  
Direção: Antonio Pedro

De 3.ª a 6.ª: 21h30m — Sáb.: 20h30m e 22h30m  
Doms.: 18h e 21h30m — Estudantes: Cr\$ 15,00

Depois do extraordinário sucesso de crítica e público  
em São Paulo, o TEATRO VIVO apresenta

## O que mantém um homem vivo?

de Bertolt Brecht

com RENATO BORGHI

(Melhor ator: Molière 66/67 e APCA 67)

e ESTER GÓES

(Melhor atriz de 1973 em São Paulo)

Músicas de Kurt Weill e Jards Macalé

diariamente às 21h Sáb.: 19h30m e 22h30m Domingos: 18h e 21h  
TEATRO IPANEMA R. Prudente de Morais, 824 Reservas e inf.: 247-9794

Últimas semanas da peça  
mais controversa dos últimos anos

## "ANTI-NELSON RODRIGUES" de Nelson Rodrigues

Temporada popular  
Cr\$ 5,00 e Cr\$ 10,00

TEATRO NACIONAL DE COMÉDIA — Tel. 222-0367

Librada a partir de 18 anos

De quarta a domingo: 21 horas, sábado: 20 horas e 22h30m  
Vespertais — quinta: 17 horas e domingo: 18 horas

continuação da página 19

intenso do que míseros clamatos ou anticoncepcionais (que são sempre mais inócuos que uma gravidez)? Não vejo razão (honestamente) para tal discriminação.

Bem mais complexo é o problema do controle da natalidade, que não pretendo abordar. Dá pano pra muita manga. Só acho curioso o fato de **Opinião**, a troco não sei de que, ter ultimamente partido em feroz campanha, chegando mesmo a compor especialmente e publicar uma enorme racionalização num dos últimos números. Só é bom lembrar que, entre economia e ecologia, a segunda é um bocadinho mais importante, pois a primeira não passa de criação do homem e inexistente sem ele. Seria antropocentrismo absurdo pretender-se que as relações sociais do homem são mais importantes do que o equilíbrio de todos os seres com o meio, e que o homem tem algum "direito especial" sobre o resto da natureza. É preciso cuidado para não cair num nacionalismo pueril e romântico que possa defender "morremos, mas morremos por nossa própria vontade".

De modo geral, é pena que um jornal esteja agora numa posição de contestar indiscriminadamente, mesmo em detrimento da coerência. No fundo, considerados os devidos campos, vocês estão agora na mesma posição que os chamados "hippies de boutique". Em muitos pontos admiro como conseguiram manter o nível: não concessão à publicidade, p. ex. Não pretendo atacar o jornal, é claro.

Ralf Rickli  
Curitiba, PR

## Fascículos Como coleccionar figurinhas

É bem sabido que coleccionar figurinhas sempre exerceu uma enorme atração sobre as crianças. Por que não fazer com que esse ingênuo passatempo sensibilizasse também os adultos? A resposta, dada pelos maiores editores do país (Abril, Bloch, Três) veio rapidamente e, em menos de cinco anos, uma série interminável de fascículos invadiu as bancas e penetrou, quase tanto quanto as novelas, nos hábitos de consumo do povo brasileiro.

Para diferenciar bem os fascículos das figurinhas infantis, dois ingredientes se fizeram indispensáveis: em primeiro lugar, apresentá-los com uma boa dose de sofisticação e, depois, marcar seus lançamentos com grandes campanhas publicitárias. Estaria, assim, garantido o êxito dos investimentos feitos.

A escolha, inicialmente, de temas ousados, como música erudita ou pintura clássica, garantiu, por um lado, a sofisticação intelectual do empreendimento. Por outro lado, redatores, fotógrafos e artistas bem pagos garantiram o sucesso formal de publicações sobre receitas culinárias ou geografias ilustradas.

Depois de explorar praticamente todos os ramos do conhecimento humano e garantir bons lucros para os seus editores, os fascículos começaram a dar no entanto sinais de certo esgotamento.

É o que se pode depreender pelo excesso de imaginação utilizado para transformar a recente *Enciclopédia do Crime* numa publicação científica. Da mesma forma, outra grande editora, responsável pelos *Grandes Heróis da Nossa Época*, parece ter-se excedido ao lançar, como parte dessa coleção, *Os Generais de Hitler* e, concomitantemente, ter espalhado milhares de suásticas por quase todo o país.

Esses excessos, praticados para que os colecionadores adultos não sejam desestimulados, é que tem dado

oportunidade a que deputados, vereadores e até juizes de menores se manifestem contra os citados fascículos. Essa reação, porém, não deverá atingir a estrutura altamente rentável dos fascículos. Com efeito, para fazer frente à escassez de novos temas, seus editores já estão pondo em prática duas medidas estratégicas no sentido de perpetuar a faixa de mercado aberta. A primeira dessas medidas consiste em traduzir e exportar fascículos brasileiros para os países vizinhos da América Latina. E a segunda, visando o mercado interno, refere-se à reimpressão de fascículos já lançados, obedecendo sempre a intervalos de dois ou três anos entre um e outro lançamento. Exatamente como nas figurinhas infantis.

Aulo Bernard  
Rio de Janeiro, GB

## Entrevista As informações pessoais de Maffia

Há dias fui procurado por um repórter deste jornal, quando me foi solicitada uma entrevista sob o título *Índices do Custo de Vida*. Como é do meu costume, procurei atendê-lo de imediato, mesmo sacrificando parte de uma aula que deveria assistir.

Lamentavelmente, deparei na página 14 deste jornal de 17 do corrente com informações sobre minha pessoa que não me foram pedidas e nem faziam parte do tema proposto, não sabendo, pois, a que título foram inseridas.

Para maior clareza de minha decepção com o repórter Durval Campos Guimarães, analisemos algumas de suas palavras:

1 — Não considero grandes vitórias pessoais as que ele citou, pois a grande vitória que obtive em minha vida é ser leal e "perdoar aos que não sabem o que fazem".

2 — Não sou o "pai dos índices do custo de vida em Minas", pois, tecnicamente, eles não existem. Apenas

usei "técnicas já existentes" para a implantação do índice de preços ao consumidor;

3 — Não obtive o cargo de diretor (e não chefia) do Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas de Minas Gerais — Sociedade Civil (e não Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais) por ter participado da implantação do Índice de Preços ao Consumidor e sim por convite que me foi dirigido, pelo então presidente do referido Instituto, prof. Ivar Vieira Campos;

4 — As tabelas de aumentos de salários não são elaboradas pela simples utilização dos índices publicados pelo Instituto (e não são meus os índices), mas por fórmula própria do Departamento Nacional de Salários;

5 — Não tenho 42 anos e sim 39;

6 — A expressão "o operário vive com razoável conforto, desde que não coma caviar" surgiu de reportagem a mim atribuída, por jornalistas iguais ao senhor Durval;

7 — Se esta frase me garantiu impopularidade, é uma conclusão dele que não me merece fé, já que não existem dados comprobatórios;

8 — O não-entender do mecanismo de cálculo de índices é fenômeno internacional (este assunto será analisado no trabalho que publicarei). O professor José Tiacci Kinsten, em entrevista publicada no *Jornal da Cidade* no dia 18 p/passado, faz uma análise deste problema;

9 — Ter voz "firme e alta" é uma característica de minha personalidade, que pode ser bem explicada por um bom psicanalista (não tive tempo ainda de procurar um);

10 — Minha origem humilde (porém honrada e inatacável) nunca constituiu problema para mim e sim orgulho, logo, não vejo vitória obtida "no superar";

11 — O anel de grau que uso, na minha mão esquerda, foi o presente de formatura de uma abnegada professora primária do interior (minha mãe) e logo não vejo razão de comentários por quem nada tem a ver com isto. Ainda mais, sucesso se mede por capacidade e não por vistoso anel ou roupa.

Prof. Lacyr Maffia de Oliveira  
Diretor do IPEAD  
Belo Horizonte, MG

## XADREZ Sacrifício instintivo

Leonard Barden

Vimos, na semana passada, uma ilustração dramática do perigo de se complicar desnecessariamente uma posição. Para temperar a lição, entretanto, devemos notar que o dilema entre jogar seguro, com pequena vantagem mas também com pequeno risco de derrota, ou arriscar uma alternativa complicada que pode ter falhas, ocorre com os mais fortes jogadores.

Dentre os grandes mestres de primeira linha, Fischer e Karpov escolhem em geral a alternativa simples conservando material, enquanto Kortchnoi, Spassky, Larsen e Tal optam por táticas labirínticas, confiando em que sua pericia analítica lhes dará vantagem sobre o adversário. O livro de Frank Brady, *Bobby Fischer*, cita a seguinte declaração de Bobby sobre sua filosofia de jogo: "Concentre-se em ganhos materiais. Qualquer coisa que o adversário lhe oferecer, tome-a, a menos que você veja uma boa razão para não fazê-lo".

Há duas circunstâncias especiais nas quais mesmo os puristas clássicos podem optar instintivamente por um sacrifício especulativo. Uma é quando o ataque resultante é contra o rei — o mais difícil para o defensor refutar. A segunda é quando a personalidade ou o estilo do adversário sugere que ele estará à vontade em uma posição confusa.

Provavelmente ambas as considerações influíram em Gligoric quando ele tomou a decisão crítica, no lance 16 da partida desta semana, de ceder um peão para não deixar Petrosian trocar as damas. A oferta possibilitou à dama branca romper as defesas negras em 2BR, um ponto notoriamente fraco na defesa do rei. E a ocasião — o torneio amistoso anual entre Rússia e Iugoslávia, no qual Petrosian tradicionalmente faz empates rápidos às manheiras — sugeria que as negras podiam estar psicologicamente despreparadas para uma luta sem quartel.

O sacrifício, tecnicamente falando, tinha um furo (ver o comentário ao lance 18 das negras). Isto é frequente em sacrifícios especulativos, e no entanto eles continuam a ser feitos. O atacante sabe por experiência própria que há pouca probabilidade do adversário achar uma defesa quase correta, e até mesmo Petrosian pode deixar de ver um recurso defensivo que envolve um sacrifício de dama.

Svetozar Gligoric (Iugoslávia) —  
Tigran Petrosian (URSS)  
Defesa Grünfeld (Tiflis 1973)

1 P4D C3BR 2 P4BD P3CR 3 C3BD  
P4D 4 P4P C4P 5 P4R C4C 6 P4C B2C  
7 B4BD P4BD 8 C2R C3B 9 B3R 0-0  
10 0-0 D2B 11 T1BT 12 D2D. É bem

possível que ambos os grandes mestres tenham encaminhado para esta posição por curiosidade. Será que tinham alguma melhoria sobre as famosas partidas Spassky-Fischer em Santa Mônica 1966 e Siegen 1970, que para surpresa geral não foram repetidas em Reykjavik? Gligoric de fato tem algo — não melhor, mas diferente. (Spassky jogou na primeira 12 DIR, depois 12 P3TR.)

12...D4T 12...P3C 13 B6TR B2C 14 BxB RxB 15 D3R e 16 P4B permite um ataque branco.

13 TRID B2D 14 B6TR P4P 15 BxB RxB 16 D4B!? O final depois de 16 P4P DxD dá igualdade; o lance do texto é mais arriscado — mas é a escolha correta contra Petrosian nesta ocasião.

16... P4P 17 D4P+ R1T 18 T5D D2B? Não vendo a oportunidade de 18...D5C! 19 C4B (19 T4P T1BR) DxB 20 C4P+ P4C 21 T5T+ P4T 22 DxD B1R! e o ataque branco é detido. Petrosian não percebeu o próximo lance das brancas.

19 D3B! P3TR 20 C4B R2T 21 C4P! Decisivo. Se 21...RxC 22 TxB TxT 23 D7B+ com ataque de mate, enquanto que com a réplica do texto as brancas emergem com um peão a mais e uma vitória confortável.

21...T1CR 22 TxB D4T 23 B4T+ RxB 24 D4P R2T 25 C5R D3D 26 C4C T1BD 27 D3CD T4C 28 TxT P4T 29 D7B+ R1T 30 P3C P4B 31 R2C D2B 32 D4B! D3B 33 D8B+ R2T 34 D4PR+ R1C 35 D8D+ R2C 36 D5D D2B 37 P5R P5B 38 P6R R3B 39 D7D Abandonam.

Problema N.º 79



As brancas dão mate em dois lances, contra qualquer defesa (por G. Heathcote).

Posição das peças: 5c2 — pc1b1t-C1 — 3r1p2 — 2T5 — 3b4 — D1p1p3 — 6B1 — 4R3.

Solução do N.º 78

1 R1D (ameaça 2 D2R). Se 1... D4D 2 B6D, ou se D3B 2 B5R, ou se DxB 2 P4R, ou se B7B 2 DxD, ou se PxB 2 P4P.

Envie junto com este cupom 190 cruzeiros no caso da assinatura anual e 95 cruzeiros no caso de ser semestral. Ou 40 dólares se a assinatura for anual para o exterior e 20 dólares se for semestral. O pagamento pode ser feito por cheque ou vale postal e deve ser enviado para Editora Inúbia Ltda. à Rua Abade Ramos, 78 Jardim Botânico — Rio de Janeiro — Guanabara — Brasil. Ou, no caso de assinaturas para a Europa, diretamente a Laymert Garcia dos Santos, BP. 05-07 — 75.327 Paris Cedex 07.

Nome \_\_\_\_\_  
Rua \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_  
Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

## ASSINE OPINIÃO

PEDRO DE SOUZA APRESENTA



com  
**QUINTETO VIOLADO**

Participação especial:  
ELBA RAMALHO e RAY MIRANDA  
Roteiro e direção:  
ROBERTO SANTANA

De quarta a sexta-feira: 21h e 30m  
Sábado: 21h e 30m e 24h/ Domingo: 19h

**TEATRO SENAC**  
Rua Pompeu Loureiro, 45, térreo — tel. 256-2746

GUILHERME ARAUJO APRESENTA



**GILBERTO GIL**

Participação de:  
Aloísio Milanez — piano  
Frederico Oliveira — guitarra  
Francisco Azevedo — percussão  
Tuti Moreno — bateria  
Rubens Sabino — baixo  
Direção Musical — Gilberto Gil

**TEATRO TEREZA RAQUEL**  
Tel.: 235-1113 (curta temporada)  
estréia dia 11 de junho  
estudante Cr\$ 20,00 inteira Cr\$ 30,00

Artista exclusivo da Philips